

Diário do Legislativo de 25/09/2007

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 35ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG - pelo Transcurso de seus 45 Anos de Fundação

1.2 - 36ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Renovação Carismática Católica pelo Transcurso de seus 40 Anos de Criação

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 35ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 20/9/2007

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Entrega de placa - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Paulo de Tarso Almeida Paiva - Apresentação musical - Palavras do Sr. Murilo Badaró - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Henrique - Antônio Genaro - Dalmo Ribeiro Silva - Sebastião Costa - Wander Borges.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Antônio Genaro, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG; Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras e ex-Presidente do BDMG; Leonídio Bouças, Diretor do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -; Luiz Carlos Maciel, Prefeito Municipal de Ouro Fino; e Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Silvano Cançado Azevedo, ex-Presidente do BDMG e consultor de negócios; Antônio Carlos de Moraes, Vice-Presidente do Instituto de Pesos e Medidas - Ipem -; Antônio Eduardo de Noronha, Subsecretário de Trabalho de Minas Gerais; Juliano Fisicaro Borges, Secretário Adjunto de Desenvolvimento Social; Teodoro Alves Lamounier, Presidente da Cohab; ex-Deputado Mário Pacheco; Milton Lucca de Paula, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão; Eduardo Lery, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - Indi -; Cel. Luís Carlos Martins; Vice-Presidente da instituição homenageada desta noite, Diretores, Superintendentes, gerentes e demais funcionários do BDMG.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG - pelo transcurso de seus 45 anos de fundação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será interpretado pelo Coral do BDMG, sob a regência do maestro Arnon Sávio Reis de Oliveira.

- Procede-se à interpretação do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Exmo. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, neste ato representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; caríssimo amigo, Ministro Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG; Exmo. Senador Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras e ex-Presidente do BDMG; Exmo. Deputado Leonídio Bouças, neste ato representando o Indi; caríssimo amigo, Prefeito da minha terra natal, representando os demais Prefeitos, Luís Carlos Maciel; Sras. Deputadas, Srs. Deputados; Prefeitas e Prefeitos; empresários; Presidentes de associações comerciais; valorosos servidores do BDMG; magnífico Coral do BDMG; imprensa; meus senhores e minhas senhoras.

"Como valeu a pena!" Nessas palavras Juscelino Kubitschek sintetizou sua trajetória diante da imagem de Brasília pronta.

Neste mês em que também lembramos os 105 anos do nascimento do estadista de Diamantina, homenagear uma instituição que tem sua gênese no espírito vocacionado ao desenvolvimento que habitava a alma de JK é, sem dúvida, um momento de singular evocação de quem tanto fez pelo progresso de Minas e do Brasil.

Assim, atendendo a requerimento de nossa autoria, que recebeu o apoio unânime dos ilustres pares desta Casa, é com muita alegria que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais abre as portas de seu Plenário maior, que leva o nome do nosso saudoso JK, para celebrar, nesta noite festiva, os 45 anos de criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, grande orgulho dos mineiros. Falamos de JK porque, embora o BDMG tenha sido instituído em 1962, por meio da Lei nº 2.607, de 05/1/62, sancionada pelo então Governador Magalhães Pinto, que também contou com a inspiração e a inteligência de seu Secretário Paulo Camilo Pena, começou a ser concebido mais de uma década antes, por idealização do então Governador Juscelino Kubitschek, que, em 1951, enviou mensagem a esta Casa - uma medida inovadora -, propondo a instituição de um banco estadual de investimentos, estimulando a criação de indústrias de bens de consumo e produção, aproveitando a grande capacidade energética que iria ser instalada no Estado de Minas Gerais. Fiel a essa vocação, dentro de sua vitoriosa história de realizações em prol do desenvolvimento econômico, social e cultural de Minas Gerais, sem dúvida alguma o BDMG hoje retrata, para o povo de Minas e do Brasil, uma verdadeira instituição sementeira do desenvolvimento de Minas.

Nesse diapasão, senhoras e senhores, o BDMG é parceiro fundamental nas ações voltadas para o desenvolvimento maior das atividades rurais, industriais, de comércio e serviços e para o incremento da infra-estrutura dos Municípios; está presente em 651 dos 853 Municípios mineiros, revelandose um grande balcão de fomento para as mais variadas atividades. São marcas indelévels dessas ações, ao longo de sua atividade, entre outras, a incorporação do cerrado à agricultura, a implantação do parque produtor de autopeças, a revitalização da cafeicultura, a modernização do setor de álcool e a expansão da siderurgia e do setor cimenteiro nos quatro cantos do Estado.

Nessa esteira de múltiplos empreendimentos, além de tantos benefícios decorrentes dessa marcante atuação, destacam-se aqueles de natureza social gerados pela presença marcante do BDMG, que provocam reflexos positivos nos mais variados níveis de emprego, renda e bem-estar da população. Resulta dessa conjugação de esforços a construção das bases para uma economia diversificada e auto-sustentável, que enseja ao Estado assumir posições de vanguarda e respeito no âmbito nacional e internacional, tornando-se um grande exemplo a ser seguido dentro e fora do País. Empresa pública que é, o BDMG, pautado pela transparência, ética e seriedade, jamais se afastou de seu ativo papel na execução da política econômica do governo do Estado por meio de operações de financiamentos de médio e longo prazos, direcionados a empreendimentos que operam ou chegam para se instalar em Minas Gerais, transformando-se num verdadeiro catalisador do desenvolvimento do Estado e do País.

No enfrentamento dessa empreitada, o Banco investe em setores vitais para o desenvolvimento, alcançando desde grandes iniciativas a pequenos e microempreendimentos, que contemplam uma extensa gama de atividades.

Dessa forma, reconhecidamente detentor da posição de principal agente financeiro do governo do Estado, o BDMG tornou viáveis empreendimentos de grande impacto na economia de Minas, os quais se distinguem pelos aspectos maiores da modernização e da diversificação da economia mineira, expandindo as fronteiras do desenvolvimento para todo o interior mineiro e propiciando, como é desejo de todos, a conseqüente redução das desigualdades sociais.

Todavia, meus senhores e minhas senhoras, o BDMG não promove apenas a conciliação do crescimento econômico com a melhoria dos indicadores sociais. Atua também em outras frentes, com destaque para o incentivo às mais variadas manifestações culturais, de que é exemplo maior o magnífico Coral do BDMG, que tanto nos honra nesta noite.

Mas desejo também, caríssimo Presidente, Ministro Paulo Paiva, meu querido conterrâneo, nesta oportunidade, ressaltar a ênfase que o BDMG imprime ao desenvolvimento de seus recursos humanos. Aliás, essa tônica consta de suas origens, pois um dos dispositivos de sua lei criadora já estabelecia como requisito essencial a conduta ilibada de seus dirigentes, Presidentes, Diretores e todo os exemplares servidores. Assim é que o BDMG elaborou e aplica um código de ética como referencial maior para a prática profissional e hoje mantém um dos mais respeitados quadros de servidores de todo o País, de conduta invejável e de inteligência respeitada, em todos os setores de operação e atendimento.

Constitui-se, na verdade, um diploma orientador da conduta profissional, verdadeiro guardião de princípios, que tem a sua expressão na concepção e na execução das mais diversas atividades, nos comportamentos e no contexto do cumprimento da missão do Banco de promover e financiar o desenvolvimento social e econômico do povo mineiro.

Resguarda esse código princípios como o respeito, a equidade, a honestidade, a legalidade, a justiça, a transparência, a lealdade, a discrição, a cooperação, a responsabilidade, a eficiência e a fidelidade aos interesses públicos, cuja observância por todo o corpo funcional é digna de registro e de reconhecimento do povo mineiro.

Assim, quando celebramos a solidez de uma instituição, como é o caso do Banco que ora homenageamos com muita alegria e honra, muito temos a comemorar, pois, graças ao seu espírito empreendedor, tem sido parceiro firme e forte, garantidor maior do desenvolvimento econômico, social e cultural de Minas Gerais, pois participa ativamente na execução da política econômica de nosso Estado. Minas sempre dá exemplos maiores ao País.

Hoje, inspirado em Juscelino Kubitschek, temos a honra de contar com a atuação marcante do BDMG a nos fortalecer a crença nos valores e princípios éticos que devem nortear o progresso deste país. Do grande pensador liberal pátrio, haurimos a lição de que a alma do progresso é a mudança permanente, mas seu alimento é a lenta sedimentação dos modos de conduta social, mormente corporificados nas próprias instituições. Em síntese, o progresso se serve das tradições, sem deixar nem um pouco de ser contínua sua própria inovação.

São essas inovações que estão sendo colocadas em curso pelo atual Presidente dessa gloriosa instituição, Ministro Paulo de Tarso Almeida Paiva, meu querido e dileto conterrâneo, que, dotado de grande espírito público e alto descortino, aliados à sua reconhecida capacidade de gestão, muito tem feito para conduzir, com muita segurança e responsabilidade, o BDMG à contínua excelência operacional.

Nesse sentido, estimular o desenvolvimento do mercado de capitais no Estado é uma das direções vislumbradas pelo Presidente Paulo Paiva, na certeza de que esse é um instrumento adequado de obtenção de novos recursos destinados à expansão das empresas que atuam em Minas Gerais.

Em sua pessoa, caríssimo Presidente, cumprimento efusivamente toda a dinâmica diretoria, servidores e todos aqueles que passaram por essa instituição e construíram uma trajetória de êxito. Homenageamos o atual Conselho de Administração do BDMG e a todos que fizeram desse Conselho verdadeira trincheira, formada para a defesa intransigente dos superiores interesses de Minas Gerais, na pessoa do ilustre Presidente Itamar Franco, cujo exemplo de honorabilidade no exercício de sua vitoriosa vida pública tão bem corporifica a personalidade ideal para presidir esse órgão de orientação do BDMG, que tem o encargo de opinar sobre questões relevantes do desenvolvimento econômico e social de nosso Estado.

Celebramos, pois, as conquistas de 45 anos de existência de uma instituição que fez do desenvolvimento de nosso Estado uma verdadeira devoção e elegeu a melhoria da qualidade de vida de nosso povo como sua causa.

Assim, ao encerrar minhas palavras, desejo consignar sinceros votos de que essa trajetória do BDMG prossiga a passos firmes, com o mesmo brilhantismo e com a visão de ser um banco público rentável, sólido e competitivo, integrado às comunidades, prestando serviços com excelência, tendo como princípios transparência, ética, comprometimento, integração e eficácia.

Esse é o papel que está reservado ao BDMG para o futuro, um futuro de sucesso, sucesso e vitória para Minas Gerais! Parabéns, BDMG.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado José Henrique, representando o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: "Idealizado para promover e financiar iniciativas voltadas para o crescimento econômico, social e cultural do Estado, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. investe, desde sua fundação, em setores vitais para a economia. Sua atuação marcante estimula a competitividade do ramo produtivo mineiro, com competência técnica, ética e compromisso. O reconhecimento e a homenagem da Assembléia de Minas ao BDMG, banco que há 45 anos acredita e investe no potencial do Estado."

O Sr. Presidente - Convido o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento, para me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional do BDMG.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. Paulo de Tarso Almeida Paiva

Exmo. Deputado José Henrique, 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando, neste evento, o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Exmo. Sr. Murilo Badaró, Senador, ex-Ministro, ex-Presidente do BDMG e Presidente da Academia Mineira de Letras; Exmo. Sr. Leonídio Bouças, Diretor do Indi, representando esse Instituto; Exmo. Sr. Luís Carlos Maciel, Prefeito Municipal de Ouro Fino, minha terra natal, na pessoa de quem gostaria de cumprimentar os demais Prefeitos e autoridades municipais presentes; Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, meu amigo e conterrâneo; demais autoridades presentes, Deputados e Deputadas; meus amigos da direção, corpo gerencial e servidores do BDMG, senhoras e senhores, gostaria inicialmente de agradecer ao Deputado Dalmo Ribeiro pela iniciativa de propor a realização desta sessão em homenagem aos 45 anos do BDMG e à Assembléia Legislativa que a acolheu por unanimidade. O meu mais profundo agradecimento aos representantes do povo mineiro nesta Casa. Quero também cumprimentar os ex-Presidentes presentes, Senador Murilo Badaró e Dr. Silvano Cançado, que me precedeu na Presidência do BDMG. Gostaria de cumprimentar e agradecer a presença dos Prefeitos, líderes empresariais e demais amigos dos vários

Municípios desta grande Minas Gerais. Agradeço ainda aos representantes das organizações empresariais - Fiemg, Federação das Associações Comerciais, Federação das Cooperativas - pela parceria que nos permite chegar a cada um dos Municípios mineiros. Finalmente gostaria de agradecer àqueles que confiaram no BDMG ao longo desses 45 anos, em especial às inúmeras empresas que, com o apoio do Banco, puderam gerar milhares e milhares de empregos e promover o crescimento da economia mineira. Entendo que essa é uma homenagem à direção e ao corpo de técnicos e funcionários dessa instituição, que personificam o banco do presente. Mas também aos inúmeros personagens, funcionários, dirigentes e idealizadores do BDMG, que protagonizaram uma história pautada pelo compromisso com o progresso e a melhoria da qualidade de vida do povo de Minas.

É, pois, uma homenagem à instituição BDMG e uma reverência à sua contribuição para o progresso econômico e social de Minas Gerais. Ademais, entendo que é também uma demonstração de confiança no futuro da instituição, que juntos iremos construir.

Gostaria também de agradecer ao Governador Aécio Neves a confiança depositada no Presidente Itamar Franco, em mim e nos demais membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva do Banco. É um enorme orgulho participar do seu governo: dinâmico, eficiente e ético, que está transformando Minas Gerais.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, caro Deputado Dalmo Ribeiro, por motivos alheios à sua vontade, o Presidente Itamar Franco não pode estar aqui conosco e me pediu que apresentasse suas escusas e seus mais sinceros agradecimentos.

Esse nosso Banco tem uma bela história, marcada pela inovação, pioneirismo e ousadia, temperadas pela ética, pelo espírito público e pela prudência, típicos das tradições mineiras. Sua origem mesmo remonta a 1951, como mencionou o Deputado Dalmo Ribeiro, quando o então Governador Juscelino Kubitschek encaminhou a esta Assembléia a Mensagem nº 65, de 26 de julho daquele ano, propondo a criação do Banco de Investimentos de Minas Gerais, na forma de uma sociedade de economia mista, com o controle acionário do Estado. Seu objetivo central seria o de fomentar a industrialização do Estado, então incipiente, a partir das oportunidades criadas pelos investimentos públicos na geração de energia elétrica. Se aprovada a proposta de JK, aquele teria sido o primeiro banco de fomento brasileiro, precedendo o próprio BNDES, que viria a ser criado no ano seguinte. O BDMG nasceu 10 anos depois. Ao ganhar vida em setembro de 1962, como o primeiro banco estadual de desenvolvimento brasileiro, por meio da Lei nº 2.607, aprovada por esta Assembléia e sancionada pelo Governador Magalhães Pinto, o BDMG incorporou visceralmente o conceito de desenvolvimento que carrega em seu nome, tornando-se um protagonista no acelerado processo de desenvolvimento econômico do Estado, que se seguiu.

Sem querer alongar-me, gostaria de destacar aqui três dimensões fundamentais da atuação do Banco de então. Em primeiro lugar, a realização de estudos técnicos profundos sobre a realidade mineira, dos quais cabe evidentemente destacar o Diagnóstico da Economia Mineira, de enormes repercussões, o qual assinalava enfaticamente o empobrecimento relativo e a estagnação do Estado, e propunha ações para a reversão desse quadro.

Em segundo lugar, a liderança na revolução institucional que se realizou na máquina pública do Estado, moldando e implementando um novo aparato institucional, modelo para quase todos os outros Estados da Federação, e que em grande medida preparou o Estado para o grande salto econômico das décadas de 60 e 70. Cabe aqui ressaltar a criação do Indi, da Fundação João Pinheiro, do CDI e do Ceag e a modernização na estrutura fazendária de Minas.

Por fim, há de mencionar a implementação de programas setoriais inovadores, que induziram fortemente a reestruturação de diversos segmentos econômicos no Estado, podendo citar-se, apenas como exemplos, a cafeicultura e a exploração pioneira do cerrado, como nos falou o Deputado Dalmo Ribeiro.

A par de seu papel de indutor do desenvolvimento econômico no Estado, o BDMG consolidou-se nas décadas de 70 e 80 como uma grande instituição financeira, chegando a aprovar anualmente mais de US\$1.000.000.000,00 em novos financiamentos.

Era uma época em que os bancos públicos de fomento praticamente monopolizavam no País os financiamentos de longo prazo, largamente baseados em recursos fiscais subsidiados. A década de 90, de grandes transformações nas instituições e nas estruturas econômicas do País, marcada pelo extraordinário esforço de estabilização macroeconômica, assistiu à debacle do sistema de bancos estaduais de desenvolvimento. Deles todos, e à época praticamente todos os Estados já tinham o seu, restaram, além do BDMG, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE - e o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - Bandes. Quais as razões da permanência do BDMG? Pergunto aqui. Ademais da competência e seriedade de seu corpo técnico e de suas profundas raízes na economia e na sociedade de Minas, há de mencionar a lucidez e a visão estratégica de dois grandes estadistas mineiros, os então Governadores Hélio Garcia e Itamar Franco.

O Governador Hélio Garcia foi o responsável pela criação dos fundos estaduais de desenvolvimento, instrumento fundamental de apoio à economia mineira, que hoje, consolidado e ampliado no governo Aécio Neves, tem um patrimônio superior a R\$2.000.000.000,00. Foi também do governo Hélio Garcia a criação do programa Somma, de apoio aos Municípios mineiros. Hoje, transformado em Novo Somma, contribui para o desenvolvimento da infra-estrutura urbana e do saneamento e é um instrumento importante de apoio do governo estadual aos Municípios mineiros.

O Presidente Itamar Franco teve papel fundamental na vida do BDMG. Posso registrar ao menos dois episódios marcantes. O primeiro, quando Presidente da República, Itamar Franco determinou à Advocacia-Geral da União que revise parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, dando, então, provimento à justa reclamação do BDMG quanto ao aval da União nos créditos não honrados pelo antigo IAA - e foi possível a capitalização do Banco naquele momento. O segundo, quando Governador do Estado impediu que o Banco se transformasse em agência de desenvolvimento e promoveu sua capitalização com a incorporação dos recursos do Somma ao capital do Banco. O BDMG remanesceu, por fim, como a única instituição financeira do governo de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputado Dalmo Ribeiro, e hoje? E o futuro? O Banco hoje apresenta uma situação econômico-financeira bastante confortável. Ademais, dispõe de um corpo de funcionários renovado e capaz, mesclado por experientes técnicos e jovens talentos recém-ingressos na instituição. O BDMG é hoje uma organização saudável, plena de vitalidade e energia.

Por outro lado, sua direção, seus técnicos e funcionários têm diante de si um enorme e fascinante desafio: o de canalizar toda essa energia na direção do reencontro do BDMG com o seu papel precípuo e histórico de protagonista no processo de desenvolvimento de Minas. Essa não é uma tarefa trivial. O mundo, o País, Minas são outros. São muitos outros. Requer-se aqui lucidez, com muita ousadia. Ousadia e prudência, como é da índole dos mineiros. Há que quebrar paradigmas. Há que inovar. Há que reinventar!

Para tanto, duas referências são fundamentais: primeiramente, há que ter em conta que, nos tempos atuais e, mais ainda, nos tempos futuros, o conceito de desenvolvimento transforma-se, amplia-se, torna-se mais complexo. O crescimento industrial baseado na formação de novos ativos fixos já não é, como na origem do BDMG, nos anos 60, suficiente para alavancar as transformações sociais desejadas nem mesmo para garantir o desenvolvimento econômico.

Há que incorporar, no coração das estratégias do Banco, novos temas, como a equidade, a educação, a saúde, a segurança, a inovação

tecnológica, a preservação ambiental e os novos serviços. Em uma palavra: buscar o desenvolvimento sustentável.

Talvez, profeticamente, o BDMG não tenha sido batizado como o seu similar nacional, com a designação de Banco de Desenvolvimento Econômico, já que mais e mais se esvai a fronteira entre o econômico e o social.

Em segundo lugar, é preciso considerar que o papel do setor público consentâneo com esse novo quadro é completamente distinto. A energia propulsora dos processos econômicos deve caber agora ao setor privado. No que concerne aos bancos de fomento, há que considerar que, ao contrário do passado recente, o sistema financeiro privado e o mercado de capitais já disponibilizam, felizmente, recursos de longo prazo para o financiamento de projetos.

Novo conceito de desenvolvimento! Esse o tamanho de nosso desafio, que, aliás, é o desafio atual declarado de todos os bancos de fomento - do Banco Mundial e do BID ao BNDES. Abraçar com vontade o novo significado ampliado de desenvolvimento; desenvolver e utilizar novos instrumentos financeiros, em acréscimo aos fundos fiscais, com redução progressiva da importância dos subsídios; agir como indutor e catalisador das iniciativas empresariais; atuar como instrumento viabilizador dos projetos estratégicos do governo do Estado; contribuir para a redução das desigualdades regionais e sociais no Estado; criar oportunidades para todos em Minas Gerais; tais são alguns dos rumos que estamos perscrutando em nosso planejamento estratégico 2008-2011.

Minhas palavras finais são de muita fé e otimismo. Tenho a convicção de que, na celebração desses 45 anos do BDMG, mais além de reverenciar o seu passado notável e glorioso, é o momento de, nele inspirado, inventar o seu futuro. Que os espíritos dos nossos pioneiros nos dêem força e nos iluminem nessa nova trajetória! Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Coral do BDMG, que apresentará a música "Oh, Minas Gerais". Ele será conduzido pelo Maestro Arnon Sávio Reis de Oliveira.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras do Sr. Murilo Badaró

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, e prezado Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG; na pessoa do nosso Silvano Cançado, o decano dos ex-Presidentes presentes, saúdo todos os companheiros e funcionários do banco e seu magnífico coral.

Quero também pedir a complacência do Plenário para esse gesto de ousadia parlamentar de quebrar o protocolo para pedir, pela ordem, a palavra, e certamente vou merecer essa generosidade dos senhores e senhoras. Sou a única testemunha viva, neste Plenário, dos atos parlamentares que deram causa ao Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. Farei um relato rápido - não vou cansá-los -, mas o suficiente para deixar registrado, nesta sessão solene, ao ensejo do 45º aniversário de fundação do Banco, esta pequenina crônica de como o Poder Legislativo é capaz de, com criatividade e, sobretudo, com espírito público, causar um benefício de tal relevância a Minas Gerais, como foi o caso do Banco de Desenvolvimento.

O Partido Social Democrático, do qual fazia parte, era majoritário na Assembléia, nos anos de 1959, 1960, 1961 e 1962, no governo Bias Fortes. O Governador Magalhães Pinto, em 1961, consegue eleger-se em oposição ao governo que vigia naquela época. Nós, que éramos da bancada mais forte, comandávamos o processo parlamentar, e é claro que, guardadas as dimensões do tempo, tudo era absolutamente diferente do que é hoje. Havia homens de grande experiência, naquele tempo, no parlamento. Eu era um dos mais jovens da bancada, mas tínhamos homens experimentados, como, por exemplo, Pio Canedo, do Partido Social Democrático; Cícero Dumont, do Partido Republicano; e outros.

Quando Magalhães ganhou a eleição e assumiu o governo, em 1961, nós, que passamos vários anos no comando da situação política, viramos oposição. O Capanema, alguns anos mais tarde, disse em uma das frases que o papel da Oposição é criar dificuldades para o governo. Nós fomos conduzindo a Oposição. Vejo ali a UDN representada pelo Dr. Orlando Vaz, Presidente do Centro Jurídico Brasileiro. A UDN, muito dura no governo, resolveu implantar a sua doutrina política de conquista do poder, e instalou-se, então, o atrito. O Milton Lucca de Paula era jornalista na Assembléia, nesse tempo, outra testemunha disso.

Acontece que, em um determinado período, o Deputado Reni Rabelo, que pertencia ao partido do Adhemar de Barros, o Partido Social Progressista - PSP -, começou uma coleta de assinaturas para criar o Banco do Desenvolvimento dos Municípios do Estado de Minas Gerais.

Essa era a ementa do projeto, seguida de uma série de artigos que davam, na sua imaginação, a consistência para o banco que ele desejava para os Municípios. E nós, da Oposição, imaginávamos que o Magalhães não poderia vetar o projeto dos Municípios, porque criaria um grande embaraço político para ele. Aí aprovamos o projeto na Assembléia Legislativa. O projeto foi à sanção, e o Governador Magalhães Pinto, assessorado por um talentoso cidadão, que depois foi Presidente do Banco, Paulo Camillo de Oliveira Penna, fez um veto cirúrgico, digamos um veto de cirurgia plástica no projeto. Vetou integralmente o projeto, menos a expressão "Fica criado o Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais".

Daí para frente, leis e projetos subsequentes foram compondo a estrutura dessa maravilhosa instituição, que hoje comemora 45 anos, tão bem definidos pelo precioso texto do Presidente Paulo Paiva.

Fui testemunha disso e não poderia deixar de registrar para os anais essa pequena crônica, porque cada um de nós, por mais modesto que desejemos ser, temos sempre um lugar reservado, um cadinho onde colocamos os nossos troféus. E esse é um dos troféus que carrego orgulhosamente comigo. E o destino depois me premiou com a possibilidade, com a fortuna de ser Presidente da instituição que, num dia de 1962, ajudei a criar, com a minha assinatura de apoio. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Dr. Paulo de Tarso Almeida Paiva, Presidente do BDMG; Exmo. Sr. Dr. Murilo Badaró, Presidente da Academia Mineira de Letras, que nos deu uma belíssima aula da história do Parlamento mineiro; Exmo. Dr. Leonídio Bouças, Diretor do Indi; Exmo. Dr. Luís Carlos Maciel, Prefeito de Ouro Fino; Exmo. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; Diretores do BDMG; funcionários; senhoras e senhores.

Os 45 anos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, motivo desta reunião comemorativa, representam um importante capítulo da

história econômica e cultural do Estado. Desde 1962, ano de sua fundação, vem o BDMG participando, pelos seus financiamentos de médio e longo prazos, dos mais importantes empreendimentos que hoje sustentam a economia mineira.

Graças à sua intervenção, assistimos à implantação do parque fornecedor de autopeças e à expansão dos segmentos siderúrgico e cimenteiro, decisivos para o setor industrial. No segmento agrícola, a incorporação do cerrado às nossas áreas produtivas ou a revitalização da cafeicultura trouxeram uma face mais moderna e competitiva às atividades geradas em nosso campo.

Por outro lado, as ações do BDMG Cultural têm favorecido todas as expressões artísticas de nosso Estado, viabilizando o aprimoramento de nossos valores culturais e estéticos, que ressaltam a identidade do povo mineiro.

Parceiro de todos os que acreditam no potencial de crescimento de Minas Gerais, investindo em setores vitais, o Banco tem promovido, além da diversificação econômica, a interiorização do desenvolvimento, tendo em vista a redução das desigualdades regionais.

Com essa política que conjuga geração de renda e justiça social, enfatizando ainda a dimensão da cultura, o BDMG vem tendo uma atuação indispensável em todo o território estadual, pois também financia o comércio, os serviços e a infra-estrutura dos Municípios. Defendendo a valorização do ser humano, pela promoção da ética e da transparência, junto à busca da competência técnica e da excelência operacional, tem sido também um importante promotor do desenvolvimento sustentável.

Assim, comporta-se, em todas as suas operações, como um agente de responsabilidade social e ambiental. Apóia, portanto, as empresas que se voltam para a preservação ambiental e utilizam novas tecnologias no combate aos graves problemas que afetam o meio ambiente. Seu código de ética é um referencial para os profissionais envolvidos com o desenvolvimento econômico e social do Estado. Além de empenhado no sucesso dos clientes, o BDMG promove a cooperação, a responsabilidade, a legalidade e a justiça.

Esta casa, que abriga os representantes do povo mineiro, só tem a agradecer, em nome dos cidadãos deste Estado, por essa trajetória de competência, que vem caracterizando a nossa principal instituição de fomento. Ao Dr. Paulo Paiva, ilustre Presidente, expoente do pensamento econômico do País, e ao Dr. Itamar Franco, ex-Presidente da República, agora à frente do Conselho Econômico da instituição, nossos cumprimentos especiais, extensivos a cada funcionário ou dirigente que participou da construção desse irrepreensível passado. Em mãos tão competentes e tão comprometidas com a causa do progresso do Estado e com o bem-estar dos mineiros, reconhecemos o presente favorável ao Banco e o compromisso com seu futuro, que certamente se traduzirá na sua continuidade, sempre estratégica para Minas Gerais. Muito Obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 21, às 14 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 36ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/9/2007

Presidência do Deputado Weliton Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Célio Moreira - Palavras do Deputado Eros Biondini - Apresentação musical - Entrega de placa - Palavras do Sr. Marcos Dione Ugosky Volcan - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Genaro - Célio Moreira - Eros Biondini - Getúlio Neiva - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Antônio Genaro, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Marcos Dione Ugosky Volcan, Presidente Nacional da Renovação Carismática Católica - RCC -; e Deputados Federais Miguel Martini e Odair Cunha; os Revmos. Srs. Padre Alexandre Fernandes de Oliveira, Vice-Chanceler da Arquidiocese de Belo Horizonte, representando o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, Dom Walmor Oliveira de Azevedo; e Padre Reinaldo da Silva, representante da Comunidade Canção Nova; e os Exmos. Srs. Vereador Fred Costa, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Deputados Célio Moreira e Eros Biondini, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Revmos. Srs. Padres Lourival Felipe Soares, Pároco da Paróquia Santo Antônio, na Pampulha; Philippe Berget, Professor da PUC Minas e assistente eclesialístico do Conselho das Novas Comunidades de Minas Gerais; Ângelo Márcio de Paula; Gladstone Elias de Souza; João de Deus Dantas; Lino; Marcelo Alves de Oliveira; Philippe Jacques Barrucand; e Waldemar; das Revmas. Sras. Irmãs Beatrice Bourrat, missionária do Conselho do Camenc, Comunidade Chemin Neuf; Marinez Rossata e Natália; dos membros do Conselho Nacional da Renovação Carismática Católica; da Comissão Estadual da RCC, Poliana Lara Milanesi, Aidê, Flávia Lobato, Marildias, Inês Pimenta, Janaína Santos, Mirela Sá dos Santos; do Coordenador Diocesano Arnaldo Betil, da Comunidade Novo Israel; da Sra. Heloísa, da Comunidade Mundo Novo; da Maria Camila, da Comunidade Nova Aliança; da Ministra Regional e Irmã Rute, da Toca de Assis; dos Coordenadores de

Ministérios da RCC estadual, Rita de Cássia Teixeira, Tânia Mara Araújo, Fernando Ribeiro Gonçalves Neto, Luiz Fernando Gomes da Silva; da RCC de Belo Horizonte, Wilson da Silva, Gilene Agda Pinto, Márcia Marques, Maria Virgínia e Sebastião Vital; das Comunidades Gospa Mira e Árvore da Vida; e dos Exmos. Srs. Milton Araújo, Presidente do Propagavende; Francisco Martins, membro do conselho consultivo do Propagavende; e Adriano Ventura, da Nesp.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Renovação Carismática Católica pelo transcurso de seus 40 anos de criação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Célio Moreira

Exmos. Srs. Deputado Weliton Prado, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Marcos Dione Ugosky Volcan, Presidente Nacional da RCC; Miguel Martini, Deputado Federal atuante, nosso amigo e irmão, que tem dado o testemunho de sua fé e o compromisso com a doutrina social no Congresso Nacional; Revmo. Pe. Alexandre Fernando Oliveira, Vice-Chanceler, representando D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; Pe. Reinaldo da Silva, representante da Comunidade Canção Nova; e Deputado Eros Biondini, meu amigo e autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, a Assembléia Legislativa fez uma grande aquisição, um homem de fé e responsabilidade, que vem lutando para que os princípios, os valores e as verdades da doutrina católica sejam mantidos, e que tem sido uma testemunha viva na Assembléia. Parabéns pelo trabalho. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, senhoras e senhores, minhas irmãs e meus irmãos; gostaria de saudá-los na paz de Nosso Senhor Jesus Cristo. Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo!

Desejo a paz a todos. Com muita alegria, preparei um pequeno discurso. É com muita alegria que homenageamos nossa querida Renovação Carismática Católica. (- Lê:)

"Caríssimos irmãos, dou graças ao meu Deus, por meio de Jesus Cristo, a respeito de vós, pois a fama de vossa Fé espalhou-se pelo mundo inteiro".

Tomo a liberdade de iniciar esta fala repetindo a saudação do nosso saudoso Papa João Paulo II, inspirada em Romanos, 1;8, com que iniciou seu discurso por ocasião da Conferência Internacional para os Responsáveis pelo Movimento Carismático Católico. Faço-o em reconhecimento à grande contribuição dada por esse importante líder espiritual à cristalização da RCC, por seu empenho na proclamação da fé católica carismática. João Paulo enxergou, como ninguém, a importância do surgimento da Renovação Carismática Católica em seu tempo e espaço, em sua busca de comunhão permanente com o Espírito Santo.

"Estou convencido de que este movimento é um importante componente desta total renovação da igreja, desta renovação espiritual da igreja", diria João Paulo na audiência ao Conselho Internacional realizado em 11/9/79. Com reverencial respeito a todos os credos, crenças e doutrinas, esta Casa toma hoje a liberdade de homenagear a Renovação Carismática Católica pelos seus 40 anos, que completa com vigor, alegria, ciente de sua importância no resgate da fé, principalmente junto aos jovens, no seu jeito corajoso e alegre de glorificar a Deus, de buscá-lo e se deixar tocar por ele.

Estamos celebrando aqui um movimento que não nasceu do acaso, mas motivado por questões preocupantes, como o distanciamento do jovem da vida religiosa. Um movimento que surgiu mundialmente no século XX, produto de um longo processo da Igreja na busca de si mesma, do desejo da presença criadora e libertadora do Espírito Santo na Igreja.

Esse despertar para uma nova postura católica frente ao Espírito Santo foi fortalecendo-se em várias etapas, com a semente lançada em 9/5/87, quando o Papa Leão XIII publicou a Encíclica "Divinum Ilud Munus", lamentando que o Espírito Santo fosse pouco conhecido e apreciado, e concitava o povo a maior devoção a Ele. A leitura, os sermões e os livros sobre esse documento acabaram influenciando muitas pessoas e estimularam também um número importante de estudos sobre a atuação do Espírito Santo na Igreja.

Em dezembro de 1961, a vida da Igreja contemporânea ficaria profundamente marcada pelo Concílio Vaticano II. Na visão de seu promotor, o Papa João XXIII, o Concílio deveria ser uma abertura de janelas para que um ar novo e fresco renovasse a Igreja. E preconiza o papa: "Repita-se no povo cristão o espetáculo dos Apóstolos reunidos em Jerusalém, depois da ascensão de Jesus ao céu, quando a Igreja nascente se encontrou reunida em comunhão de pensamento e de oração com Pedro, pastor dos cordeiros e das ovelhas". Em sua oração preparatória do Concílio Vaticano II, o Papa resumia toda a confiança em um novo tempo de comunhão entre Deus e o homem cristão: "Digne-se o Espírito Santo escutar de forma mais consoladora a oração que sobe a Ele de todas as partes da Terra. Que Ele renove em nosso tempo os prodígios como de um novo Pentecostes e conceda que a Santa Igreja, permanecendo unânime na oração com Maria, mãe de Jesus, e sob a direção de Pedro, dilate o reino do Divino Salvador, reino de verdade e justiça, reino de amor e paz".

Na perspectiva do Cardeal Suenens, João XXIII estava consciente de que a Igreja necessitava de um novo Pentecostes, e acrescenta: "Agora, olhando para trás, podemos dizer que o Concílio, indicando sua fé no carisma, fez um gesto profético e preparou os cristãos para acolher a Renovação Carismática, que está se espalhando por todos os cinco continentes".

E, depois de quatro etapas conciliares, o Papa Paulo VI encerrou o Concílio Ecumênico Vaticano II em uma cerimônia ao ar livre, na Praça de São Pedro, no dia 8/12/65. Na III Conferência Internacional da RCC, em Roma, Paulo VI diria que a renovação espiritual, a Renovação Carismática Católica era uma sorte para a Igreja e para o mundo.

Na compreensão que tem de si mesma, a Renovação Carismática Católica percebe-se como um acontecimento estreitamente vinculado ao Concílio, surgindo no momento em que se começava a procurar caminhos para pôr em prática a renovação da Igreja, desejada, ordenada e inaugurada pelo Concílio Vaticano II. Um ano depois do término do Concílio, em 1965, começa a despontar o fenômeno religioso chamado Renovação Carismática, como desdobramento da evolução da espiritualidade pós-conciliar. Mas seu nascimento deu-se, de fato, após um retiro espiritual realizado em fevereiro de 1967, na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, na Pensilvânia, nos Estados Unidos, a partir do relato de uma estudante que participou do retiro, em carta enviada ao seu professor, Monsenhor Lacovantuno. Na carta, a estudante relatava desde o preparo para o encontro até os acontecimentos daqueles dias com entusiasmo e surpresa. Dizia a estudante: 'Eu fiquei particularmente impressionada pelo conhecimento do poder do Espírito Santo e pelo vigor e a coragem com que os apóstolos foram capazes de espalhar a boa-nova, após o Pentecostes'. Confessa ao final que o encontro transformara sua vida. Em outro trecho da carta, ela atesta: "Agora tenho certeza de que não há nada que tenhamos de suportar sozinhos, nenhuma oração que não seja atendida, nenhuma necessidade que Deus não possa

cobrir com sua riqueza. Eu me vi, de repente, conversando com Jesus Cristo e vendo desde logo o resultado desse trabalho. Eu jamais teria ousado fazer essas coisas no passado, mas agora, ao contrário: é impossível deixar de fazê-las. É como disseram os apóstolos depois de Pentecostes: Como podemos deixar de falar sobre as coisas que vimos e ouvimos?".

A experiência inicial vivida nessas universidades, caracterizada por um reavivamento espiritual por meio da oração, da vida nova no Espírito Santo, com a manifestação dos seus dons, foi tomando corpo, transpondo rapidamente o ambiente de origem. Grupos de oração foram surgindo noutras universidades, paróquias, mosteiros. Os testemunhos multiplicavam-se vindos dos mais variados grupos de pessoas: operários, ex-presidários, professores, religiosos das mais diversas ordens. Embora os primeiros momentos da Renovação tenham-se dado em torno do retiro de Duquesne, e apesar de estarem os americanos igualmente presentes no seu nascimento em diversos outros países, seria falso atribuir a expansão da Renovação Carismática unicamente à sua influência. Na verdade, a RCC explodiu quase ao mesmo tempo em todos os cantos da Terra, em todas as igrejas, sem que se saiba muito bem como é que o fogo se ateou. No mesmo ano em que a RCC criou corpo nos Estados Unidos, chegou ao Canadá por meio dos jovens que estudavam em Notre Dame, crescendo rapidamente naquele país. Em 1973 aconteceu o primeiro congresso internacional, em Indiana, contando com 25 mil participantes, e outro em Roma, reunindo 120 líderes de 34 países. Em 1974, o segundo congresso internacional, também nos Estados Unidos, reuniu 30 mil participantes, estando presentes 700 padres e 15 bispos. No mesmo ano, em Roma, era promovido o segundo congresso, com 220 líderes de 50 diferentes países. No período de 1970 a 1980, a Renovação já estava presente em outros países de língua inglesa, bem como na Europa Ocidental. Entre 1980 e 1990, a RCC ampliou suas relações com a hierarquia, período em que houve grande esforço, por parte de suas lideranças, pela aproximação entre os diversos países e a consolidação de organizações nacionais e internacionais. Na década seguinte, marcada pela mudança de regime político do Leste europeu, surgiram muitos grupos de oração nos países que compunham a antiga União Soviética. O movimento se expandia também na África, Ásia e América Latina. Filipinas, Brasil e México estão entre os países com maior número de participantes e grupos de oração. São os grupos de oração a base da estrutura da RCC, organizados geralmente nas paróquias. Liderados por leigos, esses grupos são formados por um número variado de pessoas em reuniões que acontecem semanalmente. Muitos grupos de oração deram origem às comunidades carismáticas, onde os laços de vida entre seus integrantes são mais estreitos. Essas comunidades têm várias estruturas, vocações, formas e graus de dedicação. Algumas delas foram muito importantes para o desenvolvimento e propagação do Evangelho e para a Renovação Carismática.

Além de encontros nos grupos de oração, os membros da Renovação Carismática se reúnem com alguma frequência em encontros de oração, que ocorrem nos fins de semana, na forma de retiros, congressos visando aprofundar o conhecimento da Renovação e preparar novos líderes. Também por meio dos grupos de oração, o "Seminário de Vida do Espírito Santo", do qual, acredito, todos aqui já participaram, em que temos a oportunidade de receber o querigma, a mensagem de como Deus nos ama, de como somos importantes para Deus. Vamos dizer para as pessoas que ainda não experimentaram Jesus, que ainda não tiveram um encontro pessoal com Jesus, que Deus as ama, com suas fraquezas, pecados e dificuldades. Para aquelas pessoas que questionam o amor de Deus e que protestam contra a possibilidade de Deus ser amor, uma vez que existem guerras, mortes e doenças no mundo, queremos anunciar que, dentro do querigma, isso se deve ao pecado, que separa, mata. Mas esse pecado não irá separar, pois a misericórdia de Deus é bem maior. Por amor a mim, a você, a todos os filhos, Deus mandou Seu Filho, Jesus Cristo, Filho vivo de Deus. Sempre digo nos grupos, retiros e no seminário de vida no espírito, naquele buraco criado entre o amor de Deus e o pecado, Jesus, com sua cruz, fez uma ponte para chegarmos a Seu coração. Basta termos fé, convertermo-nos e assumirmos Jesus Cristo como o Senhor e Salvador de nossa vida. Assim faremos como Maria: eis-me aqui, o servo e a serva do Senhor, e faça de mim segundo a Sua vontade. Dessa forma viveremos em comunidade, iremos servir e ver o quanto somos importantes e quantas pessoas precisam de nós. Podem ser organizados em âmbito paroquial ou diocesano os grupos de oração, os retiros ou os seminários. Em média, uma vez por ano, ocorrem, em cada Estado ou diocese, os cenáculos, que são grandes encontros que reúnem milhares de pessoas em estádios de futebol ou ginásios poliesportivos, em que se realizam dias de oração semelhantes aos que ocorrem nos grupos de oração. Em Roma, a Renovação conta com um escritório internacional, que teve como origem um centro de comunicação, que surgiu em Michigan, considerado o centro de referência do início da Renovação Carismática nos Estados Unidos. Ele foi reconhecido em 1970 com o nome de Escritório Internacional de Comunicação.

O reconhecimento oficial da Renovação Carismática pela Santa Sé foi obtido após metucioso trabalho de avaliação realizado pelos membros do Escritório do Serviço Internacional da Renovação Carismática. Com o apoio de bispos e cardeais, seu estatuto foi aprovado depois de submetido a alguns ajustes em 1993, detalhando sua natureza, objetivos e estrutura. Em 14/9/93, por meio do Pontifício Conselho para os Leigos, foi expedido o decreto de reconhecimento do Serviço Internacional da Renovação Carismática Católica. No Brasil, a Renovação Carismática Católica teve sua origem na cidade de Campinas, São Paulo, em 1969, com o Pe. Eduardo Dougherty, sacerdote jesuíta norte-americano, que mais tarde passou a partilhar seu trabalho com Pe. Haroldo Joseph, também jesuíta. Foi o Padre Eduardo quem cuidou de difundir a Renovação Carismática em todas as Capitais do País. E, nos anos seguintes, com o Padre Sales, também jesuíta, promoveu retiros conhecidos como Experiência do Espírito Santo e, depois, como Experiência de Oração, por todo o Brasil. O trabalho cresceu mais ainda com a adesão do nosso querido Pe. Jonas Abib, que mais tarde criaria a Comunidade Canção Nova. Em 1974, foi realizado o I Congresso Nacional da Renovação Carismática, com orientação do Pe. Silvestre Scandian. Esse movimento ganhou força em meados dos anos 90, em todo o País, e já responde sozinho por grande parte dos católicos praticantes brasileiros. Popularizada principalmente entre os jovens, a Renovação Carismática Católica prega e vive a fé em Jesus, Senhor e único Salvador de todos, e busca promover uma experiência pessoal com o Deus vivo, para renovar os valores religiosos e morais dos cristãos. Na Renovação Carismática Católica, nós, da Igreja Católica como um todo, somos chamados a romper com o pecado, a viver a santidade de Cristo por meio do Espírito Santo, que concede ao homem a plena realização e resgata a sua imagem e semelhança com o Criador de todas as coisas, em observância às Sagradas Escrituras.

Este movimento trouxe ainda, como somatório, a expansão de vocações religiosas e sacerdotais, além do envolvimento da Igreja no trabalho missionário. Marcou seu engajamento com as ações de caráter social e filantrópico, sempre trabalhando em comunhão com as dioceses e arquidioceses, em comunhão e obediência aos nossos Padres, Bispos, Arcebispos, Cardeais e ao nosso Papa. A Arquidiocese de Belo Horizonte conta hoje aproximadamente 600 grupos de oração. Temos grupos de oração na Capital com aproximadamente mil pessoas. Temos grupos de orações com 20, 30 pessoas. Mas, graças a Deus, tem sido anunciado, com autoridade e poder, que Jesus Cristo vive e é o Senhor. O que celebramos hoje, com a graça de Deus, são os frutos do crescimento dessa fé, sua perenização, o despertar de uma forma menos ortodoxa e mais espontânea na busca do Espírito Santo, que se faz presente nesta Casa, entre nós, alertando-nos de nossas responsabilidades como cidadãos e representantes dos ideais e da honra de nossos eleitores. Toda quinta-feira, ao meio-dia, temos um grupo de orações na capela da Assembléia Legislativa, onde também está sendo anunciado, com autoridade e poder, que Jesus é o Senhor. É o Senhor desta Casa também. Todos os meses, temos missa para todos os gabinetes e diretorias. Quero aqui dar nossos cumprimentos a todos que ajudaram a manter acesa essa força, a chama dessa fé por meio da Renovação Carismática. Peço aplausos para todos, para honra e glória do Nosso Senhor Jesus Cristo. Combinamos de ser um discurso bastante rápido, mas não poderia deixar de registrar, nos anais da Casa, esta maravilha que é a Renovação Carismática. Meu testemunho pessoal é que assumi meu batismo e minha crisma a partir do momento em que entrei no grupo de orações. Fui coordenador de grupo de orações, de paróquia, de forania, fui coordenador junto à Arquidiocese de Belo Horizonte, com o Manoel, com o João Batista, com o Rogério, que hoje é padre da nossa igreja e tem sido um pai, uma luz para nós. Então, por meio da Renovação, assumimos, engajamos os movimentos. Com isso queremos fazer como fez Jesus, ir ao encontro das pessoas, chegar perto do padre e dizer: "Estou aqui e preciso participar do movimento". Nossa Igreja está sempre solicitando que oremos e peçamos ao Pai que mande mais operários, porque a messe é grande e os operários são poucos. Obrigado.

Palavras do Deputado Eros Biondini

Caro amigo Deputado Weliton Prado, representando aqui o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia, quero saudá-lo e, na sua pessoa, saúdo a todos, Deputadas e Deputados presentes, que compõem o grupo dos 77 Deputados da Assembléia Legislativa de Minas Gerais; querido Pe. Alexandre, que hoje representa nosso querido Arcebispo D. Walmor, que tanto nos apóia, incentiva e acolhe, em cuja pessoa também gostaria de cumprimentar toda a nossa arquidiocese, tantos sacerdotes que nos honram e emocionam com sua presença. Obrigado, Pe. Alexandre, por ter vindo e pela mensagem do D. Walmor de carinho e afeto. Sabemos que, através da TV Assembléia e da TV Canção Nova, a arquidiocese toda se une neste dia solene. Muito obrigado. Meu querido amigo Marcos Volcan, Presidente Nacional da RCC, que carinho e alegria tê-lo conosco, na sua pessoa cumprimento todo o conselho, que se faz presente em Belo Horizonte, nesta reunião tão importante para todos nós, da Renovação Carismática do Brasil. Cumprimento a todos os que fazem parte da liderança da Renovação. Também nos lembramos

da Poliana e do Wilson, ambos coordenadores estaduais e arquidiocesanos. Cumprimento meu querido Pe. Reinaldo, representando aqui a Comunidade Canção Nova, e na sua pessoa cumprimento todos os representantes de todas as comunidades e de outros movimentos que vieram prestigiar esta data tão importante para todos nós. Que o senhor abrace o nosso querido Pe. Jonas Abib, um dos pais da RCC no Brasil. Querido amigo Deputado Federal Miguel Martini, companheiro de missão, caminhada, evangelização, ministério e chamada vocacional na política. Quero saudá-lo, juntamente com o Deputado Odair Cunha, ambos atuantes e testemunhas vivas da espiritualidade da RCC no Brasil, que já fazem parte dessa história, neste chamado de fé e política. Querido amigo Deputado Célio Moreira, co-autor do requerimento, quero cumprimentá-lo e parabenizá-lo pelo exemplo que tem sido para mim, por estarmos caminhando juntos, dando a nossa contribuição e o nosso testemunho cristão nesta Casa. Querido amigo Vereador Fred Costa, do também querido PHS. Estamos aqui com as três esferas representadas: Deputado Miguel Martini, eu e V. Exa. Também quero, na sua pessoa, cumprimentar a todos os homens públicos presentes, os Vereadores que aqui estiverem. Senhoras e senhores, membros de comunidades, queridos irmãos, amigos que nos acompanham pela TV Assembléia e pela TV Canção Nova.

Realmente, estou emocionado por este dia e quero deixar meu coração transbordar toda essa emoção e alegria verdadeira de hoje poder, com o Deputado Célio Moreira, proporcionar esta justa e maravilhosa homenagem. Sinto-me privilegiado porque o primeiro ano desse novo chamado de Deus para minha vida, para representar o povo de Deus, coincide com os 40 anos da RCC. Para mim isso é muito significativo e um sinal profundo da confirmação da missão que Deus me conferiu. Hoje, num determinado aspecto, Marcos, é o dia mais importante do meu mandato. A RCC extrapola os seus limites, transborda nessa graça a arquidiocese, as comunidades, como a Nova Aliança e a Canção Nova, que nos geraram para a fé, para sermos anunciadores e missionários. Como disse, para nós, sobretudo para mim, hoje é um dia marcante neste Parlamento. Sempre temos dito que a política é a arte e a ciência da busca do bem comum. Isso cai como uma luva na espiritualidade carismática, no chamado missionário da Igreja. Basta percebermos, na Carta de São Paulo, no capítulo XII, quando ele fala sobre os dons, sobretudo no versículo 7, quando diz que a cada um é dada a manifestação do Espírito para o bem comum. Sabemos, então, que não há como separar essa busca do bem comum dos dons que cada um recebeu e que devem multiplicar-se para construir o reino de Deus aqui na Terra.

A RCC, sem dúvida, tem tido uma espiritualidade que faz com que sejam derramadas bênçãos em toda a nossa Igreja durante esses 40 anos. Como disse, transbordando da Igreja, atingindo todos os lugares, todos os corações e todas as pessoas. Aqui mesmo nesta Casa, quantas vezes, ao nos pronunciarmos como membros da RCC, somos aparteados por outros Deputados que não fazem parte do movimento, mas que conhecem essa história e que, de alguma maneira, na sua família ou em algum contexto de suas vidas, foram já tocados e transformados por essa realidade. O Deputado Weliton Prado pode testemunhar isso aqui.

Não há um dos 77 Deputados desta Casa que hoje, ao cruzar o nosso caminho, não sinta também essa ação poderosa de Deus que já vem agindo na vida de todos nós.

Tenho certeza de que a RCC, com os seus dons, com sua maneira de evangelizar, também perfumou toda a Igreja. Toda a Igreja é perfumada hoje pela Renovação.

Todos os movimentos, assim como ofereceram dons para a Renovação, também recebem dela esse avivamento, que é, a meu ver, a passagem de uma vida de caminhada cristã, de religiosidade ou, para algumas pessoas, do simples cumprimento de ritos, para uma experiência pessoal com Deus e uma abertura à ação do Espírito Santo, que nos faz missionários e instrumentos de cura e de libertação. É isso que temos visto acontecer na Renovação e, por meio dela, até nos confins da Terra, aonde ela tem chegado.

Vejam quantas pessoas estão aqui. O Presidente me dizia que, para uma sexta-feira à tarde, o quórum é privilegiado. Vocês aqui enriquecem essa festa, essa celebração, podemos dizer assim. A Renovação tem sido dom, perfume, bênçãos para toda a nossa Igreja e para o mundo inteiro.

Como homem público, quero dizer, olhando nos olhos de cada um dos que fazem parte do Conselho, que honra-me não só ser representante aqui da RCC, mas ser um representante consagrado à evangelização da Igreja Católica. Assim, a presença aqui do Pe. Lourival e de tantos outros padres alegria muito o meu coração.

Quero beijar a D. Márcia, uma das pioneiras da RCC de Belo Horizonte e, ao beijá-la, beijo a todos os que iniciaram a Renovação aqui na nossa Capital.

Sempre que entro nesta Casa, e fui inspirado por Deus a fazer isso, repito a frase que Jesus falou ao entrar na casa de Zaqueu, que também era homem público: "Hoje a salvação entrou nesta Casa". Quero dar o testemunho de como Deus tem abençoado esse trabalho e como penso, em meu coração, relativamente a ser um representante da Renovação Carismática Católica, da nossa Igreja, nesta Casa, sobretudo em virtude do chamado de Deus. É importante valorizarmos este lugar, tão desgastado não só por realidades sofridas e contratestemunhos de tantas pessoas, mas também porque o povo acaba por não lançar bênçãos sobre esta Assembléia, mas maldições.

Este é um lugar abençoado, santo. Por isso este é um dia tão especial. Desta Casa, precisa fluir toda a bênção para o povo de Minas Gerais, como devem fluir bênçãos da Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, para todo o nosso Brasil. Nós, enquanto Renovação e Igreja, não só precisamos envolver-nos nas lutas, mas lançar sobre este lugar cada vez mais bênçãos. Devemos pedir a Deus que abençoe nossos políticos, os nossos representantes, como na oração eucarística somos levados a fazer. Oramos pelo Chefe da Nação e do Estado e por todas as pessoas constituídas autoridades. Na adoração, momento mais alto de intimidade com Deus, somos levados a orar e pedir a Deus bênçãos para todas as pessoas constituídas em dignidade.

Temos de cumprir nosso papel e, enquanto povo, lançar sobre esta Casa, sobre este lugar, bênçãos, renunciando a toda maledicência. Quando, em determinados momentos, generaliza-se a classe política, falando mal de todos, mesmo os bem-intencionados recebem maldições sobre suas vidas. Precisamos ser pessoas de bênçãos, enquanto renovação carismática, e por isso Deus proporcionou esta reunião. Devemos ser como aquele homem que subiu na montanha e pediu a Deus que abençoasse seu povo, tendo Deus respondido que fosse ele mesmo a bênção para o seu povo, que fosse ele mesmo a bênção para a sua casa, que fosse ele mesmo a bênção para a sua família e para o seu trabalho.

É uma honra ser um representante autêntico de cada um de vocês. Por mais que nos esforcemos, jamais conseguiremos corresponder à expectativa de um povo tão maravilhoso, como o povo de Deus. Não seremos capazes de corresponder às expectativas e nem mesmo às necessidades e ao sofrimento dessas pessoas. Todavia, queremos fazer como aquele rapaz que tinha cinco pães e dois peixes. Mesmo que alguns subestimem os cinco pães e dois peixes - quero abraçar meu amigo e meu coordenador, Luís Carvalho -, nunca devemos deixar de colocá-los nas mãos de Jesus, que sempre poderá fazer um milagre. Sempre poderá fazer.

Sinto meu chamado tal qual o chamado de Davi, que estreou sua vida pública num dos momentos mais difíceis de seu povo, do povo de Israel, justamente quando aquele gigante se levantou para derrubar seu povo e afrontar seu Deus. Davi havia simplesmente ido àquele local para levar comida aos que estavam lutando, para seus irmãos que eram guerreiros desde criança, já treinados para a guerra, para a vida pública. Davi, um menino que cantava os Salmos do Senhor, que cuidava das ovelhas, quando viu a realidade de seu povo, não se conformou e se ofereceu para lutar contra Goliás. Seus irmãos, o próprio rei e as pessoas ligadas à vida de Davi disseram a ele que não lutasse, pois era muito jovem e aquele gigante era treinado para a guerra desde a sua infância. Diziam que ele não conseguiria derrotá-lo, que não deveria lutar. Você é um pastor; continue cantando seus salmos. E Davi disse: "não, eu quero". Então, convencido por Deus, o rei permitiu que ele fosse lutar. O

rei quis que ele lutasse com suas armaduras, mas Davi não suportou, teve de lutar com seus próprios dons. Ele não se acovardou, e foi com o pouco de que dispunha. Ou seja, como aquele jovem que tinha cinco pães e dois peixes, ele conseguiu não só vencer aquele gigante mas também começou um novo tempo para o seu povo. Começou ali, até chegar ao rei de Israel.

Davi trouxe bênção para o templo e para toda aquela nação. Durante 40 anos, o povo de Deus ficou no deserto, até que a promessa Dele fosse cumprida para abençoá-lo. Há 40 anos, a renovação foi inspirada por Deus, pelo Espírito Santo. É tempo de pedirmos a Deus que abençoe também, com suas promessas, o povo brasileiro. Hoje, Deus está-nos permitindo trazer a ação do Espírito Santo para esta Casa. Então trazemos a bênção de Deus para esta Casa, pois estamos aqui não só como lideranças da renovação mas também como instrumentos de unção, de bênção. Portanto, quero louvar a Deus e agradecer-Lhe a oportunidade. Peço-Lhe que nos capacite, cada vez mais, a sermos fiéis, honrados e lutadores pelo seu reino.

Quero dar um beijo na Irmã Marinez. Em sua pessoa, quero dar um beijo também em todos os religiosos e religiosas da Toca de Assis, do Caminho Novo e de outras comunidades.

Todos nós, parlamentares, católicos, cristãos, irmãos evangélicos, temos uma bandeira: a da luta em defesa da vida. Nesta solenidade, após ler as poucas, porém profundas palavras enviadas ao meu gabinete pelo Governador, com o objetivo de nos cumprimentar, pretendo presentear o Presidente do Conselho da Renovação com este símbolo internacional em defesa da vida: este broche com dois pezinhos no tamanho original de um pé de um feto de 10 semanas.

Em todo o Brasil, estamos realizando uma luta em defesa da vida. É bom que o mundo inteiro saiba que, se hoje o aborto ainda não foi legalizado no Brasil, com certeza isso se deve à luta de homens públicos como Célio Moreira, Miguel Martini, Odair Cunha, Weliton Prado e tantos outros que durante anos lutam em defesa da vida e contra a cultura da morte. Parabéns, Presidente, pela sua coragem, pela sua ousadia em conduzir não só o Conselho mas também a Renovação Carismática Católica.

Gostaria de encerrar meu pronunciamento com a leitura das palavras que nos foram enviadas pelo Governador Aécio Neves: (- Lê:)

"Belo Horizonte, 19 de setembro de 2007. Impossibilitado, por compromissos, de comparecer à reunião especial comemorativa dos 40 anos da Renovação Carismática Católica, cumprimento a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela realização do evento e, destacadamente, os Deputados Eros Biondini e Célio Moreira, autores da iniciativa. Reconhecidamente, a Renovação Carismática vem, ao longo de sua trajetória, contribuindo largamente para que a Igreja cumpra a missão de evangelizar e transformar vidas. No espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II, que trouxe consigo novo impulso para que fosse anunciado com vigor e determinação o Evangelho, a Renovação Carismática tem contribuído para um grande despertar espiritual. Resta-nos, portanto, cumprimentar os envolvidos com propósitos tão elevados, desejando que entusiasmo e fé continuem a sustentar e ampliar o trabalho da Renovação Carismática Católica".

Encerro com as mesmas palavras que usei na primeira vez que subi a esta tribuna, no meu primeiro dia de trabalho nesta Casa: quando os dois filhos de Zebedeu procuraram Jesus pedindo que os colocasse em seu reino, um à direita e outro à esquerda, Jesus lhes ensinou - e ensina a cada um de nós - que, muitas vezes, aqueles que detêm o poder oprimem e massacram as pessoas. Mas, entre nós, não deve ser assim. Aquele que quiser ser o primeiro tem de ser o servo de todos. E aquele que quiser ser o maior tem de ser aquele que primeiro serve. Quero ouvir estas palavras de Jesus, dizendo que este é o propósito que me conduz aqui. Servir a Deus, aqui, o chamado que Ele nos confiou. Muito obrigado pela confiança, pela presença, pelo carinho e porque, com certeza, estamos construindo um novo tempo. E a terra prometida, depois desses 40 anos, é nossa. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir Kennia e Banda Mundo Novo, que apresentarão as músicas "Sonho de Paz", de Roseli Duque - Missão Mensagem Brasil -, e "Com Tua Mão", de Suely Façanha - Comunidade Shalom.

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Weliton Prado, representando o Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará entrega ao Sr. Marcos Dione Ugosky Volcan, Presidente Nacional da Renovação Carismática Católica, de placa alusiva a esta comemoração. A placa contém os seguintes dizeres: "Há 40 anos, a Renovação Carismática Católica, com a importante missão de realizar um trabalho voltado para o desenvolvimento espiritual das pessoas, vem-se difundindo mundialmente como um dos maiores acontecimentos religiosos da atualidade. A homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais a esse nobre movimento, cuja iniciativa hoje se revela vitoriosa na aproximação entre os povos e na consolidação de organizações nacionais e internacionais."

O Sr. Presidente - Convido também os Deputados Eros Biondini e Célio Moreira, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem, para me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Marcos Dione Ugosky Volcan

Exmos. Srs. Deputado Weliton Prado, representando o Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Alberto Pinto Coelho; Deputado Federal Miguel Martini; Deputado Federal Odair Cunha; Revmo. Vice-Chanceler Pe. Alexandre Fernandes de Oliveira, representando o Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte, D. Walmor Oliveira de Azevedo; Vereador Fred Costa; Revmo. Pe. Reinaldo da Silva, representando a Comunidade Canção Nova; Deputados Célio Moreira e Eros Biondini, autores do requerimento que deu origem a esta homenagem; prezados irmãos, especialmente nossa Irmã Poliana, Coordenadora Estadual da RCC de Minas Gerais, e nosso Irmão Wilson, Coordenador da Renovação Carismática da Arquidiocese; irmãos e irmãs do Conselho Nacional; demais irmãs e irmãos do Estado de Minas Gerais e aqueles que nos acompanham pela televisão.

Teríamos muitas coisas a dizer, principalmente em um momento tão significativo que vive a Renovação, em que se comemoram seus 40 anos. Tivemos a oportunidade de receber muitas homenagens e já comemoramos este jubileu em momentos significativos. Recentemente, organizamos um congresso latino-americano, com a presença de todos os países deste continente na Comunidade Canção Nova, e alegramo-nos com a grande representatividade e repercussão do evento.

Não é por acaso que, nesses dias, está acontecendo em Minas uma reunião do Conselho Nacional. Aqui, nesta Casa, há representantes dos 27 Estados do Brasil e do Distrito Federal. Estamos em uma reunião e assembléia do Conselho Nacional, que tem como objetivo avaliar a

caminhada da Renovação e planejá-la bianualmente, e o ambiente é de oração e discernimento. Quarenta anos é uma data muito significativa na vida de um movimento, pois representa o tempo que o povo de Deus passou no deserto antes de vislumbrar a terra prometida.

Estamos fazendo essa experiência. Vimos no início desta reunião, de forma oportuna, um breve relato de nossa história. Lembro-me muito do Papa João XXIII diante dos acontecimentos do mundo moderno. No início do século XX, alguns profetas diziam que, ao final daquele século, o mundo ocidental não teria mais religião e não precisaria mais de Deus, pois o homem se emanciparia por meio da razão e do conhecimento. Ao contrário do que se pensava, chegamos ao final do século XX com um mundo sedento de Deus. João XXIII, observando isso, convoca um concílio que seria de diálogo com esse mundo e de atualização da Igreja. E por isso pede um ar novo, um vento novo sobre a Igreja, como o novo Pentecostes.

O que marca a vida da Renovação é esse acontecimento de 2 mil anos atrás: Pentecostes. Pentecostes, de onde nasce a nossa amada Igreja, é o evento por excelência ao qual nos remetemos, mesmo comemorando apenas 40 anos.

Estar nesta Casa, com vocês, neste Estado representa muito para nós. A Renovação cresceu muito em todo o mundo: hoje, estamos presentes em 240 países, com mais de 140 mil grupos de oração, e mais de 120 milhões de católicos fizeram essa experiência. Estar nesta Casa, em Minas Gerais, porque este é um Estado em que a Renovação é muito vigorosa; talvez o Estado em que tenhamos o maior número de grupos de oração no Brasil. E, nesses 40 anos, a Renovação Carismática está aprendendo, com sua história, que a vida "orante" leva-nos a uma vida atuante na sociedade. Com ela, despertamos desde muito cedo para a vida política, que, como disse o Deputado Eros Biondini, é uma arte e uma ciência: a arte e a ciência do bem comum. O Evangelho leva-nos a valores elevados, da busca da justiça e da solidariedade entre os povos. A Renovação Carismática tem pregado e, por meio dela, milhões de vidas são restauradas pelo poder de Deus, e nós, que estamos presentes nesta Assembléia, somos testemunhas disso - testemunhas de que o poder de Deus, por meio de seu Filho Jesus Cristo, pode transformar vidas e ajudar a construir uma nova sociedade.

Temos o desejo profundo, como dizia João Paulo II, de sermos rosto e memória desse fato que aconteceu há 2 mil anos, que é Pentecostes, mas que se repete sempre que a Igreja necessita. Em tempos de crise, em que alguns dizem que a Igreja perde seus fiéis e que há um esvaziamento, nosso movimento, por incrível que pareça, cresce com vigor, assim como outros movimentos e comunidades que têm trabalhado porque acreditam que o Espírito Santo continua vivo e atuante no mundo.

Falamos muito, nesse ambiente das Assembléias, por onde passa a vida e o poder do País - e estamos acostumando-nos um pouco com isso - no bem comum, na justiça e na solidariedade. Em uma linguagem diferente dessa, temos aprendido que é preciso construir uma civilização que chamamos de civilização do amor. A civilização do amor não se constrói somente com palavras. João Paulo II indicou-nos também o caminho ao dizer que o único jeito de essa civilização acontecer é se ela for fecundada por uma outra cultura: a cultura da vida, que traduzimos, com as palavras de João Paulo II, como cultura de Pentecostes. A cultura de Pentecostes, da qual nasceu a Igreja, é um modo de viver diferente, de se relacionar diferente e de agir com as estruturas do mundo de forma diferente.

Agora há pouco, recebi esse símbolo: um símbolo de luta pela vida, que talvez nos possa ajudar a traduzir um pouco melhor o nosso pensamento, concluindo assim essa breve fala. No País, ainda há homens e mulheres que, tendo recebido a graça da vida, defendem uma cultura de morte; são capazes até de criar grandes teses para defender, por exemplo, o aborto, já citado aqui. Estamos falando do aborto, mas poderíamos citar outros tantos exemplos de coisas e atividades que se instauram neste país e que representam essa cultura da morte. Nós, da Renovação Carismática Católica, temos algo a dizer sobre isso: somos a favor da vida; da vida, desde a sua origem até o final. E agradecemos a Deus porque Ele tem levantado, no meio do nosso povo, homens e mulheres que têm descoberto a vocação política, um chamado. E, apesar de toda crise que muitas vezes pode parecer-nos passar a vida política do País, graças a Deus temos alguns homens e algumas mulheres - ao menos, dentro do Movimento e outros tantos que são de boa-vontade - que têm levantado essa bandeira.

Estamos aqui hoje não só para receber uma homenagem - fomos surpreendidos há poucos dias com uma proposta para estar aqui e a acolhemos de imediato -, mas também para dizer a esses homens e mulheres que queremos acompanhá-los e que esse é um caminho que a RCC tem de fazer, sim. Penso que estamos sendo agraciados por estarmos aqui, não só homenageados. Temos 27 coordenadores estaduais, Presidentes de conselhos estaduais, que têm consciência do quanto a RCC tem de estar atuante na vida pública e política do País, senão correremos o risco de acontecer o que tem acontecido na Europa, em países como Portugal, onde a cultura da morte está entrando com leis que gerarão custos, que serão pagos com os nossos impostos.

Irmãos, irmãs presentes, Srs. Deputados, autoridades religiosas, Sr. Vereador, sentimo-nos muito agradecidos por esta homenagem. Louvamos a Deus pela oportunidade de estar comemorando em mais um momento os 40 anos da RCC. Sairemos daqui com um compromisso renovado de orarmos e de incentivarmos, em nossas bases, onde vivemos. Orar pelos nossos políticos e incentivar aqueles que têm vocação política para ocupar estas cadeiras, não para defender causas próprias e oportunistas de um movimento, mas para defender aquilo que é para o bem do País, do seu Estado, do seu Município. Temos essa consciência crítica. Não estamos aqui para defender interesses particulares ou clientelistas. Nossos Deputados, graças a Deus, têm a consciência de que estão aqui porque uma comunidade os envia para defender os interesses do povo. Esse povo que, muitas vezes, infelizmente, não é assim representado. Agradecemos não só esta homenagem, mas essa trajetória, algumas recentes, como a do Eros, outros com uma boa trajetória, como a dos Deputados Miguel Martini e Odair, mas que para nós são sinal de esperança e de testemunho.

Falo em nome de todo o conselho, sentimo-nos agradecidos, homenageados e estaremos rezando e incentivando a todos que seguirem os passos de vocês. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Primeiramente, gostaria de dizer da minha alegria e da minha felicidade por ter tido a honra de presidir esta reunião. Gostaria de parabenizar os autores desta iniciativa, Deputados Célio Moreira, amigo, com quem há cinco anos convivemos e trabalhamos em prol do Estado de Minas Gerais nesta Assembléia, e Eros Biondini, que é uma grata revelação e vem-se destacando aqui como um dos Deputados mais atuantes desta Casa, com compromisso com a juventude, o bem comum, o próximo. Faça questão de citar o Deputado Miguel Martini, pois aprendemos muito com ele.

Eu, como Líder da Oposição, e o Deputado Miguel Martini, como Líder da Maioria, nesta Casa travamos vários debates neste Plenário, e é uma satisfação tê-lo aqui conosco. Também está aqui o Deputado Federal Odair Cunha, colega que conheço muito bem. Sou testemunha de seu compromisso com o próximo e do projeto de inversão de prioridades, no dia-a-dia. Quantas vezes estive ao seu lado! Enfim, quero agradecer a todos da Mesa, ao Sr. Marcos Dione Ugosky Volcan, Presidente Nacional da RCC; o Revmo. Sr. Padre Alexandre Fernandes Oliveira, Vice-Chanceler, representando D. Walmor Oliveira de Azevedo, Arcebispo Metropolitano de Belo Horizonte; o Vereador Fred Costa, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Padre Reginaldo Silva, representando a Comunidade Canção Nova e os autores.

Ao comemorar essas quatro décadas da RCC, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais vem reconhecer a força da solidariedade e da fraternidade de todos esses cidadãos católicos, preocupados com um mundo melhor e livre do egoísmo, da soberba e dos vícios. Fonte de reconstrução da vida e da fé de tantos brasileiros, merece a RCC o nosso apoio e a nossa admiração. Muito obrigado.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta aos convidados os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião especial de segunda-feira, dia 24, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 89ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 25/9/2007

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.830, que dispõe sobre a orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao inciso I do art. 2º e ao art. 3º e pela rejeição do veto ao restante da proposição.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, que acrescenta parágrafos ao inciso VI do art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, do Governador do Estado, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev - para o Regime Próprio de Previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 6, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 469/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a utilização de madeira apreendida no Estado de Minas Gerais para a construção de habitações populares e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 669/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.084/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Módica o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 709/2007, do Deputado Padre João, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Viçosa o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cambuquira o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 27ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h30min do dia 25/9/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.536/2007, do Deputado Paulo Guedes.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.174/2007, da Bancada do PMDB; 104/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 232/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 342/2007, do Deputado Doutor Viana; 391/2007, do Deputado Antônio Júlio; 489/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 687/2007, do Deputado Arlen Santiago; 731/2007, da Deputada Ana Maria Resende; 1.010/2007, do Deputado Padre João; 1.220/2007, do Deputado Almir Paraca; 1.309/2007, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.438/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.459/2007, do Deputado Agostinho Patrús Filho; 1.476/2007, do Deputado Leonardo Moreira; 1.503/2007, do Deputado Bráulio Braz; 1.515/2007, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.301/2007, da Deputada Cecília Ferramenta; 1.502/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.517/2007, do Deputado Hely Tarquínio; 1.533/2007, do Deputado Ademir Lucas; 1.534/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.535/2007, do Deputado Dimas Fabiano; 1.537/2007, do Deputado Sávio Souza Cruz; 1.539/2007, do Deputado Zé Maia; 1.540 e 1.541/2007, do Deputado André Quintão; 1.544, 1.545 e 1.546/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes; e 1.614/2007, do Deputado José Henrique.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 26ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 25/9/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.468/2007, do Deputado Zé Maia.

Requerimentos nºs 1.154/2007, do Deputado Doutor Viana; 1.172/2007, da Comissão de Constituição e Justiça.

Finalidade: debater o serviço de transporte rodoviário intermunicipal fretado de passageiros, em face de recentes decretos editados pelo Poder Executivo Estadual .

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 25/9/2007

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.499/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.417/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.461 e 1.484/2007, do Deputado Wander Borges.

Requerimentos nºs 1.097/2007, do Deputado Tiago Ulisses; 1.132/2007, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e 1.165/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 24ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Na 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.175/2007, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 25/9/2007, destinada à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; à apreciação de pareceres e requerimentos; e à apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.830, que dispõe sobre a orientação profissional aos alunos do ensino médio das escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Educação; das Propostas de Emenda à Constituição nºs 19/2007, do Deputado Doutor Viana e outros, que acrescenta parágrafos ao inciso VI do art. 76 da Constituição do Estado; e 22/2007, do Deputado Gilberto Abramo e outros, que acrescenta inciso ao art. 76 da Constituição do Estado; do Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, do Governador do Estado, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada - Ugeprevi - e o Conselho Estadual de Previdência - Ceprev - para o Regime Próprio de Previdência do Estado de Minas Gerais, altera a Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e dá outras providências; e dos Projetos de Lei nºs 469/2007, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a utilização de madeira apreendida no Estado de Minas Gerais para a construção de habitações populares e dá outras providências; 669/2007, do Deputado Gilberto Abramo, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaúna o imóvel que menciona; 709/2007, do Deputado Padre João, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Viçosa o imóvel que especifica; 1.084/2007, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Nova Módica o imóvel que especifica; e 1.111/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cambuquira o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 24 de setembro de 2007.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Pimenta, Antônio Júlio, Célio Moreira e Walter Tosta, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/9/2007, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a elevação, este ano, de cerca de 50% no preço do cimento, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2007.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Indicação de Membro do Conselho de Defesa Social

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Ronaldo Magalhães, Durval Ângelo, Fahim Sawan e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/9/2007, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se argüir publicamente o Sr. Cláudio Chaves Beato Filho e, se possível, discutir e votar o Parecer para o Turno Único da Mensagem nº 79/2007, do Governador do Estado, e discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de setembro de 2007.

Getúlio Neiva, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 18/9/2007

O Deputado Gustavo Valadares* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, o que me traz a esta tribuna é um assunto que diz respeito à vida de todos nós, brasileiros, todos os contribuintes que sofrem com o excesso da carga tributária praticada hoje pelo governo federal, principalmente.

Atualmente, o brasileiro trabalha para pagar imposto, Deputado Inácio Franco. Venho aqui hoje para fazer pressão e acredito que falo em nome da nossa Bancada do DEM aqui na Assembléia Legislativa e de outros Deputados que assinaram o documento propondo a criação da frente parlamentar contra a prorrogação da CPMF.

Há aproximadamente 20 dias, tive a oportunidade de colher assinatura dos 77 Deputados, sendo que 30 já assinaram o documento que será levado a Brasília, como tentativa de mobilizar o Congresso Nacional a não prorrogar a CPMF. É importante que a população brasileira e a mineira em especial, a qual representamos aqui na Assembléia Legislativa, tenha consciência de que a contribuição criada em 1996 pela Emenda à Constituição nº 12, de 15/8/96, tinha uma alíquota de apenas 0,20%. Naquela época, essa emenda à Constituição dava um prazo máximo de vigência de 24 meses a essa contribuição. Cobravam-se, portanto, 0,20% e dava-se o prazo máximo de 24 meses, ou seja, dois anos. O dinheiro arrecadado seria totalmente investido na área da saúde, que sempre foi problemática no nosso país. É um setor que precisava e precisa de investimentos. Qualquer brasileiro, principalmente o que precisa do SUS, concorda que a saúde está sempre precisando de recursos.

Passados dois anos de vigência, a CPMF teria de ser extinta. Em 1998, ela foi prorrogada e sua alíquota aumentada de 0,20% para 0,38%. É bom que se diga de forma clara que a população brasileira sempre foi contrária a mais esse tributo, nesse caso, contribuição. E ela vem sendo prorrogada, prorrogada, prorrogada. Hoje, dia 18/9/2007, mais uma vez o Congresso Nacional discute sua prorrogação. O meu partido e o partido do nosso colega Deputado Doutor Viana deixaram claro o seu posicionamento, contrário à prorrogação dessa contribuição, por acreditar que o Brasil não mais precisa dela. Contamos com a ajuda de pessoas importantíssimas dos diversos segmentos da sociedade brasileira, como o Presidente da Fiesp, Paulo Skaf, que no último dia 11 de setembro esteve em Brasília na comissão especial que trata do assunto e, mediante estudo bem elaborado, conseguiu comprovar e mostrar à população brasileira e aos Deputados membros da comissão que o incremento da arrecadação de tributos pelo governo federal torna desnecessária a prorrogação da CPMF.

Podemos perguntar: por que continuar penalizando o cidadão brasileiro?

No caso da CPMF, os mais pobres são os que mais sofrem, porque eles têm de tirar o dinheiro do banco para poder comprar o necessário para manter o seu sustento durante o mês. Por que vamos continuar punindo o brasileiro, independentemente de classe, com a prorrogação dessa contribuição que já não mais é necessária?

Para os senhores terem uma idéia, o governo federal calcula que irá arrecadar neste ano de 2007, que é o último ano da CPMF, R\$32.000.000.000,00, com essa contribuição.

Sobre a previsão do aumento de receita - quando falamos em aumento de receita, estamos falando do que não foi previsto na Lei Orçamentária de 2007, que foi discutida no final do ano passado, no Congresso -, houve um incremento, Deputado Inácio Franco, que vai chegar a aproximadamente R\$70.000.000.000,00. Qualquer brasileiro pode fazer essa conta. Se deixarmos de lado os R\$32.000.000.000,00 da CPMF, ainda sobriam aproximadamente de R\$38.000.000.000,00 a R\$40.000.000.000,00, de aumento de receita do governo federal, para serem usados nos diversos programas deste governo. Além disso, se o governo ainda tivesse a capacidade - e eu duvido que tenha, pelo menos no que diz respeito ao governo que aí está - de diminuir os gastos públicos, esse dinheiro, Deputado Arlen Santiago, poderia estar sendo usado até para investimentos na área de V. Exa., no Norte de Minas, e, ainda, na própria saúde do nosso Estado, que está precisando muito. E também para melhorar o valor que é pago por consultas pelo SUS, o que hoje já é uma vergonha.

É preciso deixar claro à população mineira e brasileira que essa contribuição já não se faz necessária para os cofres públicos brasileiros.

O primeiro argumento para a criação da CPMF é que ela seria investida integralmente na saúde, o que nunca aconteceu. Durante o primeiro mandato do Presidente Lula, a saúde piorou, Deputado Inácio Franco, e é fácil constatar isso, basta ir a um posto de saúde ou a um hospital público e ver as filas e o pequeno número de médicos e enfermeiros. A saúde piorou, e, enquanto isso, a arrecadação da CPMF vem sempre aumentando. Então, esse é o primeiro argumento.

O governo federal está enganando a população brasileira quando cobra a CPMF. Ele usou e continua usando o argumento de que ela é usada para a saúde. Mentira, não o é. Esse é o primeiro argumento.

O segundo argumento é que hoje não mais se faz necessária a prorrogação porque há um incremento da arrecadação do governo federal que permite a sua não-prorrogação, isto é, que permite abrir mão desses R\$30.000.000.000,00, aproximadamente, que estão sendo arrecadados com a CPMF.

Para os senhores terem idéia, esse tributo consome cerca de R\$630,00 de cada família brasileira, durante um ano, dinheiro que, se pararmos de cobrar a CPMF, ou seja, se não aceitarmos a prorrogação, deverá ser todo ele investido na economia brasileira, com conseqüente aumento na geração de emprego. É importante que a população brasileira tenha consciência disso.

Antes de conceder aparte ao Deputado Bráulio Braz, conhecedor, como ninguém, da nossa pesada carga tributária, gostaria de deixar para a população brasileira o meu "site", que é o seguinte: www.gustavovaladares.com.br, onde consta o "e-mail" eletrônico de todos os parlamentares mineiros na Câmara Federal e também o endereço eletrônico dos três Senadores mineiros no Senado Federal, para que a população mineira possa mobilizar-se e pedir a eles que votem contra a prorrogação.

O Deputado Bráulio Braz (em aparte) - Obrigado, nobre colega. Realmente, a população está indignada, pois a cada dia mais a carga tributária aumenta no País.

Quero acrescentar uma informação interessante em relação à CPMF. A CPMF, cobrada em cascata, representa 1,2% do PIB, e a previsão do governo federal é investir, por ano, apenas 0,8% do PIB. Por aí os senhores podem ver o tamanho dessa carga tributária.

Em contrapartida ao volume de arrecadação da CPMF neste ano, mesmo sendo tão grande, a carga tributária vem crescendo em função do aumento do PIB, acima de R\$2.000.000.000.000,00 hoje, e o aumento da arrecadação já superou o valor anual da CPMF. Estou apenas fazendo coro com V. Exa. porque acho que o governo pode abrir mão da CPMF. Infelizmente, como empresário, parlamentar e homem do povo, eleito para representá-lo, tenho quase plena certeza de que o governo conseguirá prorrogar a CPMF. Jamais o nosso povo terá, em curto e em médio prazo, uma redução de carga tributária. Não tenho esperança, mas parabens-o por sua luta e do seu partido, o DEM. Pertencço ao PTB, mas represento o povo, e não meu partido. Como empresário, não estou satisfeito com isso.

O Ministro Guido Mantega falou hoje nos jornais que o povo nem nota que paga a CPMF, que o povo está acostumado a pagar e nem observa que está pagando, de tão pequena que é. A arrecadação da CPMF dá R\$40.000.000.000,00 para os cofres públicos, muito mais que o governo investe em produção. Isso realmente deixa o povo indignado, mas infelizmente, mesmo fazendo coro com V. Exa., acho difícil conseguirmos impedir a prorrogação da CPMF. Obrigado.

O Deputado Gustavo Valadares* - Gostaria de agradecer a V. Exa. o aparte, que muito engrandece este pronunciamento. Pediria a V. Exa., como homem consciente dos seus deveres e das suas obrigações, defendendo os interesses de Minas, que entrasse em contato com os parlamentares federais mineiros que V. Exa. bem conhece, para sensibilizá-los de que não é necessária a prorrogação dessa contribuição. O povo brasileiro já não aguenta mais essa carga tributária, e todos nós temos consciência disso. Que seja feito de forma clara, sem nenhum jogo apenas de oposição a um governo, mas mostrando claramente que o incremento que o governo teve neste ano com arrecadação de impostos já permite que ele possa abrir mão dessa contribuição. Portanto pediria a V. Exa. que faça isso.

Está claro que essa contribuição, se fizermos um trabalho em conjunto com a população mineira, corre o risco de não ser prorrogada, e é o que todos nós queremos. O nosso partido, o DEM, já fechou a questão na Câmara e no Senado: é contra a prorrogação.

O PSDB, por meio do seu Líder na Câmara, Deputado Antônio Carlos Pannunzio, também já disse que se sensibilizou com os dados apresentados na última audiência pública, em que esteve presente o Presidente da Fiesp, e disse que, na Câmara, iriam votar pela não-prorrogação da CPMF. E que acreditava que os Senadores do PSDB fariam o mesmo. Somados os Senadores do PSDB com os Senadores do DEM, já é 80% do caminho para não haver prorrogação da CPMF. Precisamos de mais poucos votos no Senado Federal para conseguirmos barrar a prorrogação.

Pediria à população brasileira que entrasse em contato com os seus representantes na Câmara Federal e no Senado Federal para barrarmos essa prorrogação, que já não é mais necessária para manter a arrecadação do Estado e as obrigações do governo federal.

Para terminar, apenas para mostrar, mais uma vez, que o Presidente Lula se mostra incoerente com aquilo que disse no passado, ele mesmo já admitiu que foi contra a CPMF. Diz que quando era da Oposição, ia ao Congresso pedir para barrarem a CPMF.

Se há alguns anos o próprio Presidente teve consciência de que não era necessária a instituição dessa contribuição, por que vamos pedi-la agora, quando já estão claros os números que comprovam que o governo federal pode abrir mão desse recurso e dar esse presente à população brasileira, que pode devolver ao bolso do brasileiro o que é seu direito?

Muito obrigado, Presidente. Fica aqui esse recado aos parlamentares mineiros, para que trabalhemos em conjunto pela não-prorrogação da famosa CPMF. Muito obrigado, Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Sr. Presidente, eminente Deputado Doutor Viana; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; público presente; imprensa; queridos telespectadores da grande TV Assembléia.

Dizem alguns que as sextas-feiras são pouco produtivas para o Poder Legislativo. Nesses sete meses e meio em que estou aqui, tenho tido provas concretas de que isso não é verdade. Um dos muitos exemplos disso foi a última sexta-feira, dia 14, quando, entre as reuniões agendadas em meu gabinete, tive a satisfação de receber um documento que continha mensagem do Governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, a esta Casa Legislativa, que trata da doação, pelo Estado, ao Município de Cataguases, na Zona da Mata mineira, um terreno do DER, para que se construa ali uma unidade do Corpo de Bombeiros.

Imediatamente, entrei em contato com as rádios locais e todos os meios de comunicação disponíveis para que se transmitisse à região da Zona da Mata, especialmente a Cataguases, a Mensagem nº 95/2007, em que o Governador autoriza o DER a doar o referido terreno ao Município de Cataguases, e me prontifiquei a acompanhar "pari passu" a tramitação dessa mensagem. Agora, já fui informada pelo nosso querido Deputado Dalmo, Presidente da Comissão de Justiça, de que essa mensagem já se encontra nessa Comissão, onde aguarda a indicação do relator para passar à Comissão de Fiscalização Financeira, para que imediatamente aconteça o que queremos: a concretização da doação desse terreno.

Antes mesmo de iniciar os meus trabalhos nesta Casa, passamos, no mês de janeiro, por maus lençóis, como comumente se diz, em Cataguases e toda a região - o que inclui até mesmo a cidade do Deputado Bráulio Braz - em consequência das chuvas avassaladoras que ali caíram. Com isso, sentimos de perto a ausência de uma unidade do Corpo de Bombeiros - Muriaé tem uma, mas Cataguases não, assim como Mirai não tem e por isso também sofreu muito com as fortes chuvas.

A partir daquele momento, retomei a carga sobre esse projeto, que considero de extrema importância para Cataguases e cidades vizinhas. A iniciativa do Governador Aécio Neves é um passo importantíssimo, restando agora ao Município de Cataguases, por meio da Prefeitura Municipal, a tarefa de edificar o espaço físico para atuação do Corpo de Bombeiros, sem o ônus de lançar mão de um terreno pertencente à localidade.

Outra notícia que interessa a todos nós, Deputados, é que também nessa sexta-feira recebi correspondência do Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, Cel. Honorato, informando-nos que foi autorizado a iniciar os trabalhos de treinamento de 500 Soldados Bombeiros e 30 Oficiais, que servirão a dez unidades do Corpo de Bombeiros no Estado, incluindo-se aí a cidade de Cataguases, minha cidade.

Além disso, está sendo finalizado o estudo para concurso na Corporação, visando à ocupação desses cargos.

Nós, Deputados, principalmente os da Zona da Mata e de outras cidades onde será instalada uma unidade do Corpo de Bombeiros, deveremos informar que a juventude, sem nenhuma discriminação de gênero, e mulheres e homens, deverão estar atentos à publicação do edital para o concurso. Isso implica dizer que, no mais tardar, em finais de 2008, poderemos ter em funcionamento, em Cataguases, esse importante serviço, o de uma corporação dos Bombeiros.

A presença dessa unidade significa segurança para a comunidade e para as empresas. Sua presença em Cataguases é, no aspecto segurança, mais um item favorável a um maior número de unidades comerciais e industriais no Município. Cataguases é uma cidade com muitas particularidades. Entre elas está o fato de aglutinar muitos patrimônios históricos e culturais, com diversos casarios, que precisam ser preservados e necessitam de ações preventivas contra incêndios, o que agora passará a ser garantido.

Deixo aqui, neste momento em que me dirijo aos meus queridos amigos Deputados e ao público presente, por meio da TV Assembléia, o meu agradecimento especial ao Governador Aécio Neves, sempre atento às necessidades dos Municípios mineiros, ao Secretário de Governo, Danilo de Castro, que tem sido um grande parceiro em minhas iniciativas relativas à Zona da Mata, e ao Cel. Honorato, pela presteza e forte iniciativa.

Dizem alguns que notícia ruim vem em trinca - é muito comum dizer isso em Minas Gerais -, mas notícia boa também vem. Ainda na sexta-feira, me foi comunicada a aprovação de projeto de utilidade pública apresentado por mim nesta Casa, direcionado à Comunidade Terapêutica Renascer, com sede em Cataguases. A Lei nº 16.957, de 14/9/2007, promulgada pelo Governador Aécio Neves, declara a Comunidade Terapêutica Renascer como de utilidade pública.

Caros colegas Deputados e Deputadas, muitas pessoas elaboram poucos projetos de utilidade pública, fazem muito pouco caso deles, mas gostaria de afirmar o inverso. Existem entidades que atuam com uma seriedade sem igual, levando esperança a muitas famílias. É o caso da Comunidade Renascer. Trata-se de um trabalho humanitário presta assistência aos que se enveredam pelo caminho dos diversos vícios. É preciso ajudá-la sempre, e isso só é possível tornando-a uma entidade de utilidade pública.

Meus amigos Deputados e Deputadas e todos que me ouvem, tenho a convicção de que essa lei em muito contribuirá para a cidade de Cataguases e região.

Mas há também as entidades cujo mérito está em sua luta histórica, com forte traço cultural, e daquelas que agem em prol de uma determinada categoria de trabalhadores. Assim, o Governador Aécio Neves declarou de utilidade pública, na sexta-feira, uma associação de Mateus Leme, específica de mulheres, a Cavalhada Feminina.

Outra grande vitória foi o fato de ter sido também reconhecida como de utilidade pública a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime -, que há muito luta por esse reconhecimento. Como percebemos, as coisas boas também vêm em trinca, e esperamos seja sempre assim.

Portanto, meus amigos, porque nós, da região da Zona da Mata, fomos beneficiados com mais uma corporação do Corpo de Bombeiros, a Comunidade Renascer, a Cavalhada de Mateus Leme e a Undime, para nós esse é dia de vitória, dia de aplauso a nosso Governador por nos propiciar, como Deputada Estadual, a alegria desses momentos. Muito obrigada.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Belo Horizonte sedia nesta semana o VI Festival Lixo e Cidadania, um festival que congrega organizações de catadores de materiais reciclados de todo o País, entidades ambientalistas, acadêmicos, militantes da área social, especialistas que possuem uma experiência prática ou acadêmica na questão da coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos.

Esse festival tem sido coroado de êxito e hoje se afirmou, talvez, como o maior evento dessa política pública em nosso país, e queria aqui registrar, com muita - mas muita mesmo - alegria, o fato de a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por meio de uma audiência pública conjunta das Comissões de Participação Popular, que tenho a honra de presidir, e de Meio Ambiente e Recursos Naturais, ter realizado hoje pela manhã o evento inaugural desse festival, em um debate público sobre o Projeto de Lei nº 1.269/2007, do governo do Estado, que trata da política estadual de resíduos sólidos em Minas Gerais.

O fato de a Assembléia, em um gesto de reconhecimento do Movimento Lixo e Cidadania, dos catadores de materiais recicláveis, ter sido escolhida para sediar esse primeiro evento é sinal de um trabalho acumulado, um trabalho que começou aqui, no ano de 2003, quando realizamos, dentro do Plenário da Assembléia, uma audiência pública que contou com praticamente 1.200 catadores de materiais recicláveis de todo o País e que teve uma conquista muito objetiva: naquele momento, com a presença do Secretário José Carlos Carvalho, conseguimos uma alteração na resolução da Fundação Estadual do Meio Ambiente, que praticamente expulsava os catadores de materiais recicláveis do processo de gestão do resíduo sólido nos Municípios mineiros.

É muito importante que a Assembléia tenha sediado esse evento em 2003, pois Minas Gerais - pasmem, Srs. Deputados e Sras. Deputadas - tem ainda, na maioria dos seus Municípios, os chamados lixões.

A maioria dos Municípios de Minas não tem aterro sanitário, aterro controlado e nem sistema de compostagem. Os lixões ainda prevalecem. Há pessoas vivendo dia e noite nos lixões, há trabalho infantil nos lixões, há poluição de bacias, de mananciais e de nascentes; há ocorrência de doenças graves, que infectam milhares de pessoas no Estado, isso em consequência da ausência de uma cultura de valorização da política pública de resíduos sólidos, da falta de recurso público a ser destinado aos Municípios para implementarem a gestão adequada de resíduos sólidos. Há falta histórica de orientação técnica a esses Municípios.

É verdade que essa situação vem-se alterando. Hoje há um esforço do Ministério das Cidades, no âmbito do Estado, da própria Secretaria de Meio Ambiente, do Secretário José Carlos de Carvalho - reconheça-se aqui neste Plenário que é uma pessoa dedicada e afeta a este tema, que tem feito todos os esforços para orientar os órgãos estaduais para enfrentarem essa dura realidade. Mesmo com todo o apelo e pressão dos movimentos sociais, das entidades ambientais e dos catadores de papéis, essa realidade ainda é grave no Estado de Minas Gerais.

Em 2003 realizamos uma audiência. A Assembléia foi além. No ano de 2005, por iniciativa minha e do ex-Deputado Laudelino Augusto, a Assembléia realizou o "Seminário Legislativo Lixo e Cidadania", em que reuniu milhares de pessoas nas regiões administrativas de Minas Gerais. Realizamos audiências em 11 cidades-pólos do Estado e uma plenária final desse seminário legislativo com mais de 600 delegados. Conseguimos aprovar neste Plenário um documento contendo 409 propostas para uma política estadual de resíduos sólidos.

Além disso, conseguimos que o governo do Estado incorporasse o "Fórum Estadual Lixo e Cidadania" no debate de um anteprojeto de lei que tratasse da política integrada de resíduos sólidos em Minas Gerais. Conseguimos aprovar, na Comissão de Participação Popular, emendas populares que garantiram recursos para apoiar a organização dos "Fóruns Regionais Lixo e Cidadania", ou seja, a organização dos catadores de materiais recicláveis em todo o Estado de Minas Gerais. Realizamos, ainda, já nesta legislatura, no dia 10 de maio, uma audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Participação Popular, em que cobramos do governo do Estado o envio desse projeto de lei.

Hoje há uma imensa seara de resoluções, normas e leis específicas na área de resíduos sólidos. Não havia nenhuma consolidação legal que norteasse uma política pública. Felizmente, o governo do Estado encaminhou, no dia 16/6/2007, esse projeto de lei, que foi recebido, numerado e tramita na Assembléia e que se encontra na Comissão de Justiça, o Projeto de Lei nº 1.269/2007.

Quero aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, evidentemente como militante dessa área que acompanha esse processo, solicitar do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, e da base do governo o empenho máximo para agilizarmos a tramitação do projeto encaminhado pelo Governador Aécio Neves.

Queremos agilizar, mas sem abrir mão do debate democrático nas comissões, como começamos a fazer hoje por meio dessa audiência pública. É importante que Minas Gerais tenha essa lei, uma lei que estabeleça diretrizes, que estabeleça responsabilidades, que estabeleça parâmetros ambientalmente adequados e socialmente justos para a incorporação dos catadores de materiais recicláveis, uma legislação que priorize a coleta seletiva do lixo, que priorize a prestação de serviços pelas associações e cooperativas de catadores. E aqui abro um parêntese: quando o resíduo sólido não tinha valor porque não havia tecnologia para reciclá-lo, para reutilizá-lo, ou seja, quando ele era lixo, quem era parceiro da coleta seletiva principalmente nos grandes Municípios eram os catadores de material reciclável, os carroceiros. Agora, quando o resíduo sólido transformado tecnologicamente configura-se como mercadoria, como objeto de lucro, grandes empresas começam a querer alijar do mercado exatamente aqueles que vivem desse tipo de atividades econômica, os catadores de material reciclável. Aí vem a onda da terceirização, da

privatização, do alijamento desses verdadeiros parceiros da coleta seletiva de lixo, tão bem exemplificados pela história da Asmare em Belo Horizonte, a Associação dos Catadores de Material Reciclável, experiência hoje internacionalmente reconhecida e que foi exemplo para que outras associações e cooperativas pudessem organizar-se e se fazer presentes hoje na nossa audiência pública, por meio da CataUnidas, uma rede de associações de catadores de materiais recicláveis.

Portanto, reitero aqui o pedido para que a base do governo nos auxilie a agilizar a tramitação do projeto do Governador Aécio Neves, um projeto importante para a política de resíduos sólidos em Minas Gerais, no mesmo momento em que o Presidente Lula encaminha ao Congresso Nacional um projeto de lei tratando da questão do resíduo sólido no plano nacional. O Congresso discute esse tema desde 1991, e agora o Presidente Lula tomou a decisão de mandar um projeto de lei que deve ser apensado a um projeto que já está pronto para ir a Plenário. Esperamos que também no Congresso os Deputados e as Deputadas tenham sensibilidade de não deixar essa proposta do Presidente Lula dormindo em gavetas ou paralisada em comissões.

Queria que, no conteúdo desse projeto, que estimula os Municípios a adotarem uma gestão integrada de resíduos sólidos, houvesse uma orientação quanto à redução da produção de lixo. Brasileiro produz muito lixo. A população, nos últimos anos, cresceu em média 16% e a produção de lixo em 46%. A nossa sociedade de consumo amplia em muito essa produção exagerada de lixo, trazendo problemas ambientais. É preciso estimular a reutilização, a reciclagem, a coleta seletiva, com todos os cuidados pertinentes à saúde humana e à proteção do meio ambiente, mas gerando formas também de estímulo a associações e cooperativas que possam auferir renda com essa atividade, erradicando os lixões, não deixando nenhum ser humano sujeito à condição indigna nas centenas de lixões existentes em Minas Gerais, com crianças no meio dos urubus, correndo o risco de contrair doenças graves.

Para isso, mais do que uma legislação - é importante que se aprove a legislação federal e estadual -, é preciso determinação da sociedade para cobrar dos poderes públicos, em que âmbito for, uma política de gestão integrada de resíduos sólidos, com foco na coleta seletiva, no reaproveitamento dos resíduos sólidos, na reutilização, na reciclagem e sobretudo na incorporação dos catadores de material reciclável nesse processo econômico, social e ambiental, em que foram precursores em nosso país. Agora, há muito tubarão querendo tirar catador de material reciclável da reta para auferir lucro exagerado com o resíduo sólido.

Esperamos que os governantes e que esta Casa tenham a sensibilidade de produzir uma lei que, reconhecendo a pluralidade dos atores públicos e privados que compõem a política de resíduos sólidos, faça o reconhecimento dessa pluralidade, mas adotando o princípio da equidade, que deve reger a política pública de qualidade. E que priorizem aqueles que vivem isso historicamente, têm famílias constituídas e precisam da renda auferida com o resíduo sólido. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, cumprimento a Mesa, a Deputada Maria Lúcia Mendonça, o Deputado André Quintão e os demais Deputados presentes no Plenário. Quero abordar um tema que diz respeito ao Vale do Rio Doce, a Governador Valadares. Tivemos oportunidade de receber, na quarta-feira da semana passada, dia 12 de setembro, o Vice-Presidente da República, José Alencar, em Governador Valadares, quando no exercício da Presidência. Ele esteve lá a nosso convite, e tivemos oportunidade de nos encontrar com ele na cidade de Coronel Fabriciano, a convite do Prefeito Chico Simões, quando participamos da inauguração de uma escola municipal de horário integral, em que seu nome foi homenageado.

Na oportunidade, nós o convidamos a ir a Governador Valadares. Estivemos em seu gabinete em Brasília e fomos muito bem recebidos por sua equipe - pelo Adriano, seu Chefe de Gabinete -, quando formulamos o convite para ir a Governador Valadares. Naquele momento, achamos importante que sua visita ocorresse num evento que acontece todos os anos na cidade: uma mostra empresarial chamada Expoleste, finalizada no domingo passado. O Vice-Presidente aceitou o convite, e houve reforço do convite pela Associação Comercial de Governador Valadares e pelo Deputado Federal Leonardo Monteiro.

A cidade recebeu o Vice-Presidente José Alencar no exercício da Presidência, e deixamos o nosso agradecimento em nome da cidade e da região, que também se fez presente.

Na oportunidade, tivemos um encontro com o empresariado, com os movimentos sociais, enfim, com as lideranças de Governador Valadares. Foi feito um diálogo muito importante sobre as potencialidades da cidade e da região, bem como sobre a contribuição que a Presidência e a Vice-Presidência da República poderiam dar à região e a Governador Valadares.

Entre as sugestões e pautas apresentadas pelas cidades, sugeriu-se ao Vice-Presidente José Alencar que houvesse um incentivo, um estímulo por parte do governo federal, do Presidente Lula, ao setor de pedras, que abrange não somente Governador Valadares, mas a região de Teófilo Ottoni, os Vales do Rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha, a fim de que houvesse, cada vez mais, o crescimento desse setor, a promoção do desenvolvimento da região, a redução dos impostos e, principalmente, para que a pedra bruta pudesse ser lapidada no Brasil, agregando valores e, conseqüentemente, ser exportada para outros países e para outros setores. Essa foi uma solicitação das lideranças desse setor, que ficou de ser avaliada pelo Vice-Presidente José Alencar.

Houve também uma solicitação das diversas lideranças empresariais presentes, como o CDL, a associação comercial e a representação dos movimentos sociais, para acelerar a duplicação da BR-381. Essa rodovia, que vai de Belo Horizonte a Valadares e passa por Mantena, é considerada uma das mais perigosas da região. É uma BR que tem provocado muitos acidentes e muitas mortes. Há uma solicitação de Governador Valadares, bem como há um empenho das lideranças políticas, dos Deputados Estaduais e Federais para que, efetivamente, se antecipe o prazo para a duplicação da referida BR. Além de ela promover o desenvolvimento de toda a região, garantirá a segurança e a vida de tantas famílias e tantas pessoas que transitam ao longo da 381, chamada a BR da morte.

Assim, solicitamos ao Vice-Presidente José Alencar que levasse ao Presidente Lula e ao DNIT a preocupação de toda a região, que é também a do Vale do Aço, bem como a do Vale do Rio Doce. O objetivo é acelerar não somente o projeto, mas também as obras de duplicação da BR-381.

Nesse encontro, também foi solicitado que o governo federal, assim como o governo de Minas, estimulassem especialmente a indústria de base para o Vale do Rio Doce e para a cidade de Governador Valadares. Além disso, houve um pedido para que se fortalecesse a indústria que lá existe, o distrito industrial, especialmente a vinda de novas pequenas e médias indústrias, a fim de favorecer e dinamizar a economia, gerar empregos e fomentar o crescimento de Governador Valadares e da região do Vale do Rio Doce.

Houve ainda a solicitação de tornar o Vale do Rio Doce um território da cidadania. Trata-se de um projeto do governo do Presidente Lula, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, bem como de outros ministérios. O objetivo é promover nas regiões mais empobrecidas dos territórios de Minas e do Brasil o que chamamos de choque de políticas públicas, de inclusão social e de políticas sociais, a fim de promover o desenvolvimento cultural, econômico e social das regiões que precisam do atendimento e do acompanhamento dessas políticas.

Assim, solicitamos a inclusão do Vale do Rio Doce na Sudene e na Adene, em Minas, para que possamos promover o seu desenvolvimento.

Incluídos mais dois aspectos, entregamos, em nome de Governador Valadares, de Prefeitos e Prefeitas da região, da Câmara Municipal de Governador Valadares e de demais Câmaras da região, dos diversos movimentos sociais e do Poder Judiciário, um manifesto ao Vice-Presidente José Alencar pela criação da nossa Universidade Federal do Vale do Rio Doce, única região de Minas que ainda não possui o ensino superior gratuito.

Esse manifesto, assinado por todas as lideranças regionais, incluídas as de Governador Valadares, solicita empenho do Vice-Presidente José Alencar, no exercício da Presidência, para que leve ao Presidente Lula, ao Ministério da Educação, ao Ministro Fernando Haddad e à própria UFMG, esse pedido para que lá seja criada, a exemplo de outras regiões, uma universidade federal. Quem sabe, como propôs a própria UFMG, que se coloca como uma possível "incubadora", possa haver uma extensão universitária capaz de contribuir para a pesquisa, para o desenvolvimento, para a geração de oportunidades para nossa juventude e, principalmente, para levar o conhecimento e aquecer a economia de um vale que precisa de cuidado e atendimento por parte do Estado e do governo federal.

Solicitamos seja levado, ao Vice-Presidente José Alencar e ao Presidente Lula, outro agradecimento da cidade de Governador Valadares e de todo o Vale do Rio doce, pelos investimentos que o governo Lula está fazendo não somente em Valadares mas em diversas regiões dos Vales do Rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha. Governador Valadares, como outras cidades de Minas, receberá um Centro Tecnológico Federal, um Cefet, que contribuirá com o ensino profissionalizante, ampliando as oportunidades de nossa juventude, com um ensino de qualidade. Haverá essa profissionalização dos nossos jovens e a possibilidade de nossa juventude ter um espaço educacional de qualidade em Governador Valadares, o que também ocorrerá em mais 12 cidades de Minas Gerais, como em Pirapora, Almenara, Araçuaí, Contagem, e outras cidades de Minas Gerais.

Solicitamos, nesse encontro, que fosse levado ao Presidente Lula o agradecimento da cidade por esse benefício educacional fundamental para a cidade e toda a região, assim como pelos investimentos que Governador Valadares receberá na área de habitação e urbanização de bairros, especialmente na de saneamento ambiental. Serão mais de R\$120.000.000,00 em projetos do PAC.

Refiro-me a projetos iniciados ainda quando da administração do nosso saudoso e querido companheiro, ex-Prefeito João Domingos Passarela, que fez diagnóstico muito bem elaborado dos bolsões de pobreza de Governador Valadares. Desse diagnóstico, surgiram e foram elaborados vários projetos que, tramitando no governo federal, possibilitaram a captação de recursos para várias áreas.

Alguns desses projetos tiveram continuidade; outros, novos, foram elaboradas pela atual administração. Fato é que a cidade de Governador Valadares, depois de Belo Horizonte e Contagem, é a 3ª que mais receberá recursos do governo do Presidente Lula na área de habitação e saneamento. Mais de 30 bairros serão urbanizados, do ponto de vista do cuidado com as ruas, com as melhorias habitacionais, e, principalmente, com água, esgoto, saneamento ambiental e drenagem; ou seja, haverá uma verdadeira revolução nesses bairros quanto ao atendimento de políticas públicas. Esse é um fato extremamente significativo para a cidade e região.

Também Teófilo Otôni, Itabira, Mantena estão recebendo recursos do PAC. Essas cidades foram hoje contempladas com recursos do governo federal.

Deixamos lá a nossa gratidão, em nome também da cidade, das lideranças e dos Deputados presentes, para que levassem ao Presidente Lula esse agradecimento pela contribuição a uma cidade, e principalmente pelo compromisso com as famílias mais pobres. Além dos investimentos, são mais de 20 mil famílias hoje, em Governador Valadares, atendidas pelos programas sociais, especialmente pelo programa Bolsa-Família, que atinge 20 mil famílias, chegando praticamente a mais de 60 mil pessoas na nossa cidade.

Gostaria de citar os Bairros de Governador Valadares que serão atendidos: Carapina, Asteca, Atalaia, Vila União, Ipê, Penha, Jardim Primavera, Vila Ozanan. Esses bairros receberão recursos a fundo perdido, com uma pequena contrapartida da Prefeitura, que o PAC reduziu para 10%. Mas, em alguns projetos, reduziu em até 5% de contrapartida de recursos para infra-estrutura, que receberão os Bairros Santa Rita, Penha, Distrito Industrial, Distrito de São Vitor, Turmalina, Vila Ozanan, Palmeiras, Nova Vila Bretas, Planalto, Mãe de Deus, Santa Paula, Jardim do Trevo, Altinópolis, Alto Vera Cruz e Alto Paraíso. Trata-se de um conjunto de bairros que terão infra-estrutura para as famílias mais carentes de Governador Valadares.

Além desses projetos, as estações de tratamento de esgoto receberão recursos para contribuir para a despoluição do Rio Doce, com o projeto do Rio Doce Limpo. Há também um financiamento federal para que esse projeto seja realizado na cidade de Governador Valadares. Depois desse evento, o Vice-Presidente José Alencar, no exercício da Presidência da República, abriu a Expoleste, a maior mostra empresarial de toda a região, onde os empresários e os setores ligados ao comércio e ao sistema produtivo estavam apresentando sua mostra, seu trabalho. Enfim, as suas realizações na cidade de Governador Valadares. Parabêniz a todos, o Presidente da Associação Comercial e sua equipe, pelo sucesso da Expoleste e a todos os empresários e trabalhadores que lá estavam apresentando o resultado do seu trabalho. Os movimentos sociais também se manifestaram, todos unidos, para ter uma região e uma cidade que venha a promover o desenvolvimento e o seu crescimento.

Obrigado, Vice-Presidente José Alencar, e também os nossos agradecimentos ao Presidente Lula pelos investimentos em Governador Valadares.

O Deputado Antônio Carlos Arantes - Sr. Presidente, gostaria de manifestar minha satisfação porque, na sexta-feira, estivemos na cidade de Claraval inaugurando casas populares doadas pela Cohab. Uma grande quantidade de habitações está sendo construída, já com várias inaugurações nas regiões Sul e Sudoeste mineiro, através do programa da Cohab, Lares Gerais, pelo nosso Governador Aécio Neves. Aproveitamos também para visitar a estrada Claraval-Ibiraci, do Pró-Acesso, um grande sonho que também se torna realidade. Trata-se de um belo projeto. A empresa está trabalhando a cem por hora. E está ficando uma bela rodovia, que unirá as margens do Rio Grande, chegando à cidade de Franca, àquela bela cidade de Claraval. Manifestamos também nossa satisfação pela realização de um debate que teremos, a nosso requerimento, para discutir as potencialidades e os problemas do Lago de Furnas. Esse lago tão bonito de águas hoje cristalinas, que, na verdade, escondem uma série de problemas que aquele que não tem o conhecimento do seu dia-a-dia nem sempre os percebe. Na verdade, são mais de 40 cidades que jogam esgoto sem tratamento adequado nesse lago. Dessa forma, o excesso de matéria orgânica e produtos químicos faz com que existam ali algas que muitas vezes contaminam a própria água e toda a vida aquática, diminuindo a quantidade e a qualidade de peixes, além da qualidade de vida da população. Esse é um lago muito bonito que precisa ser cada dia mais preservado e trabalhado, além de ter explorado seu potencial turístico e econômico. Não podemos fazer vistas grossas para esse problema. Caso contrário, ele se tornará inviável tanto do ponto de vista da produção como do turismo.

É fundamental haver participação das lideranças e dos Deputados, principalmente os votados na região, para que todos contribuam. Já foi confirmado apoio do Presidente de Furnas, dos Secretários de Meio Ambiente e de Turismo, além do Ministro. Na verdade, há muita gente de peso e de capacidade ajudando a buscar soluções e a valorizar esse belo lago de Furnas.

Na segunda-feira, por iniciativa nossa e de vários Deputados, especialmente Carlos Pimenta e Vanderlei Jangrossi, discutiremos a questão do álcool etanol e do biodiesel. Será uma audiência pública importante. Falar de biodiesel hoje no Brasil não é novidade. De fato, há muita coisa inovadora, barata e à altura do cidadão, do pequeno produtor, do pequeno empreendedor, do pequeno empresário. Essa é a realidade. Temos exemplos na nossa região. Na cidade de Cássia foi implantada a primeira usina de biodiesel do Brasil - até o Presidente Lula fez questão de ir lá - e em Cabo Verde, Muzambinho e Caconde existe parceria com a Escola Agrotécnica Federal, liderada pelo competente Dr. Rômulo, nosso grande amigo e parceiro da escola. Com poucos investimentos é possível aproveitar todos os resíduos de frigoríficos, principalmente os da área

de suínos. O resíduo se transforma em biodiesel, alimentando toda a cadeia produtiva do empreendimento, e ainda sobra para venda. Essas experiências positivas serão trazidas aqui. Falei com o Dr. Rômulo há alguns instantes, e ele confirmou presença na audiência. Será importante mostrar essas oportunidades de aproveitamento de resíduos, que podem ser transformados em recursos financeiros para os produtores. A questão do álcool foi uma febre muito grande. Hoje vemos que não há apenas facilidades nesse setor, há muitos problemas também. Os produtores e arrendatários de cana começam a ter dificuldade, o preço da cana caiu, e o arrendamento não é feito. Há o parâmetro da tonelada e o valor do momento, que baixou muito. O produtor fez arrendamento numa fase em que achou que ganharia dinheiro, mas agora, com o início da produção, está tendo problemas. Essa é a verdade, e o cenário nos assusta muito. Ficamos assustados também quando empresas chegam a nossa região, subempregam o trabalho e não levam em consideração direitos, explorando a mão-de-obra, o que não é o mais adequado. Isso ocorre em qualquer lugar deste país, mas principalmente na nossa região, que é desenvolvida. Em momento algum podemos admitir a exploração de trabalhadores por empreiteiros e usineiros, que às vezes não têm o cuidado suficiente para com essas pessoas. Os problemas começaram a surgir. Como Deputado majoritário da cidade de São Sebastião do Paraíso, onde resido e tenho minha vida firmada, não posso admitir que os trabalhadores sejam explorados, conforme noticiado neste final de semana.

Também tivemos uma oportunidade muito importante no dia de hoje, nesta Casa, que foi participar do "Fórum Lixo e Cidadania" ao lado das pessoas mais simples do Brasil, que são os catadores. Conforme eles próprios se intitularam, eles não são catadores de lixo, porque lixo não presta, e sim catadores de material reciclável. Achei bonita a forma como eles se colocaram, valorizando-se como recicladores, catadores de material reciclável.

Essas pessoas nos deram muitas lições, a ponto de termos de refletir, ao sairmos pela cidade e ao vermos os carregadores de lixo transportando seu material reciclável nas carrocinhas, empurrando um peso que é uma loucura, sofrendo debaixo de chuva e de frio e trabalhando até de madrugada para ganhar uma mísera quantia de R\$300,00, R\$350,00, R\$400,00 por mês, para alimentar a família.

É importante analisarmos: o que será que estamos fazendo de bom para essas pessoas? Qual é a nossa contribuição como Deputados? Eu, como Deputado, sinceramente tenho trabalhado muito por eles, já que sempre lutei em defesa da questão do lixo, ou melhor, da sua correta destinação, tanto é que, quando fui Prefeito, fizemos a primeira usina de reciclagem da região, e o lixo passou a dar lucro e a gerar emprego, nunca sendo visto como um problema, e sim como uma solução. Além do mais, a referida usina de reciclagem fez com que pessoas fossem inseridas na comunidade, passando a ter um salário e a ganhar a vida numa condição melhor.

Hoje, participando de um movimento como esse, pudemos ver que ainda estamos fazendo pouco; é preciso fazer mais e, como disse o Deputado André Quintão, fazer leis que venham a favorecer e proteger essas pessoas que tiram seu sustento dos materiais recicláveis.

Ainda agora, conversava com o Deputado Hely Tarquínio, que é relator de um projeto de minha autoria, sendo assessorado e ajudado pelo meu amigo José Alberto, sobre esse projeto que, na verdade, incentiva a empresa a aproveitar material reciclável, ou seja, a adquirir esse material a fim de proporcionar recuperação ambiental, geração de emprego e melhoria da renda da pessoa que trabalha com material reciclável.

Espero que esse projeto tenha o apoio dos nobres companheiros desta Casa, que o aprovemos e que ele seja mais uma forma de estímulo às empresas, a fim de que elas possam aproveitar esse material.

Em termos de lixo e de material descartável, posso dizer que não vejo isso como um problema, e sim como uma solução. O problema temos sido nós, brasileiros, que talvez não tenhamos ainda a capacidade de entender que o lixo é renda e pode dar dinheiro. Como sentem a maioria dos brasileiros e, principalmente, os administradores, que não dão a solução correta e adequada ao lixo, o lixo não é um problema. É preciso aproveitar o potencial econômico de todo o lixo do Brasil.

A partir desse seminário ocorrido hoje na Assembléia, com a presença de pessoas de todo o Brasil, do Ceará ao Rio Grande do Sul, aprendemos bastante, e espero eu que, juntos, busquemos projetos interessantes e importantes a fim de darmos nossa grande contribuição para o aproveitamento do material reciclável em Minas Gerais.

Gostaria de continuar batendo na mesma tecla, eu, que respeito muito o nosso Governador Aécio Neves e que tenho uma profunda admiração por ele e pelo seu secretariado, formado por pessoas que têm dado grande contribuição para o desenvolvimento de Minas Gerais. O mesmo sentimento não é diferente em relação ao nosso Secretário de Defesa Social, uma pessoa correta e com uma vontade muito grande de acertar e colocar a segurança deste Estado no rumo. Apesar disso, tem sido muito difícil chegar ao rumo certo.

A segurança no campo, em nossa região, é um problema muito sério hoje. Tão sério a ponto de o produtor rural que mora no campo não ter mais tranquilidade para viver na sua propriedade, dados os roubos, os assaltos, as agressões físicas e até os assassinatos, o que nos tem incomodado muito. Fizemos um requerimento de audiência pública para resolver esse problema. A audiência acontecerá na cidade de São Sebastião do Paraíso, no dia 26, por intermédio da Comissão de Segurança Pública, para discutir o problema da violência no campo. Esperamos poder contar com a população regional para buscarmos uma solução para essa tamanha violência existente em nossa região. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Deputados e Deputadas, gostaria de dar continuação ao debate que iniciei na 1ª Fase desta reunião, mas gostaria de registrar que a Assembléia realizará, a nosso pedido, amanhã, uma audiência pública sobre a emigração do Vale do Rio Doce. Quero fazer uma reflexão e principalmente debater as dificuldades e as alternativas da nossa região.

A região do Rio Doce é o conjunto formado pelas Microrregiões de Governador Valadares, Caratinga, Aimorés, Mantena e Guanhães. Há 60 anos, essa parte do território de Minas Gerais era coberta pela floresta pluvial tropical, considerada de maior diversidade do que a Amazônia. A sua ocupação foi simultânea ao processo de transição da economia agroexportadora e da sociedade agrária para a economia e sociedade urbano-industrial, ocorrido entre 1930 e 1960. No processo de modernização do Brasil, a região do Rio Doce desempenhou papel de fronteira agrícola, ou seja, espaço de expansão da pecuária e da agricultura e de produção de matéria-prima, contribuindo com recursos necessários à industrialização brasileira. As consequências do cumprimento desse papel, naquele momento histórico do Brasil, fundamentam a tese de que a região do Rio Doce tem um passivo a receber do Estado brasileiro.

A ocupação começou com a estrada-de-ferro penetrando lentamente a floresta do Rio Doce, entre 1903 e 1942, cortando a região no sentido leste-oeste. Na década de 30, as estradas começaram a ser rasgadas no meio da floresta: a rodovia Rio-Bahia cortou a região no sentido sul-norte, na primeira metade da década de 40. Até 1942, a região foi alvo de disputas entre alemães, japoneses e norte-americanos, em razão do controle do comércio da mica, matéria-prima importante para as indústrias eletroeletrônica e de aviação. Com a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, os americanos foram os únicos que ficaram na região, dominando inteiramente o mercado da mica, importante para o esforço de guerra dos aliados. Com os Acordos de Washington, em 1942, os EUA financiaram o saneamento e a erradicação da malária e da febre amarela na região do Rio Doce, principais entraves à ocupação efetiva do território.

Entre 1943 e 1960, o Serviço de Saúde Pública - Sesp -, criado pelo Governo Getúlio Vargas para operacionalizar o plano norte-americano, permitiu a rápida ocupação e, infelizmente, exploração da região: extração de plantas medicinais; comércio de plantas exóticas, animais e peles; instalação da indústria de madeira; extração de carvão vegetal e lenha; implantação de fábricas de ferro gusa; exploração de minérios, tais como mica e pedras preciosas; produção de grãos e engorda de gado, entre outras atividades econômicas. Na cidade de Governador Valadares, Deputado José Henrique, foram implantadas 17 grandes serrarias, uma grande fábrica de compensado - subsidiária da siderúrgica

Belgo Mineira - e diversas indústrias de beneficiamento de mica. A extração de lenha e a produção de carvão vegetal devoraram a floresta para alimentar os altos-fornos da Belgo Mineira, da Acesita e de dezenas de fábricas de ferro gusa.

Nas décadas de 40 e 50, levas de migrantes chegam de várias partes de Minas Gerais, do Brasil e do exterior. A maioria dos imigrantes eram agricultores pobres, em busca das terras do rio sem dono, terra da promessa, terra da nova Canaã. A população se espalhou por toda a região, seguindo as rodovias e as estradas vicinais abertas pela indústria da madeira. A região, que era um vazio demográfico em 1930, tornou-se a mais populosa do Estado de Minas Gerais em 1960. A agricultura foi a principal atividade que ocupou a população, fornecendo arroz, feijão, milho, mandioca, entre outros produtos, aos mercados urbano-industriais que se expandiam. Mas os incêndios que ardiam por semanas e meses, devorando a floresta e favorecendo o avanço das pastagens de capim colônio, virariam o jogo a favor dos fazendeiros. O colônio oportunista, a violência de jagunços e a política carvoeira das grandes companhias siderúrgicas facilitaram o domínio das terras pelos fazendeiros e a expulsão de dezenas de milhares de posseiros, fazendo da região do Rio Doce o foco dos conflitos de terra durante o governo de João Goulart. A pecuária de corte se expandiu, aproveitando o clima, as terras propícias e os pastos de capim colônio, que tomaram o lugar da floresta. Rapidamente, o rebanho bovino se tornou o maior do Estado de Minas Gerais em 1960.

Nas décadas de 40 e 50, a ocupação acelerada e a exploração econômica fizeram desaparecer floresta e fauna, esgotaram os solos, tornaram os cursos d'água intermitentes e reduziram vertiginosamente a sustentabilidade socioambiental. Configurou-se, então, uma região caracterizada por alterações sem precedentes, dentro de um espaço e tempo delimitados territorialmente. Na década de 60, ocorreu a inversão do processo com a fuga dos capitais, o fim de atividades produtivas, o fechamento das serrarias, o fim da indústria da mica, o encerramento de várias firmas, o desaparecimento da agricultura, a perda da capacidade de suporte da terra para a criação de gado, a redução e involução da capacidade de geração de renda e o desaparecimento acelerado da ocupação produtiva e do emprego. Hoje os problemas da região do Rio Doce, que tantas riquezas produziu, são estruturais e consequência do seu próprio processo de ocupação. Na questão ambiental, este processo deixou graves problemas de degradação de solo e restrição de água, apesar da ampla rede fluvial. Os rios estão se tornando intermitentes como os das regiões semi-áridas. Se nada for feito, o próprio Rio Doce se tornará um rio intermitente nos próximos 50 anos, conforme relatório da Comissão Brasil-França. O acelerado processo de erosão, causado pela perda da cobertura vegetal, provocou a redução acentuada da produtividade. Em 1960, colocavam-se três cabeças de gado em 1ha de terra, hoje são necessários 2ha para engordar um único boi. No EIA-RIMA, para a construção da Usina Hidrelétrica de Aimorés, encontramos a afirmação de que o quadro de degradação ambiental da região destaca-se como um dos piores de Minas Gerais, além da denúncia de que toda a fauna e a flora haviam sido destruídas.

O quadro sanitário é outro problema, pois a região do Rio Doce é marcada por altos índices de incidência de doenças endêmicas. Em relação ao saneamento básico, hoje se registra uma baixa cobertura, com apenas 47,7% da população atendida por serviços de abastecimento público de água e 12% por serviços de esgotamento sanitário.

A questão educacional é igualmente grave, um entrave estrutural pela baixa produtividade do ensino fundamental. Em meados da década de 90, apenas 1,49% da população tinham acesso ao ensino médio. O gargalo não ocorria entre o ensino médio e o superior, pelo contrário, o aproveitamento era de 50%, o que diferenciava do índice nacional. A partir de 1996, com a LDB, a situação sofreu alguma melhora, porém sem alterar o quadro estrutural. O problema está ligado à qualidade do ensino fundamental e à passagem do aluno para o ensino médio. O problema da escolaridade da população é agravado pelo fato de o maior número de emigrantes para o exterior ser de pessoas com o ensino médio, na faixa etária entre 18 e 30 anos.

Se tomarmos a curva do Valor Adicional Fiscal - VAF -, teremos a comprovação da situação de declínio contínuo e acentuado da atividade econômica. Para Governador Valadares, principal cidade da região, a curva do VAF, entre 1971 e 2007, apresenta uma linha de tendência decrescente contínua, indicando falta de capacidade de reversão. Portanto não é a conjuntura econômica nacional que comandou a lógica regional, isto é, o crescimento da economia nacional não induziu a um crescimento da economia regional nem na década de 70, quando a economia mineira cresceu com taxas superiores a 12% ao ano.

O papel que a região do Rio Doce desempenhou, durante o processo de modernização e industrialização brasileira, deixou como herança problemas estruturais que dificultam aos grupos sociais reverterem por si mesmos a situação herdada. A região produziu muitas riquezas, porém, no lugar da prosperidade, sobram dificuldades e degradação. Aí se explicam o esvaziamento demográfico e o fenômeno migratório particular da região do Rio Doce.

Os documentos oficiais apontaram o problema do esvaziamento populacional de vários Municípios, com perda acima de 50% da população. Entre 1960 e 1991, a região perdeu mais de 2 milhões de habitantes; ou seja, a região, que chegou a 1,7 milhão de habitantes em 1960, teve a população reduzida para 1,5 milhão em 1991. Se não fosse a perda de todo o crescimento vegetativo e a queda do número absoluto, a população teria chegado a 3,6 milhões de habitantes.

A emigração não ocorreu apenas em direção a outras regiões brasileiras, mas também inscreveu o Brasil na esfera da emigração internacional. A emigração para os Estados Unidos foi pioneira na década de 60. A partir da segunda metade da década de 80, a economia regional passou a depender fortemente da crescente remessa de dólares pelos emigrantes. No final da década de 80, a região que maior representação teve entre os brasileiros residentes nos Estados Unidos foi a de Governador Valadares. A cidade de Valadares ocupou o 1º lugar entre as 10 cidades brasileiras que mais contribuíram com os fluxos migratórios internacionais para diversos países, especialmente para os EUA, na ordem de 17% do fluxo migratório. Na década de 90, o fenômeno ampliou-se, quando a região passou a enviar emigrantes para Portugal, Canadá, Austrália, Grã-Bretanha, entre outros países.

A entrada de moeda estrangeira contribui para aquecer a economia, mas, de alguma forma, agrava o problema ao inflacionar os preços das mercadorias e das propriedades.

No quadro atual, temos de discutir alternativas para evitar a decadência econômica e o empobrecimento da população. Temos de construir alternativas para gerar o crescimento da região. Desenvolver a região do Rio Doce é resgatar o passivo ambiental e a dívida social devida pelo Estado brasileiro e, em especial, pelo nosso Estado de Minas Gerais, ou seja, políticas estruturantes são fundamentais para reverter o quadro econômico, social e político.

Essa é a principal tarefa a que me proponho, enquanto Deputada Estadual eleita como uma das representantes desta região, especialmente Governador Valadares.

Deputado José Henrique, fazemos parte da Cipe-Rio Doce, que está trabalhando para que possamos despoluir a bacia hidrográfica, a fim de que possamos ter um planejamento participativo, elaborar planos de esgoto sanitário, um plano estratégico integrado e, futuramente, termos uma bacia limpa, um Rio Doce integrado, e diversas alternativas.

Somos parceiros também na implantação do "campus" universitário federal, juntamente com o Deputado Adalcleber Lopes, que também é da Bacia do Rio Doce, para que possamos reconverter aquela economia, criar oportunidades e manter as famílias ali.

Precisamos, cada vez mais, dos investimentos federais e estaduais efetivamente traduzidos ali em políticas públicas de desenvolvimento.

Podemos comemorar também a parceria entre o Ministério da Educação, a UFMG e a Secretaria de Educação, que já começa com a implantação do pólo da UFMG, tendo feito o primeiro vestibular dirigido para professores da rede pública de ensino. São 100 vagas: 50 na área de química e 50 na área de ciências biológicas. Em dezembro, teremos mais 300 vagas no pólo da UFMG, juntamente com a Universidade Aberta do Brasil, na área do curso de Enfermagem, na área de saúde da família e cursos de especialização. No ano que vem, teremos curso de Matemática. Enfim, cursos que irão contribuir para, efetivamente, garantir oportunidades para toda a nossa juventude.

Também queremos registrar - já falamos isso anteriormente - que Governador Valadares receberá um Cefet. Gostaríamos que fosse em 2008, mas será em 2009. Não conseguimos oferecer ainda uma melhor contrapartida aos Municípios de Minas, mas o Cefet é uma grande conquista, possibilitando a profissionalização dos jovens de toda a região, aumentando a oportunidade de inserção no mercado de trabalho e de um futuro melhor.

Finalizando, em relação às alternativa que abordamos até com as lideranças de Governador Valadares e do Rio Doce, diante da preocupação de buscar política pública que altere o quadro de estagnação, conseguimos viabilizar a criação do Centro de Informação, Apoio e Amparo à Família e ao Trabalhador no Exterior - Ciaat -, a partir de uma proposta da Fundação Banco do Brasil e do governo Lula de contribuir com a geração de emprego e organizar os trabalhadores, para que possam ter mais dignidade e permanecer em Governador Valadares.

Além do Rio Doce Limpo, um projeto de revitalização da nossa bacia, dos projetos da universidade, com os quais estamos empenhados, e dos recursos que chegarão a Governador Valadares e região, também estamos empenhados para que a questão fundiária seja um tema da região, do governo de Minas e do governo federal. Temos que produzir mais por meio da agricultura familiar, de assentamentos e da reforma agrária, que possibilita assentamentos sustentáveis, produtivos. E que possamos ter uma alimentação de qualidade também no Vale do Rio Doce.

Deixo o registro de que estaremos realizando uma audiência pública para construir alternativas para o Vale do Rio Doce, para incluí-lo num processo de desenvolvimento pelo qual passam Minas e o Brasil, num choque de políticas públicas em toda a região, a partir de Governador Valadares - 102 Municípios que deveriam ter o atendimento das políticas do governo federal. Ampliar esses recursos significa promover o desenvolvimento, aquecer a economia, gerar empregos e possibilitar, Deputado Padre João, por meio especialmente das políticas do campo, uma verdadeira reforma agrária. O Rio Doce precisa democratizar o acesso à terra, a produção de alimentos, garantir a recomposição das nossas florestas, uma água de qualidade e melhores condições de vida a toda a região.

Deixo aqui essa mensagem e convido as lideranças, as comunidades e os movimentos sociais para participarem, amanhã, da nossa audiência pública, às 15h30min, aqui, na Assembléia, onde discutiremos alternativas e, quem sabe, conseguiremos minimizar a situação, com a iniciativa da Assembléia, com a bancada de Deputados, com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, com alternativas para diminuirmos os efeitos da emigração. A partir disso, poderemos ter as famílias mais presentes em Governador Valadares, até com novas possibilidades, porque elas têm sofrido muito no exterior, com dificuldades.

Temos acompanhado diretamente o constrangimento das famílias em relação aos direitos humanos - os seus direitos não são respeitados. Queremos que grande parte das famílias possa permanecer em Governador Valadares. E que as famílias que lá estão tenham os seus direitos sociais e humanos garantidos e reconhecidos. Esse é o processo que pretendemos debater para que o Rio Doce tenha o reconhecimento de políticas públicas.

O Presidente Lula tem feito a sua parte, mas ainda podemos avançar, e muito, nas políticas para reverter a economia da região, numa dinamização nova, de mudanças, que passa pelo protagonismo da população e dos movimentos sociais. Muito obrigada.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos acompanham aqui na Casa do povo mineiro. De um modo especial, destaco a presença do Prefeito de Pompéu, meu caro amigo Dr. Joaquim Higino, companheiro de partido, o PSDB, que tem feito um belo trabalho naquela querida cidade e que tem, de fato, honrado as boas tradições da gente batalhadora de Pompéu. É motivo de orgulho para nós, Prefeito, tê-lo como nosso companheiro no Partido. Sei da admiração que o Governador Aécio Neves tem pelo seu trabalho. Sabemos das dificuldades que encontrou em um primeiro momento na administração daquela cidade, mas, ainda assim, as superou, realizando obras marcantes como a construção do conjunto habitacional. Tive a alegria de estar ao seu lado para acompanhar a entrega dessa obra. Vi com que emoção aquelas centenas de moradores a receberam.

É também uma alegria vê-lo se dedicando à saúde do povo de Pompéu com a construção de um belo posto de saúde. Além disso, há os investimentos na área da cultura, como a inauguração da Casa da Cultura. Na área do ensino superior, colocou para funcionar o prédio da universidade, com a perspectiva de vestibular para três cursos superiores. Sei da sua luta para fazer com que a nossa Unimontes pudesse estender esses cursos até a nossa querida cidade de Pompéu.

Por coincidência, hoje pela manhã, eu conversava com o Rômulo, Gerente da Caixa Econômica Federal em Divinópolis. Ele tratava de agilizar a aprovação de um projeto encaminhado pela Secretária Municipal de Pompéu, objetivando a reforma e a implantação de equipamentos de lazer e de esportes numa grande praça que estará sendo recuperada, praticamente reconstruída, nos próximos dias. O Rômulo me assegurava que, em breve, liberará os recursos para mais esse investimento. Assim, Prefeito, quero parabenizá-lo e dizer da alegria de tê-lo conosco.

Sr. Presidente, tenho dois assuntos a tratar: um é relativo à área da saúde, e o outro - que quero discutir ainda esta tarde - diz respeito ao Projeto de Lei Complementar nº 27, que trata da gestão unificada da previdência e cria mecanismos para que o governo do Estado assegure aposentadoria e dê mais tranquilidade a milhares de servidores do Estado, como os servidores de escola e os professores que estão sendo contratados em condição temporária - mas é um temporário que, em alguns casos, já passa de 20 anos, como designados, e não têm, portanto, nenhuma segurança jurídica para sua aposentadoria. No Projeto de Lei Complementar nº 27, essa matéria está sendo tratada, bem como a questão previdenciária de Minas Gerais.

Inicialmente, faço uma comunicação sobre uma reunião extremamente proveitosa que tivemos hoje pela manhã, em Divinópolis. Convidei para estar conosco o Secretário de Estado de Saúde. Não pôde comparecer, e esteve, então, conosco o Secretário Adjunto, Dr. Antônio Jorge. O assunto interessava não somente a Divinópolis, mas também a Minas Gerais e, de um modo especial, ao Centro-Oeste mineiro.

A macrorregião do Centro-Oeste, cuja cidade-pólo é Divinópolis, para efeito de mapeamento da saúde, reúne 54 Municípios, Deputado Rêmo Aloise, profundo conhecedor e batalhador pelas causas da saúde. Ali em Divinópolis, no Centro-Oeste mineiro, realizamos um grande trabalho, que envolveu a comunidade de diversas cidades, começando mais precisamente em 1995, quando eu era Presidente da Câmara Municipal.

A criação da Associação de Combate ao Câncer do Centro-Oeste mineiro, uma entidade sem fins lucrativos, reuniu a sociedade - entenda-se como sociedade todos os cidadãos. Não se trata de uma elite ou de uma casta privilegiada, mas sim das pessoas mais humildes, da periferia da cidade aos médicos, todos irmanados na consciência de que uma região tão grande, com algo em torno de 1.500.000 habitantes, não podia continuar prescindindo de ter um equipamento para o tratamento do câncer, uma estrutura que desse condições de o cidadão tratar-se ali mesmo, recuperar-se e ter uma perspectiva de vida.

E ali começou essa grande batalha, o esforço de tantos. Depois, quis o destino que eu chegasse a Prefeito de Divinópolis, exatamente quando a

obra começou a ser edificada, no ano de 1997. A partir de então, essa luta foi-se materializando, e hoje temos nessa cidade, atendendo a todo o Centro-Oeste mineiro e eventualmente alguma demanda até mesmo de fora do Estado, como já ocorreu, um dos melhores hospitais especializados de Minas e do Brasil no tratamento do câncer.

Refiro-me a um hospital completo, com ótimo corpo clínico. Além do hospital, há uma casa de apoio, com dezenas de apartamentos para acolher o paciente e até seus familiares. Tudo isso absolutamente de graça. A casa de apoio presta assistência psicológica, odontológica e fisioterapêutica. Ali há restaurantes, com boa alimentação. Enfim, há ali um tratamento que, muitas vezes, nem no melhor hospital particular se tem. Um tratamento humano. Olha-se o ser humano num momento difícil de sua vida.

Após pintar esse cenário, parecia que estava tudo bem, mas não estava. Feita a obra e o credenciamento pelo SUS, ao final de minha gestão como Prefeito, aproximadamente no ano 2000, quando o Ministro José Serra destinou àquela cidade o equipamento de radioterapia, o hospital funcionava cada dia melhor. Atendia, e muito bem. Só que o teto, o volume de dinheiro previsto para atender nossa região não era suficiente nem para 50% da demanda. Começamos a viver um pesadelo: possuíamos um hospital equipado, com um corpo clínico eficiente, havia o paciente, que batia à nossa porta, pois precisava ser atendido, mas convivíamos também com a impossibilidade de atendê-lo, porque não haveria como pagar ao hospital.

Houve uma série de desencontros. Quero louvar aqui a atitude do Governador Aécio Neves, que, no ano de 2004, logo no início de seu primeiro mandato, baixou uma portaria que estabelecia que nenhum cidadão de Minas ficaria sem o tratamento de radioterapia e de quimioterapia por falta de cobertura financeira do Estado. Portanto, o Estado assumiu, por intermédio dessa portaria, que tudo que excedesse as cotas previstas pelo SUS em cada Município, o Estado complementaria. Porém, havia uma exigência, que todos consideraram normal, a qual foi pactuada com todos os Secretários: o Estado complementaria tudo que o Município gastasse além do seu chamado tetoMAC, ou seja, do seu teto pleno.

Cada Município recebe uma série de recursos para o tratamento da oncologia, para a radioterapia, para a quimioterapia, para a hemodiálise de pacientes com problemas nefrológicos, para a clínica, para a internação, para a cirurgia. Esse dinheiro, após somado, dá-nos o que chamamos de teto do Município. Um Município grande como Divinópolis, que faz tratamento de câncer, tem previsto, dentro do teto geral, o teto para o tratamento do câncer, que girava em torno de R\$280.000,00 por mês, que, somados com os outros procedimentos, atingia aproximadamente R\$2.000.000,00 por mês ou R\$24.000.000,00 por ano.

A portaria estabelecia que tudo o que excedesse o teto de R\$2.000.000,00 por mês o Estado pagaria. Por um problema de gestão local, o Município vinha excedendo o teto previsto para o tratamento do câncer, mas, quando todos os gastos eram somados e lançados no programa do SUS, não conseguia comprovar ter gastado mais de R\$2.000.000,00. Assim, não conseguia também receber o extrateto. Diante disso, atendimentos na área de oncologia deixaram de ser autorizados.

Nessa hora, entramos em campo. Refiro-me à ação do político. Às vezes as pessoas pensam que decisões da área de saúde devem ser apenas técnicas. Quem dera fosse assim, não é, Deputado Rêmoló Aloise? Seria um sonho. Todos seriam atendidos. Não haveria fila nem falta de recursos, nem seria necessário chamar a representação política para tentar ajudar a resolver o imbróglio.

Mas, diante disso, fui chamado pela direção do Hospital do Câncer, pelos gestores das diversas cidades, como Luz, Bom Despacho, Formiga, Pompéu, e outras cidades que referenciam para Divinópolis dizendo: o nosso paciente não está sendo atendido. Alegam que não há mais cota.

Fomos à Secretaria e fizemos um trabalho persistente. E hoje tivemos a informação do Secretário Adjunto de que, feitos os levantamentos, verificaram que a capacidade instalada do Hospital, de fato, é boa, de que a demanda existe e de que o teto previsto para câncer, na plena de Divinópolis, que inclui os Municípios referenciados, e é algo em torno de R\$3.300.000,00 por ano, portanto, em torno de R\$280.000,00 por mês, a partir de setembro passa para R\$7.700.000,00 por ano, algo em torno de R\$650.000,00 por mês.

Deputado Rêmoló Aloise, portanto, este é daqueles momentos em que nós, em que pese aos momentos difíceis e tristes da vida pública, quando alguns às vezes até tentam nos nivelar por baixo dizendo que "os Deputados são todos iguais", podemos falar que não é não. Homem público não é tudo igual não, como também os seres humanos, em qualquer profissão, não são iguais.

E falo mais: aqui, nesta Casa, tenho o privilégio de conviver com Deputadas e Deputados Estaduais sérios, íntegros e dedicados, os quais diariamente vivenciam emoções como as que estou vivenciando hoje, de ver a sua luta resultar em um grande benefício a toda a comunidade. E isso sem nenhuma politicagem ou tipo de privilégio. Tudo numa análise técnica, num estudo sério, obviamente, com a nossa gestão política. Estamos sempre procurando fazer o nosso papel de Deputado votado em todo o Centro-Oeste mineiro. Levamos esse assunto à Secretaria, onde tivemos uma acolhida profissional e séria por parte do Deputado Marcus Pestana e do Secretário Adjunto Antônio Jorge, e também do Governador.

Tratei desse assunto com o Governador, que não teve dúvida. Primeiro, ele é um Governador bem informado, que, de imediato, respondeu-me dizendo: "Já autorizei que tudo o que exceder ao teto seja pago". Disse-lhe que lá havia um problema. Curiosamente, o Município não conseguia exceder ao teto, que sempre ficava entre R\$1.600.000,00 e R\$1.700.000,00. Quando começava a autorizar o tratamento do câncer, o Secretário alegava que estava pagando com dinheiro do próprio Município, e que não tem condições de bancar.

Enfim, tratava-se de um caso atípico, e que precisava de uma análise específica. O Governador determinou que essa análise fosse feita, e hoje tivemos a alegria de ver o Secretário ir a Divinópolis e dizer: "Estamos autorizando a mudança do teto para o tratamento oncológico para a região Centro-Oeste, para a Macro-Centro-Oeste, cuja cidade-pólo é Divinópolis, em mais que o dobro".

Na mesma hora, o Secretário Municipal levantou-se e disse: "A partir de hoje, estão autorizados todos os tratamentos". Ali estavam presentes pais com prontuários de crianças que precisavam fazer radioterapia ou quimioterapia. Havia Secretários Municipais que estavam entrando em processo de depressão porque viam seus cidadãos pedirem uma coisa que não tinham como oferecer, se não tivéssemos esses procedimentos adotados.

Além disso, levamos o Secretário para conhecer o pronto-socorro, que foi construído quando eu era Prefeito, mas que hoje vive estrangulado porque acabou se transformando num hospital. Ele recebe o paciente, e o leito que seria de observação para 24 horas acaba virando leito de internação, porque o paciente fica uma ou duas semanas ali. O paciente fica esse tempo todo no pronto-socorro, com pneumonia e outros problemas, porque não existe leito para ser ofertado na rede SUS.

Saímos de lá com o compromisso de construir - e vamos realizar isso - um hospital público em Divinópolis que ofereça mais vagas para todo o Centro-Oeste mineiro, desatando esse nó, esse gargalo.

Sr. Presidente, meu tempo está se esgotando. Quero apenas dizer que foi uma daquelas manhãs em que, mais uma vez, tive a alegria de exercer a condição de representante do povo e, com todas as tristezas e decepções que às vezes sentimos devido às notícias ruins ligadas à política, perceber como é bom ver que o nosso trabalho está contribuindo para ajudar a resolver problemas graves como esse.

Ao término desta reunião, juntamente a nossa assessoria, irei à Liderança desta Casa para debruçar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 27, que trata da gestão centralizada da previdência pública em Minas Gerais, do Instituto de Previdência dos Servidores Militares e do Ipsemg, além da questão que envolve os designados, que são trabalhadores do Estado - serventes de escola e professores recontratados, que precisam ter direito à aposentadoria e a uma tranquilidade maior.

A contribuição dos colegas Deputados está sendo fantástica. Temos recebido sugestões de todos os partidos. Hoje iremos debruçar-nos sobre o tema, ouvindo representantes dos pensionistas, aposentados da Polícia Militar - já recebemos um grupo de servidores preocupados com o Ipsemg. Procuraremos analisar o projeto de maneira a retratar o que o Governador veio a público para dizer: o Instituto de Previdência dos Servidores Militares não apenas será mantido com autonomia financeira, administrativa e orçamentária, mas todos os direitos dos servidores militares ativos e inativos serão absolutamente assegurados. O mesmo será aplicado no Ipsemg, ou seja, ele não apenas será mantido, como também todos os direitos dos servidores serão assegurados.

Alguém pode estranhar e questionar: para que serve esse projeto de lei? Ele tem o objetivo de resolver o problema dos designados, que precisam de uma solução, e atender ao comando da lei federal, que exige que o Estado tenha conselho único para cuidar da gestão previdenciária. Isso é determinação de lei federal! Não será retirado direito algum dos servidores militares ativos ou inativos, muito menos dos servidores civis.

Portanto o projeto será analisado agora, à tarde, Sr. Presidente, e espero emitir parecer na reunião de amanhã, para que tramite nesta Casa e gere benefício aos servidores. Não dá para pensar em legislar se não for para gerar benefícios. É para isso que viemos para cá. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Adalclever Lopes* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queridos amigos peemedebistas, querido povo de Minas Gerais; ocupo esta tribuna hoje com saudade. As montanhas de Minas choram de saudade do nosso querido peemedebista Genésio Bernardino.

Ontem, aos 82 anos, faleceu Genésio. Essa tristeza tomou conta de todo o PMDB. Hoje, sinto que a saudade é maior. Temos a alegria de dizer que o Genésio era também a democracia. Esse querido parlamentar era amigo, tão amigo e tão próximo da minha família e de cada família do PMDB que nos ensinou a discutir democraticamente e a ter uma bandeira firme, como ele sempre teve. Presidiu esta Casa e participou de quatro legislaturas, tendo ido para a Câmara Federal, meus caros Deputados Getúlio Neiva e José Henrique, que foram não só colegas na Câmara Federal, mas que também conviveram com ele. Aliás, o nosso querido Deputado José Henrique fez muitas dobradinhas com Genésio Bernardino. Genésio trabalhou e trouxe desenvolvimento para a região do Rio Doce. Quando ele foi para o DNER, fez, como faz um médico, a grande cirurgia no DNER, colocando no órgão a alma e o coração de um político, levando estradas a todos os rincões de Minas e consertando algumas outras, para escoar a produção de todo o Brasil. Fica aqui hoje a homenagem de toda a bancada de Minas Gerais ao nosso querido e eterno Genésio Bernardino. Eterno porque o homem é eterno quando a sua obra permanece. O Genésio se eternizou por meio de suas ações por toda a nossa região. Esse querido Genésio Bernardino, que hoje nos deixa saudade e para cuja família deixamos o nosso abraço peemedebista. Também deixamos um abraço a todos os seus eleitores de Minas Gerais e do Brasil.

É no exemplo de Genésio Bernardino que nos devemos inspirar, para sermos sempre firmes, corretos, bondosos e bons representante de Minas. É isso que o PMDB traz, o abraço de toda a bancada peemedebista aos familiares e amigos de Genésio Bernardino.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Estava em meu gabinete, Deputado Adalclever Lopes, acompanhando o pronunciamento de V. Exa., e acorri a este Plenário para também me solidarizar e secundar o pronunciamento que V. Exa. faz nesta tarde em homenagem ao Deputado Genésio Bernardino. Faço-lhe esta homenagem com a maior devoção e munido de grande sentimento de solidariedade com a família do Deputado Genésio, porque fui seu colega, Deputado Federal na Câmara dos Deputados, nos idos de 1991 e 1992, época em que ele era Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. O seu gabinete era a casa dos Deputados mineiros, onde nos reuníamos para discutir todos os assuntos. E ele, como bom anfitrião e como bom mineiro, recebia a todos com muita lhezana, galhardia e amizade. Ontem, sabendo de seu falecimento, estivemos aqui, em rápida visita ao seu velório, para homenageá-lo. Nós, peemedebistas, temos no Deputado Genésio Bernardino um paradigma das virtudes do homem público, da generosidade do político mineiro, detentor de todas aquelas qualidades que nós gostamos de ver nos grandes políticos, forjados na velha política mineira.

Por essa razão, a homenagem que V. Exa. faz hoje recebe, em coro, a homenagem de todos os peemedebistas da Capital, do interior e de todos os rincões e recantos de Minas, porque o Deputado Genésio Bernardino, pela sua longa e profícua trajetória política, merece receber essa homenagem póstuma em que V. Exa. representa a todos nós, neste momento. Parabéns, Deputado, e parabéns, Deputado Genésio Bernardino, pelo grande homem público que V. Exa. foi.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Meu Líder, Deputado Adalclever Lopes, o Deputado Luiz Tadeu Leite falou, muito bem, a respeito do Genésio, nosso colega na Câmara Federal, quando estávamos juntos, como Deputados.

Como Vice-Presidente daquela Casa, é de se ressaltar a sua fleuma britânica, o seu distintivo de conversar, a sua forma de falar, a seriedade de conduzir as coisas públicas e, sobretudo, a sua energia, quando lutávamos contra a ditadura, naquela grande caminhada para levar Tancredo Neves às praças públicas de Minas Gerais, no movimento "Diretas Já". O Genésio nunca nos faltou nesses momentos. Ele foi parte da história de Minas e do Brasil, assim como da glória do PMDB, do passado, seguindo, como lâmpada acesa, para os nossos roteiros futuros.

Sei que V. Exa., nosso Líder Adalclever Lopes, tem, assim como eu, o desiderato de seguir o seu caminho, o seu roteiro, na mesma direção em que ele caminhou. As nossas homenagens à sua família e os meus cumprimentos ao nosso Líder por essa forte lembrança, aqui no Plenário, de um homem que é exemplo para nós todos. Muito obrigado, Deputado.

O Deputado Rêmolo Aloise (em aparte)* - Caro amigo e jovem Deputado Adalclever Lopes, não poderia, neste momento, deixar de pedir a V. Exa. um aparte. Por alguns motivos. O primeiro deles data de quando iniciei minha carreira política no PMDB. Cheguei a esta Casa em 1990 pelo PMDB e tive a grande satisfação, em minha primeira eleição, de estar ao lado do Genésio Bernardino, fazendo uma dobradinha no Sudeste.

Um brilhante Deputado, uma oratória invejável, uma capacidade nata de ser político. Recordo-me muito bem de um de nossos comícios em Guaxupé, em que ele me disse: "Reminho, estou bem na sua frente. Mas se prepare, porque a política foi feita para poucas pessoas. Tenho certeza absoluta de que ganharemos a eleição." E isso aconteceu. Iniciei minha carreira política ao lado do Genésio.

Outra grande ocasião foi quando Genésio foi Presidente desta Assembléia. Hoje pela manhã, estava na Presidência e comentei com o Presidente Alberto Pinto Coelho que o Genésio está colocado no painel dos grandes Presidentes que passaram por esta Casa.

Para terminar, somando as suas palavras às do Tadeu e dos outros oradores, o Genésio tinha outra qualidade, que poucos políticos têm: a qualidade externa de se vestir bem. E, junto com essa qualidade, ele sabia dançar, era exímio dançarino, adorava a música. Dentro dele estava aquele dom maior de auscultar o que é bom, que é o senso musical.

Não tive oportunidade de dar o adeus último ao Genésio, mas, neste momento, neste Plenário, quero lhe dizer: Genésio, que você esteja naquele lugar maior das pessoas que por aqui foram maiores. Para mim, você representa o verdadeiro político. Que Deus o abençoe e que, lá de cima, você nos dê uma benção geral para praticarmos tudo de bom que você praticou na política. Obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Adalclever Lopes, Líder do PMDB, quero fazer um registro público pelo excelente trabalho de V. Exa. na condução da Bancada do PMDB nesta Casa, Liderança incontestada. Um jovem que vem-nos surpreendendo pelo trabalho e pela firmeza, o que muito nos orgulha, porque temos com o PMDB em Minas Gerais uma aliança prioritária. Entendemos que, sob sua Liderança, nossa opção preferencial se consolida cada vez mais. Nossas duas bancadas, juntamente com outras, particularmente a do PCdoB, na pessoa do Deputado Carlin Moura, que aqui está, têm dado sustentação ao governo Lula e às políticas do governo federal. Sabemos que há coisas que precisam ser ampliadas, questões econômicas que precisam ser atacadas, processos de participação popular que devem ser ampliados. Mas, pela primeira vez, temos um governo que está contribuindo decisivamente para o desenvolvimento deste país.

Diziam e faziam piada com a questão do crescimento do nosso PIB, mas agora vemos que o governo estava partindo para uma política certa, pois teremos um crescimento superior a 5% este ano.

Sobre a questão que V. Exa. traz a este Plenário, o passamento do Deputado Estadual e Federal Genésio Bernardino, sempre nas fileiras do PMDB, desde o antigo Movimento Democrático Brasileiro - MDB -, quero destacar algumas coisas. Em primeiro lugar, ainda jovem, iniciando-me no movimento dos trabalhadores em educação, quando Genésio Bernardino presidia esta Assembléia Legislativa, em plena ditadura militar, nós, professores, acampamos nesta Casa e fomos acolhidos no gabinete do Deputado Genésio Bernardino, que era um arauto na defesa das liberdades democráticas, contra a ditadura militar imposta ao Brasil. E acho que temos de fazer um tributo cada vez maior a todos aqueles que lutaram contra a ditadura militar.

Em segundo lugar, como Deputado majoritário em Mutum - em termos absolutos, tive a maior votação individual que um Deputado já teve na história daquela cidade -, não poderia deixar passar em brancas nuvens essa faceta do meu conterrâneo - porque também sou Cidadão Honorário de Mutum, cidade que ele sempre honrou. Sempre tinha em sua ação política a preocupação de levar algum desenvolvimento para Mutum, como aconteceu com o asfaltamento dos 45km da estrada que ligam Lajinha a Mutum e em várias outras ações e medidas tomadas em relação ao Município em que nasceu e que tanto amava, onde seus pais e vários irmãos moravam ou estavam enterrados. Assim, como mutuense, faço um registro em nome do Partido dos Trabalhadores e em nome de Mutum: nossa cidade perde profundamente com o passamento do Genésio, mas seu nome será lembrado pela história como um dos grandes que lutaram pelas liberdades democráticas e contra a ditadura militar neste país.

O Deputado Adalclever Lopes* - Em nome de todo peemedebista, quero agradecer, caro Deputado Durval Ângelo, a gentileza, o carinho, o reconhecimento e essa homenagem a esse querido e grande amigo Genésio Bernardino.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Adalclever Lopes, em nome do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, não poderíamos deixar de registrar nossas condolências a todos os familiares do ilustre Deputado Genésio Bernardino e à Bancada do PMDB.

Genésio Bernardino, que é um baluarte da democracia, ainda do histórico MDB, um homem construtor da transição democrática que se deu neste país, há 20 anos, e que teve sua gênese na política mineira, representa e representou muito bem o espírito democrático dos mineiros. Sem dúvida, a democracia de Minas Gerais teve uma grande perda, mas estará registrada na história deste Estado o nome desse grande homem que foi Genésio Bernardino.

Deixo, então, nossas condolências e solidariedade a todos vocês pelo passamento de Genésio Bernardino, que está à altura do que é o grande PMDB e do que foi o grande MDB.

O Deputado Adalclever Lopes* - Obrigado, Deputado Carlin Moura.

Sr. Presidente, Deputado Getúlio Neiva, quero encerrar essa primeira parte de meu pronunciamento dizendo que o PMDB chora de saudades; dizendo que esse médico sanitário de Mutum, que foi oficial de gabinete de Tancredo, por várias vezes Deputado e Presidente desta Casa, nasceu no dia 15 - até nisso Genésio era peemedebista.

Em nome da Bancada do PMDB, quero dizer que todos sentimos muitas saudades, mas temos certeza de que Genésio Bernardino se tornou eterno pela sua participação na democracia. Hoje somos livres porque tivemos o Genésio Bernardino. Então, com certeza, esse será o eterno Genésio Bernardino. Muito obrigado, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, gostaria de fazer um convite. Parece-me que os Correios estão em greve hoje e há um problema de comunicação com o interior. Assim, desta tribuna, gostaria de fazer um convite a todos os peemedebistas. O próximo ano será um ano de eleição, um ano duro, de guerra e de luta. Temos certeza de que o PMDB lançará candidatos em todos os Municípios. Temos mais de 500 candidaturas em Minas. Devemos eleger mais de 250 Prefeitos em Minas Gerais. Hoje temos aproximadamente 1.215 Vereadores, e devemos eleger de 1.800 a 2.000 Vereadores no Estado. Temos quase 5.000 candidatos, 400 candidatas a Vice-Prefeito.

Então, com muita preocupação, ocupo esta tribuna por um fato ocorrido na segunda-feira, na sede do nosso querido PMDB. Houve uma luta muito grande lá. O Deputado Michel Temer, Presidente, reuniu-se com Mauro Lopes, Secretário-Geral, e toda a executiva, e ficou deliberado que a executiva federal só se reunirá novamente depois do prazo para filiação das eleições municipais. O Secretário-Geral Mauro Lopes deixou isso em aberto na ata, dependendo somente da comunicação da executiva ou da convocação para a convenção, que tem prazo legal de publicação do seu edital, oito dias antes da eleição da convenção. Portanto todos os diretórios e comissões provisórias vencem no dia 23 de outubro.

Assim, se as convenções não forem convocadas ou se não for prorrogado o mandato dos Presidentes, o PMDB acabará. Deixaremos de existir em todos os Municípios mineiros. É um momento até em que não era para se alarmar nem chamar a base, mas precisamos fazer como fizemos na convenção, Deputado Durval Ângelo, da eleição anterior, quando coligamos com o PT e alguns tentavam fazer com que o Partido fosse para o outro lado, não aquele que a base queria, mas a base veio, e os candidatos e candidatas se manifestaram nessa coligação. Então, no dia 23, encerra-se o prazo, e todas as comissões provisórias, todos os diretórios deixam de existir.

Dessa forma gostaria de fazer uma convocação a cada peemedebista, aos senhores que são candidatos, que poderão correr o risco de não terem legenda. São 5.000 candidatas a Vereador, 500 candidatas a Prefeito.

O Deputado Rêmoló Aloise (em aparte)* - Estou seguindo seu pronunciamento, mas não consegui entender o apelo que V. Exa. faz da tribuna desta Casa, então pergunto a V. Exa., para que possa entender: se, por acaso, no dia 23, não houver essa convenção, o PMDB estará extinto em Minas Gerais ou não? Não consegui seguir seu raciocínio.

A forma pela qual V. Exa. está dizendo demonstra uma preocupação muito grande, e não entendi onde está essa preocupação. Existe alguma manobra ou ato que possa inviabilizar a candidatura dos Deputados, ou melhor, dos candidatos do PMDB para as próximas eleições? Pergunto isso porque tenho um interesse muito grande no assunto. Na minha terra natal, provavelmente iremos coligar com o PMDB para as eleições municipais. Portanto gostaria de saber se, caso não vier a acontecer essa convenção do dia 23, o PMDB estará fora do processo eleitoral.

O Deputado Adalcleber Lopes* - Na verdade, caro Deputado Rêmoló Aloise, estou muito preocupado. Se no dia 23, ou melhor, se, antes do prazo regimental, estatutário do dia 23, o PMDB não convocar as convenções ou não prorrogar o mandato dos diretórios municipais, ele deixará de existir. Deixará de existir porque existimos na base, e, se a base deixar de ter seus diretórios, deixaremos, portanto, de existir. E há um risco, uma manobra, uma vontade de um percentual pequeno dentro do Partido e de sua executiva de não realizar a convenção nem prorrogar os mandatos para que possam ser extintos seus diretórios e, depois, dois ou três possam negociar o Partido.

Não vamos permitir isso, Deputado Rêmoló Aloise e Deputado Durval Ângelo, por isso houve um entrevero ontem; o bicho pegou - como dizem em minha terra - na executiva municipal, ontem. O Presidente chegou a dar um faniquito - em minha terra, Caratinga, dizem "faniquito" -, mas por sorte ele não me arranhou, pois consegui empurrá-lo. Mas isso não vem ao caso, a grande verdade é que estão tentando um manobra escusa para que o PMDB não tenha, nos Municípios, sua legenda e possa ser negociado. Portanto estou convocando cada peemedebista, aqueles que são eleitores do PMDB, aqueles que são candidatos - são 5 mil candidatos - a Vereador, Prefeito, Vice-Prefeito, delegado e Presidente de Partido, a vir a nossa reunião executiva, que já foi convocada pela maioria dos membros para o dia 24, às 10 horas da manhã, na sede do Partido. Assim você terá garantido o seu direito a se candidatar, que alguns estão querendo surrupiar.

Portanto, caro Presidente Getúlio Neiva, que esteve conosco na reunião da executiva, faço um alerta quanto a esse Partido, que hoje é o maior do Brasil, que faz sua história desde o MDB e que atualmente é o ponto de equilíbrio da Nação, dando sustentação a este grande governo, o governo Lula, que modificou o País. Antigamente, querido Deputado Durval Ângelo, chegava ao Vale do Jequitinhonha e via lá uma panela cozinhando com dois dedos de feijão e cinco ou seis de água. A criança tomava água com farinha, e a mãe dava-lhe cachaça para que ela adormecesse, pois não tinha forças. Hoje vejo cada mãe chegando com seu cartão do Bolsa-Família, com a barriguinha cheia. Aquele povo vivia na miséria, e hoje, não. E é esse o Partido que dá sustentação a esse belo governo, que tem cumprido 100% com o PMDB. Um segmento do Partido tenta levar o PMDB de Minas a fazer oposição ao governo Lula, o que não permitiremos, pois o brasileiro está satisfeito.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - V. Exa. quebra, de alguma forma, a monotonia desta tarde de terça-feira, com dois assuntos bem fortes, trazidos à baila neste Parlamento. O primeiro trata-se da despedida do Deputado Genésio Bernardino, grande lutador pelas liberdades democráticas neste Estado e neste Brasil.

O segundo assunto é a denúncia de um golpe que está sendo engatilhado nos trilhos do entulho da história. Sabemos muito bem que essa minoria quer levar o PMDB de Minas para a oposição do governo federal, uma vez que tiveram interesses imediatos contrariados. O governo não quis aceitar chantagens. Deputado, isso é um golpe à democracia. Não podemos permitir que esse trem do entulho da história seja colocado nos trilhos. Podem contar conosco, como amigos, como companheiros, como combatentes pela causa da liberdade no apoio à maioria do partido do PMDB. Podem contar conosco, porque entendemos que a liderança que V. Exa. tem na bancada estende-se ao partido, no Estado e até nacionalmente. E isso tem gerado ciúmes. Aconselho a V. Exa. que, se esse golpe não for suspenso até a próxima semana, nós, desta tribuna, digamos os nomes dos traidores, que nominemos quais são os vendilhões do templo, que, em governos anteriores, vendiam esse apoio no governo federal, mas agora estão contrariados porque não puderam fazer a mesma coisa. O acordo que V. Exa. conduziu, em nome da bancada, foi em cima de proposta, de espaço político sim, mas, antes de tudo, em cima de um projeto maior.

Como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, entendendo que os direitos políticos são, de alguma forma, pai e mãe de todos os direitos e que, sem a liberdade política, não conseguimos garantir direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, lanço este desafio a V. Exa., que escrevamos, com pincel atômico, ou até com tinta a óleo, nesta tribuna, os nomes dos traidores que estão querendo perpetrar esse golpe contra a democracia. E que eles sejam como o trem que eles querem encarrilhar, jogados no lixo da história.

O Deputado Adalcleber Lopes* - Agradeço a manifestação e o apoio do Deputado Durval Ângelo e de todo o PT. Ainda que V. Exa., querido Deputado Durval Ângelo, tire a barba, não deixará de ser o Deputado Durval Ângelo. Não é? Se o Deputado Weliton Prado cortar os cabelos e tirar a trança ou o rabo-de-cavalo, não deixará de ser ele. Os homens são os homens, são o que são. No passado, havia homens de bem como o Deputado Durval Ângelo, cuja característica é só a barba. Há pessoas que fazem a barba para se esconder, e há pessoas que cortam o cabelo para se esconder. Mas o PMDB não permite, e nem o governo federal, que, atrás de vendedores do Orçamento, manipuladores do Orçamento, venham vender o nosso Partido.

Em nome da democracia do PMDB, de homem público, convido e convoco cada peemedebista para vir à executiva do Partido, que é democrática e aberta, para ver o nome dos traidores, para ver o rosto. Há alguns em que o rosto nem mexe, você pode bater na cara que o músculo não mexe. Só mexe se mexer no bolso. Não podemos permitir isso. Esse PMDB continua firme e lutador. Alguns falam que a política é coisa do capeta, mas não podemos deixá-lo tomar conta. Temos de orar e vigiar, senão eles tomam conta. Eles são mais persistentes, e os homens de bem têm de ser tão persistentes quanto eles.

Imaginem nosso querido Tarcísio Delgado, o homem que escreve a história do PMDB, ter de vir aqui pedir a dois ou três para serem candidatos em Juiz de Fora. Pense bem, o Sebastião Quintão, Prefeito de Ipatinga, ter de pegar seu chapéu, vir com ele na mão para pedir a autorização de alguém que a história conhece bem, que não tem moral para exigir isso daquele peemedebista de mais de 30 anos. Por isso estarei lá, na segunda-feira, de prontidão, como um soldado raso, jovem, mas com muita energia para combater, de qualquer forma, seja na democracia, seja na forma de argumento ou seja na força do músculo, se necessário, a extinção do PMDB. O PMDB não vai acabar. O PMDB vai permanecer, querido Deputado Getúlio Neiva. Vai ser com garra, com guerra. Convoco a todos, no dia 24, querido peemedebista, às 10 horas da manhã, não vamos deixar vender nosso PMDB. Precisamos do seu apoio para que isso não aconteça. A executiva se reunirá no dia 24, às 10 horas. Sua participação é imprescindível, caro candidato e peemedebista. Não vamos deixar que o PMDB de Minas se renda ao autoritarismo e ao interesse menor.

É por isso que encerro aqui, Sr. Presidente, com um grito de guerra: viva o PMDB, viva a democracia! Companheiros, vamos para a luta no dia 24, às 10 horas, na sede do Partido, para mostrarmos ao povo de Minas e ao povo do PMDB, na luz, quando sua executiva se reunir, quem são os homens públicos e quem são aqueles que fazem poucas coisas, pouco republicanas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos acompanham pela TV Assembléia, de várias cidades de Minas, um assunto triste nos traz hoje de volta à tribuna, para demonstrar aqui a nossa indignação com o fato ocorrido na madrugada de domingo, no Distrito de Virgínio, Município de Miravânia, vizinho ao Município de São João das Missões, onde temos a maior reserva Xacriabá de Minas Gerais. Ao sair de uma festa na comunidade, o índio Avelino Nunes Macedo foi agredido covardemente por três jovens - Edson Gonçalves da Costa e dois menores de idade. Os agressores já foram presos e estão detidos na delegacia de Manga. Agrediram o índio sem nenhuma causa. Primeiro, tentaram tirar a roupa de Avelino, que reagiu. Então os três jovens o espancaram até a morte.

Esse fato faz lembrar outro fato que está completando 10 anos, que é a morte do índio Galdino, ocorrida em Brasília. Colocaram fogo no índio

Galdino enquanto dormia no banco de uma praça pública em Brasília. Dez anos depois, voltamos a ter um crime dessa natureza contra outro índio. Dessa vez, contra um índio do nosso Estado, da minha cidade. Sou de São João das Missões e conheço quase todos os índios da reserva.

Nasci a 2km da sede da reserva dos índios xacriabás; fomos criados praticamente juntos. No Município de São João das Missões, índios e brancos convivem muito bem. Também tenho descendência indígena por parte da minha bisavó paterna. Venho a esta tribuna para dizer que a cidade de São João das Missões, o Norte de Minas e as lideranças políticas estão chocadas com esse acontecimento.

Falei há pouco com o Prefeito José Nunes, que me pediu que usasse a tribuna para solicitar providências em todos os sentidos; até porque, Deputado Carlin Moura, a questão da segurança no Norte de Minas Gerais é uma vergonha. Já usei esta tribuna, diversas vezes, para denunciar o descaso das autoridades de Minas Gerais no que se refere à segurança pública naquela região. Essa morte também tem a ver com a falta de segurança. No Município de Miravânia, temos apenas 3 policiais militares; no Município de Manga - sede da Comarca -, não passam de 15; em São João das Missões, onde temos uma reserva com mais de 8 mil índios, temos pouco mais de 5 policiais militares - cidade de fronteira com a Bahia, onde, quase toda semana, há um caso grave de violência. E já solicitamos aqui, por diversas vezes, às autoridades de Minas Gerais a criação da Companhia da Polícia Militar na cidade de Manga, o que ajudaria na segurança pública da região.

Por isso fica aqui esse pedido, do Deputado, do Prefeito José Nunes e dos Vereadores de São João das Missões, das lideranças políticas do Norte de Minas, para que as forças de segurança do Estado tomem as providências necessárias para apurar o caso e que nos ajudem a resolver a questão da segurança pública no Norte de Minas Gerais, especialmente na região da Comarca de Manga, que engloba os Municípios de São João das Missões, Miravânia, Montalvânia, Juvenília e Matias Cardoso, que estão desamparados quanto à segurança pública.

Aproveito a oportunidade para também fazer a reivindicação dos índios xacriabás quanto à questão da ligação asfáltica, já tão falada e cobrada de todas as autoridades, para que o Pró-Acesso que passa por Miravânia passe também pela cidade de São João das Missões e pela sede da reserva indígena dos índios xacriabás. É uma reivindicação histórica e se trata da maior reserva de Minas. Esperamos que o governo do Estado tome as providências também para atender a essa reivindicação, uma vez que a reserva fica isolada.

Temos gravíssimos problemas de saúde e alcoolismo na reserva. A saúde na região também é outro caos. O hospital de Manga está prestes a fechar as portas e é o único que atende oito Municípios da região, tendo R\$500.000,00 de dívidas. O Governador já até se comprometeu em arrumar recursos necessários e determinou à Secretaria de Saúde que resolva o problema do hospital público de Manga, o único que atende os 8 mil índios xacriabás. Mas até agora nenhuma medida foi tomada. Portanto fica aqui esse registro e esse pedido ao Governador, ao Secretário de Saúde, ao Secretário de Segurança Pública, para que possamos ter o que comemorar naquela região, isolada e esquecida.

Falam muito em regiões pobres esquecidas em Minas Gerais, como os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e como o Norte de Minas, mas falo aqui, com toda a clareza, que a região mais abandonada do Estado de Minas Gerais é aquela parte de Manga, de Montalvânia, de Januária, de Bonito de Minas, da Chapada Gaúcha, de Miravânia, onde não temos acesso, estradas, segurança e onde o governo não existe e precisa lá chegar.

Semana passada estive com a nossa Secretária de Educação, que nos recebeu muito bem na Secretaria. Ela me disse: "Paulo Guedes, temos problemas em todas as superintendências do Estado de Minas Gerais; precisamos reformar várias escolas, mas a sua região, a região da SRE de Januária é a mais esquecida e a mais abandonada. Faremos de tudo para mudar essa realidade na educação".

Espero que a Secretária consiga ajudar-nos a resolver a questão da educação na nossa região.

Muito obrigado a todos.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)* - Nobre Deputado Paulo Guedes, solidarizamo-nos com V. Exa. pelas importantes denúncias feitas, que não podem, de forma alguma, cair no esquecimento. É necessário que retumbem por toda Minas Gerais. Ainda há pouco V. Exa. lembrava os 10 anos do terrível assassinato do índio Galdino. Completam-se 10 anos, também agora, Deputado Paulo Guedes, do falecimento do maior educador que este país talvez já teve, Paulo Freire. Ele faleceu praticamente uma semana após o assassinato do índio Galdino. Um dos últimos escritos daquele educador, encontrado na escrivaninha do seu trabalho diário, foi um belíssimo texto sobre a brutalidade do ato daqueles jovens que assassinaram um índio. Essa atitude é fruto de uma educação desequilibrada. Paulo Freire dizia que aquele ato diminuía, desconstruía a humanidade. Era preciso reconstruir, por meio da educação, o sentimento de humanidade segundo o qual aqueles jovens não podiam ficar impunes. Da mesma forma, queremos dizer que esse cruel assassinato em Miravânia precisa, sem dúvida alguma, ter um rigoroso acompanhamento por parte das autoridades competentes deste Estado e que todas as providências devam ser tomadas. Ainda há pouco, Deputado Paulo Guedes, eu, juntamente com o Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, chegávamos de uma visita que realizamos, na cidade de Contagem, à Escola Estadual Francisco Firme de Matos, e também na região do Barreiro, para acompanhar o caso do desaparecimento do Prof. Reginaldo, que completa 30 dias sem solução. É fundamental que esclareçamos casos como esses, sob pena de desconstruirmos o sentimento de humanidade. Esse caso chama muito a atenção, Deputado Paulo Guedes, porque o Prof. Reginaldo era um servidor público do Estado, da Secretaria de Educação. Pasmé, Deputado, até hoje não houve um pronunciamento sequer por parte da Secretaria de Educação, o que demonstra um completo descaso para com o servidor, aquele que dá sua vida e se dedica à educação. Quando se torna desaparecido, pouco se faz, como se nada tivesse ocorrido. A Secretaria de Educação nada faz, nada faz! Aonde vamos parar? É necessário que casos como esses, do Prof. Reginaldo e do assassinato do índio, ocorrido no Norte de Minas, não fiquem impunes e que o Estado não seja omissor na apuração desse tipo de ocorrência. Presto minha solidariedade a todas as comunidades indígenas e à população do Norte de Minas. Parabênizo V. Exa. pela coragem de trazer à tribuna desta Casa e a todo o povo de Minas Gerais a importância de se apurarem tais fatos.

Quero também, nobre Deputado, aproveitar a oportunidade para solidarizar-me com o pronunciamento anterior, realizado na tribuna pelo Líder do PMDB nesta Casa, partido que tem cumprido papel importante na defesa do governo do Presidente Lula, na defesa dos projetos estruturantes e sociais e na sustentabilidade do governo Lula. O PMDB teve também papel fundamental na manutenção da governabilidade e na reeleição do Presidente Lula. Quero dizer publicamente ao Líder do PMDB, ao ilustre Deputado Adalclever Lopes, que não é possível pessoas que não têm compromisso com o viés democrático e social do PMDB virem a Minas Gerais botar o bedelho nesse partido, que, sem dúvida, não permitirá que opiniões dessas pessoas prevaleçam. Tive oportunidade de ler nesta semana um artigo que achei, nobre Presidente Getúlio Neiva, de grande brilhantismo e clareza. Esse artigo chamou minha atenção até pela coragem do ilustre articulista que o fez, o grande Diretor de Redação Carlos Lindenberg. Foi publicado no jornal "Hoje em Dia" no dia 14/9/2007. Peço vênha ao seu autor, nobre Presidente Getúlio Neiva, para, em virtude do brilhantismo do artigo, reproduzi-lo aqui da tribuna desta Casa. É muito bom esse artigo, que diz o seguinte. (- Lê:)

"Em busca da concórdia. Fica decretado, de hoje em diante, que votação no Senado só vale se puder agradar à imprensa. Decreta-se mais. De agora por diante, se qualquer votação não for por unanimidade, também não valerá. Combina-se ainda que abstenção também não vale e, se houver, deverá ser debitada à conta do PT. Soberania do Plenário? Isso deve acabar. Como também deverá ser excluído o peso da Maioria, passando a valer a prevalência da Minoria. Dizer que tudo isso que está sendo revogado foi uma conquista da democracia é bobagem - foi nada, isso caiu do céu e deixa de prevalecer por enquanto. Amanhã, se as coisas mudarem, isto é, se a Oposição virar novamente Situação, vira-se também o quadro, e o que não valerá mais agora voltará a valer. Ah, sim! Decreta-se também que no Senado só há vestais, à exceção de Renan Calheiros, esse alagoano que ousa ocupar a Presidência da Casa, não se sabe com ordem de quem.

Para as coisas ficarem melhores, é preciso fazer mais. O Supremo Tribunal Federal, de agora em diante, não se ocupará mais apenas de questões jurídicas. Disputas partidárias também vão fazer parte da pauta do Supremo, daqui por diante. Se houver tempo, os doutos Ministros cuidarão também de assuntos pertinentes à Justiça. A OAB, por sua vez, vai reescrever o Regimento Interno do Senado, porque o atual manda dizer que a Maioria vale mais do que a Minoria, e isso não pode acontecer, pelo menos no quadro atual. A OAB discorda.

Se mudar, aí volta-se atrás. A mesma OAB deve entrar no Supremo pedindo que se inverta a aritmética, isto é, que faça prevalecer a regra segundo a qual 35 votos valem mais que 40, e que abstenções não devem ser somadas à conta dos que perdem, a menos novamente que se mude a situação atual.

Se mudar, muda-se também tudo. Deus do céu, é mais ou menos esse o quadro que se vê no País 24 horas após a Oposição ser derrotada no Plenário pelo Senador Renan Calheiros por 40 votos a 35, com 6 abstenções.

A voz corrente dos derrotados é de que nada do que está escrito vale mais porque, como disse o jornalista Paulo Henrique Amorim no "site" "Conversa Fiada", três jornais, uma revista e uma estação de televisão, mais uma dúzia de "blogs" a eles ligados, apostaram na cassação do Senador Renan Calheiros e perderam.

Mais. Ao que parece, esses mesmos veículos resolveram assumir o poder. Ninguém sabe por procuração de quem e querem agora pautar a vida política do País.

Ora, a coisa está chegando a um ponto que, diante da vitória de Renan Calheiros no Plenário, alguns desses veículos já começam a questionar a necessidade de existência do Senado, quando já não pregam o seu fechamento. E isso apenas porque foram derrotados por Renan Calheiros. Quer dizer: o caso Renan Calheiros seria tão grave que recomenda o fim do Senado. Pois bem. Na Câmara dos Deputados, com mensalão e tudo, o que houve foi muito mais grave e, por esse raciocínio, dever-se-ia também fechar a Câmara. Nesse caso, por que não fechar logo o Congresso, que é a junção da Câmara e do Senado? Vejam como a insensatez começa a campear no País apenas, repete-se, porque um Senador alagoano, eleito como os demais, portanto, com a mesma legitimidade que os seus pares, contrariou boa parte da imprensa mais poderosa do País!

Não, não pode ser assim. Ganhar e perder faz parte da vida e, mais ainda, dos embates políticos. É preciso, mais do que nunca, que vozes menos rancorosas e menos comprometidas com esse embate insano se levantem para chamar o País à razão. Quem perde com isso não é o governo nem é a Oposição que lucra. Perde o País e lucram os concorrentes que competem no mercado globalizado com o seu ambiente político pacificado.

Vejam o caso da Argentina. Debeladas as crises, o país voltou a crescer. Em favor do caso brasileiro, pode-se dizer que não há crise, o problema está localizado no Senado, por enquanto. Mas pode alastrar-se, e aí perderão muitos, sobretudo os que há 30 anos ou mais apostaram suas vidas para devolver o País à convivência do mundo democrático. Minas, onde está Minas, com sua voz de equilíbrio e sua vocação para a concórdia?"

Faço essa leitura do ilustre artigo do jornalista Carlos Lindenberg porque se trata de um artigo com uma lucidez que merece a reflexão de todos os democratas deste país. Acima de tudo, no enfrentamento com o partido midiático, um novo partido que se está criando no País. Um partido que está acima do bem e do mal, que está acima das leis e do Estado Democrático de Direito, um partido dos grandes monopólios dos meios de comunicação, que hoje são dominados por sete famílias no País e que acham que podem superar as instituições democráticas do País. Está de parabéns o ilustre articulista Carlos Lindenberg.

Falando em jornal, nobre Presidente Getúlio Neiva, ilustre peemedebista histórico da nossa querida Teófilo Otôni, esta semana - eu falando da imprensa, mas há também o lado bom da imprensa, como já citei o jornal "Hoje em Dia" -, quero agora citar uma brilhante reportagem do nosso querido jornal "Estado de Minas", o grande jornal dos mineiros, desta terça-feira, dia 18 de setembro, no "Caderno de Economia", que chama a atenção de todos os mineiros em uma reportagem importantíssima, que diz que "a luz elétrica pesa mais no bolso do mineiro do que o preço da comida".

Nobre Deputado Getúlio Neiva, vemos que aqui está o grande viés, a grande batalha que o nosso querido Deputado Weliton Prado vem travando ao denunciar a tributação sobre a conta de luz mais cara do País. A reportagem confirma essa denúncia ao afirmar que essa conta já está pesando mais no orçamento doméstico do consumidor de Belo Horizonte do que as compras de supermercado, incluindo alimentação, higiene e limpeza, segundo sondagem de agosto da Federação do Comércio de Minas Gerais - Fecomercio -, divulgada ontem. Para 21,9% dos entrevistados, os gastos crescentes com energia elétrica são a maior preocupação não apenas em razão do alto custo da tarifa, mas também do aumento do volume consumido, tendo em vista que as pessoas têm comprado mais eletroeletrônicos nos últimos tempos. Dentre as agravantes mencionadas, os consumidores comentam que não há como deixar de pagar a fatura, sob pena de terem a luz cortada. Nem sequer dá para jogar a dívida no cartão em suaves prestações.

Em recente estudo realizado pelo Ipead, nobre Deputado Getúlio Neiva, ficou constatado que a nossa conta de luz é 65% superior à dos norte-americanos, a conta que o povo dos Estados Unidos da América paga. Diga-se de passagem que a grande base energética dos Estados Unidos ainda é o petróleo, produto caro no mercado, e, no Brasil, é a água, por meio das hidrelétricas.

Às vezes, vemos os defensores do aumento da conta de luz fazerem grande confusão na cabeça do povo mineiro, dizendo que a tarifa é de responsabilidade do governo federal. Há meia verdade nessa informação. Como diziam os bons mineiros do Jequitinhonha e do Mucuri, uma meia verdade não passa de mentira.

Sem dúvida alguma, a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel - fixa a taxa básica da conta de luz, mas, sobre essa taxa é que incidem os impostos. A principal tributação que vem na conta de luz é justamente o ICMS, que é um imposto estadual, fixado pelo governo do Estado, de competência do Governador Aécio Neves. E esse imposto cobrado na conta de luz em Minas Gerais é o mais caro do País, correspondendo a 43% do seu valor. Isso é muito difícil; isso é muito degradante para as pobres famílias mineiras. Como a própria reportagem diz, não é possível sonegar o pagamento da conta de luz; caso contrário, a Cemig cortará o fornecimento no dia seguinte.

Outro aspecto fundamental, nobre Deputado Getúlio Neiva, é que temos de separar o joio do trigo. Quando vimos a esta tribuna para criticar o preço abusivo da conta de luz paga em Minas Gerais, especialmente a tributação que incide sobre ela, da ordem de 43%, não podemos confundir essa situação com o grande patrimônio que é a nossa empresa pública de energia elétrica, a Cemig, construída com o suor dos trabalhadores e do povo mineiro e detentora de um quadro funcional de trabalhadores de grande competência. Essa empresa pública merece todo o nosso respeito, carinho e árdua defesa. Ela nunca poderá cair nas mãos de quem quer privatizá-la. Quando criticamos a conta de luz, queremos criticar a política de governo que está sendo implementada nessa empresa estatal. De forma alguma criticamos a empresa, porque essa, sim, tem profundo respeito e consideração de nossa parte.

Uma empresa fundamental para o povo mineiro. Precisamos aproveitar o lucro e a competência dessa grande empresa dos mineiros, para reverter benefícios em favor do nosso povo.

É fundamental sermos diligentes, para acelerar o projeto dos movimentos populares pela redução da tarifa da conta de energia elétrica em Minas Gerais. Que os nossos administradores se sensibilizem e comecem a rever essa pesada carga tributária incidente sobre a conta de luz, porque o povo mineiro não aguenta mais, sob pena de ter de conviver com a escuridão, apesar de termos a maior produtora de energia elétrica no Brasil, uma empresa de grande competência, construída pelo povo mineiro.

Eram essas as minhas palavras, nobre Deputado Getúlio Neiva. Agradeço ao ilustre Deputado Paulo Guedes o tempo a mim concedido.

87ª reunião ordinária da 1ª sessão legislativa ordinária da 16ª legislatura

Discursos Proferidos em 19/9/2007

O Deputado Eros Biondini - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da querida TV Assembléia, amigos presentes hoje na galeria, senhoras, senhores e funcionários da Casa. Ao subir hoje a esta tribuna, gostaria de comunicar e, ao mesmo tempo, comentar sobre uma justa homenagem que será realizada no dia 21, às 14 horas, nesta Casa, para comemorar os 40 anos do Movimento da Renovação Carismática Católica no mundo. O requerimento para a realização dessa homenagem foi de autoria minha e do Deputado Célio Moreira. São 40 anos de existência da Renovação Carismática, hoje o movimento eclesial que mais cresce no mundo. Esse movimento nasceu em uma universidade americana e, apesar de ter nascido com poucos jovens universitários, espalhou-se rapidamente por todo o mundo, pela sua força carismática de renovação da espiritualidade cristã. Estamos agora completando os 40 anos de existência desse movimento. O número 40 é muito significativo. Sabemos que por 40 anos o povo caminhou no deserto esperando o cumprimento da promessa para tomar posse da terra prometida; 40 dias também foi o tempo que Jesus ficou no deserto preparando-se para a missão que lhe era confiada; e, este ano, estamos comemorando 40 anos da Renovação Carismática Católica. Mais do que um movimento, a Renovação, Srs. Deputados, é uma espiritualidade, uma espiritualidade que se alastrou e atingiu não só os demais movimentos da Igreja Católica, mas também, em uma grande aliança em sintonia, em comunhão, as demais denominações cristãs. A Renovação Carismática Católica vem com uma proposta de avivamento da fé em todo o mundo. O que significa esse avivamento? A passagem de uma experiência de fé, basicamente de religiosidade, para uma vida de experiência autêntica e intimidade com Deus, numa fé renovável. Ao completar 40 anos, esse Movimento, que com certeza fez reacender no coração de milhões de pessoas em todos os países do mundo o ardor em expressar a fé, significa para nós motivo de muita alegria, de júbilo. Queremos compartilhar este sentimento e convidar os Deputados e as Deputadas, e até os que professam outra religião, os nossos irmãos evangélicos, a participar conosco dia 21, às 14 horas, dessa homenagem. Certamente, essa será uma oportunidade para todos aproveitarem e beberem dessa proposta de reavivamento da fé. Aproveito para registrar a visita de uma juventude maravilhosa, a quem saúdo com um "alô" especial. Cumprimento e parabênzo a todos pela presença e beleza. Juntamente com o meu querido amigo e irmão Deputado Célio Moreira, gostaria de citar uma das passagens que têm a ver com o Movimento da Renovação Carismática no mundo. O personagem bíblico chamado Nicodemos, príncipe dos fariseus, ou seja, pessoa que seguia um rito religioso próprio da época, foi à noite procurar Jesus porque sentia a força especial que saía dele. Apesar de ser um homem religioso, sentia a necessidade de aproximar-se de Jesus. Durante a conversa, Jesus lhe disse que precisava nascer de novo. E Nicodemos perguntou-lhe se era possível um homem, depois de velho, voltar ao ventre de sua mãe e nascer pela segunda vez. Jesus esclareceu que não era isso o que quis dizer, e sim que aquele que nasce da carne é carne, aquele que nasce do espírito é espírito. Jesus queria dizer àquele homem, que já tinha toda uma religiosidade, uma tradição de cumprimento de preceitos, como também temos muitas vezes, que ele precisava renascer, mudar de vida sem precisar mudar de nome, roupa ou atividades, mas mudar de dentro para fora. Esse mesmo convite a Renovação Carismática Católica vem fazendo há 40 anos às pessoas que acreditam em Deus, buscam viver os princípios e valores cristãos da fé, mas precisam renascer, precisam de um novo ardor missionário. Concedo aparte a quem também propôs a realização dessa homenagem do dia 21 e comunga desse projeto conosco, Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Obrigado, Deputado Eros Biondini. Parabênzo V. Exa. pela fala. Apresentamos, sim, o requerimento para homenagear a Renovação Carismática Católica, que completa bodas de esmeralda. Há 40 anos a Renovação Carismática Católica iniciou esse trabalho, transformando a Igreja, e não só, como V. Exa. bem narra, em relação ao "Evangelho de Nicodemos". Tive esse encontro pessoal com Deus, acho que posso dizer assim, pois a maioria das pessoas se encontram com Deus numa hora difícil, e foi na dor que tive esse encontro com Deus. Alguns amigos e amigas me apresentaram e me levaram a um grupo de oração. Realmente, a partir desse grupo de oração, denominado Jesus Cristo Vive ao Senhor, da Comunidade Santa Luzia, no Santuário São Paulo da Cruz, no Barreiro, comecei a me engajar nessa comunidade e participar mais dos movimentos pastorais da Igreja. Comecei a viver o meu batismo e a minha fé. Algumas pessoas até se confundem pensando que faço parte da Igreja Carismática, mas não, pois a Renovação Carismática é um movimento dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, que, graças a Deus, tem atraído principalmente os jovens, que, cada dia mais, têm feito esse encontro pessoal com Jesus e assumido o seu batismo e sua crisma, engajando-se em algumas pastorais e movimentos. Além disso, a Renovação tem um trabalho social muito grande na recuperação de dependentes químicos e também no terceiro setor, nas comunidades terapêuticas, nos asilos, nas creches e em toda área de assistência social. Vimos trabalhando para levar a fé até aquelas pessoas que ainda não tiveram um encontro pessoal com Jesus e transformar suas vidas. A felicidade dessas pessoas que encontram Jesus é visível. A minha vida mudou por meio da Renovação Carismática. Então, hoje, a Renovação Carismática está em todo o mundo. O Papa João Paulo II dizia que a Renovação Carismática é uma graça para a Igreja, porque ela proporciona aos seus fiéis mais alegria, fraternidade e solidariedade. Estamos a serviço da Igreja, e a Arquidiocese de Belo Horizonte, sob a direção de D. Walmor, também tem dado grande contribuição e assistência à Renovação Carismática. No dia 21 estarão aqui, na Assembléia Legislativa, as lideranças nacionais e estaduais, os grupos de oração, forania e região, para que possamos levar mais informação para todos os lares que recebem a TV Assembléia e também uma mensagem de paz, porque o mundo precisa de paz e precisa de Deus. A partir do momento em que temos esse encontro pessoal com Jesus, a nossa vida muda e surge o desejo de passar tudo o que aprendemos para as pessoas. Se Deus quiser, estaremos aqui no dia 21. Convidamos a todos a participar, a fim de conhecerem um pouco mais desse Movimento da Renovação Carismática, que, realmente, é uma graça de Deus não só para mim, mas também para você e para a Igreja. No dia 21, todo o conselho da Renovação Carismática Nacional estará aqui para prestarmos a ele essa justa homenagem pelo bem que faz e pelo resgate de almas e de vidas para Jesus. Parabéns.

O Deputado Vanderlei Miranda (em aparte) - Serei bem objetivo, apenas para parabenizá-lo e também ao Deputado Célio Moreira pela iniciativa de prestar essa homenagem a esse importante movimento da Igreja Católica, que, a cada dia, ganha mais corpo e cresce. Esse movimento faz um trabalho muito bonito dentro da proposta de renovação, como disse V. Exa., da Igreja Católica, com essa força e esse carisma não só na expressão da palavra, mas também na forma prática, ou seja, na maneira como o trabalho é realizado.

Tenho muitos amigos no movimento carismático, como pastor batista que sou, e isso é do conhecimento de muitos. Na verdade, tenho muitos bons amigos no movimento carismático; além disso, é um privilégio conviver nesta Casa com V. Exa., que tem essa participação tão efetiva no movimento. Da mesma forma, os Deputados Célio Moreira e Miguel Martini, que também participam tão ativamente desse movimento. Aliás, tenho com o Deputado Miguel Martini um excelente relacionamento, anterior ao que tenho agora com V. Exa. neste Parlamento. Com a audiência do meu programa, recebo muitos telefonemas e "e-mails" e encontro muitas pessoas, na rua e nos "shoppings", as quais se aproximam e se identificam como pertencendo ao movimento de Renovação Carismática da Igreja Católica e acompanham meu programa. Deixo meus parabéns pela iniciativa e desejo-lhe muito sucesso. Se não houver nenhum conflito de agenda, quero estar aqui participando com vocês dessa merecida homenagem.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado. Quero citar também alguns nomes expoentes desse trabalho renovado da nossa fé, inspirados em tantas pessoas importantes da nossa caminhada histórica, como São Francisco de Assis. Este, apesar de ter vivido a pobreza, era um homem de extrema oração. São Francisco inspira profundamente a Renovação Carismática, porque se desapegou e se libertou materialmente, vivendo em profunda intimidade de oração. Ele foi agraciado com as Chagas de Cristo. No Brasil há pessoas que têm lutado. Paulo diz, em Coríntios 13, que nossa fé é de obras e espiritualidade. E não há como separar uma coisa da outra. Quero citar o Pe. Marcelo Rossi, um grande expoente; e o Pe. Jonas Abib, da comunidade Canção Nova, um incansável divulgador dessa nova forma de evangelização. Essa é a mensagem trazida não só aos não-cristãos, mas também a nós, cristãos. A exemplo daquele jovem rico que procurou por Jesus perguntando o que faria para sua vida ter sentido. Jesus orientou-o a viver os 10 mandamentos da fé. Para surpresa dos que lêem aquela passagem, ele disse que já fazia isso,

procurando viver os mandamentos desde a mocidade. E Jesus disse-lhe: "Mas ainda te falta alguma coisa". Essa frase é o que Jesus quer dizer às pessoas que têm tido uma vida de caminhada na igreja e comungam a fé cristã, mas precisam desse novo ardor.

Portanto, com muita alegria, convido a todos para que, no dia 21, às 14 horas, participem conosco. Haverá cobertura da TV Assembléia e da TV Canção Nova. Que estejamos todos na Assembléia, prestando essa justa e maravilhosa homenagem à Renovação Carismática Católica.

O Deputado Célio Moreira (em aparte)* - Gostaria apenas de complementar. Além de Minas Gerais, Brasil, também Portugal e Itália receberão as imagens, ao vivo, da Casa, pois a TV Canção Nova está instalada em vários países. É um meio de evangelizar por meio da televisão. Seria importante a participação de todos. Onde a TV Canção Nova pega, além da TV Assembléia, todos poderão assistir ao vivo. Obrigado.

O Deputado Eros Biondini - Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia; o assunto que me traz à tribuna nesta tarde é o VI Festival Lixo e Cidadania, que está sendo promovido pela Associação de Catadores de Materiais Recicláveis - Asmare - e pela Rede Cataunidos, composta por oito cooperativas de catadores e recicladores, da qual a Asmare também faz parte.

Essa rede está levando a cabo uma experiência fundamental para Belo Horizonte, para a Grande BH, para Minas Gerais e para o Brasil: a primeira unidade industrial de processamento e beneficiamento do plástico cujos donos são os próprios catadores - essa é a diferença dessa unidade. Portanto, a Cataunidos é que a gerencia, tendo participado de todo o processo de planejamento, implantação e da própria gestão dessa unidade industrial de beneficiamento de plástico. Essa experiência precisa ser acompanhada, apoiada e estimulada porque aponta para a autonomia e independência dessa categoria que cresce em todo o País e vem-se afirmando com uma categoria importantíssima, considerada por muitos - e é assim que a percebemos - como verdadeiros agentes ambientais e protagonistas de toda a discussão que se estabeleceu e hoje se afirma na sociedade sobre a preocupação com o meio ambiente e, particularmente, com a reciclagem e reutilização dos materiais. Assim, pensar o ambiente urbano sem considerar o papel expressivo e fundamental da categoria dos catadores de material reciclável é desconsiderar parte substantiva daqueles que se ocupam com a preservação ambiental, a promoção de qualidade de vida e de um ambiente saudável e com a racionalização dos recursos públicos utilizados na coleta e disposição final dos resíduos sólidos urbanos.

Ontem mesmo realizou-se nesta Casa, em reunião conjunta das Comissões de Participação Popular e de Meio Ambiente e Recursos Naturais, um evento que, de certa forma, foi a primeira atividade do VI Festival Lixo e Cidadania. Nessa reunião discutiu-se o Projeto de Lei nº 1.269/2007, apresentado recentemente pelo Executivo à Assembléia de Minas, o qual propõe a consolidação do marco regulatório na gestão de resíduos sólidos no Estado. É sabido de todos, particularmente dos ambientalistas, dos que militam pelas questões ecológicas, ambientais e socioambientais em nosso Estado, que a legislação de Minas Gerais, no tocante às questões ambientais, é boa. Na verdade, Minas Gerais - e nisso a Assembléia de Minas tem contribuído ao longo da história, com o aprimoramento da legislação - é um exemplo para muitas outras unidades da Federação. Estamos sempre, se não sintonizados com a discussão em âmbito nacional, à frente: muitas vezes, Minas Gerais antecipa, avança e subsidia a discussão que se dá em âmbito federal.

Mais uma vez, esse processo se repete. Ao mesmo tempo que se dá apresentação do projeto de lei do Executivo nesta Assembléia, o governo Lula encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 1.991/2007, que, no âmbito federal, também propõe discussões similares para ordenar o gerenciamento de resíduos sólidos no País e, particularmente, para orientar a relação do poder público no que diz respeito ao gerenciamento de resíduos sólidos, com as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Propõe-se o apoio efetivo à organização, à capacitação e à preparação para a gestão dos empreendimentos solidários dos catadores e a incorporação efetiva dos catadores e das suas entidades não só na discussão, na formulação, no controle social do processo da reciclagem, da coleta seletiva, da disposição final dos resíduos sólidos, mas também na inclusão das associações e cooperativas de catadores no processo efetivo de participação, particularmente da coleta seletiva. Nada mais justo, tendo em vista que foram os catadores de materiais recicláveis quem desencadeou, na nossa sociedade, todo esse processo no momento em que ainda não se considerava a reciclagem, sob o aspecto econômico e financeiro, como viável para ser desenvolvida por organizações empresariais. Essa é uma luta de muitos anos que vem sendo respeitada e considerada hoje.

No Festival Lixo e Cidadania, promovido em Belo Horizonte desde ontem, à noite, quando houve o lançamento efetivo, até sexta-feira, será discutido e debatido esse assunto e também será um espaço de intercâmbio de experiências. Vieram representações de associações e cooperativas de catadores, de organizações que apoiam essas atividades em todo o País, delegações do Norte e Nordeste do Brasil.

Também estávamos presentes ontem, na abertura, e recebemos uma delegação de Rio Branco, Acre, a qual viajou mais de dois dias consecutivos para vir a Belo Horizonte e participar do evento. Trouxeram a sua experiência, a sua solidariedade para comungar, nesse esforço conjunto, com a ampliação de sugestões, a colaboração dos que participam efetivamente como recicladores para o aprimoramento da legislação tanto estadual como federal. Durante o Festival Lixo e Cidadania, alguns pontos foram apresentados como fundamentais, a fim de se aprofundar o debate e a discussão, sugestões apresentadas também no Fórum Estadual Lixo e Cidadania. Uma delas, prevista no Projeto de Lei nº 1.269/2007, do Governador do Estado, fruto de muitas discussões, plenárias e fóruns, muitos organizados nesta Casa nos anos passados e neste ano, é a erradicação completa dos lixões, oferecendo condições efetivas para as transferências das famílias que vivem deles para projetos ou políticas de geração de renda por meio da coleta seletiva. Então, é importante definir uma ação objetiva, efetiva, para transformar aqueles que vivem da catação dos lixões em agentes ambientais, organizados por associações e cooperativas para promover a coleta seletiva.

Uma outra proposta é a de que os catadores de materiais recicláveis, por meio das suas entidades representativas, sejam também convidados, e que o poder público se comprometa a incorporá-los em todas as discussões para a implantação e gestão dos resíduos sólidos em cada Município, e ainda o apoio efetivo na organização das associações e cooperativas.

Acompanhamos o Festival Lixo e Cidadania aqui em Minas Gerais, desde sua primeira edição, há muitos anos, e tivemos o privilégio de ser convidados para participar de uma das plenárias. Vamos, ao lado da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, representando a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, participar de uma mesa-redonda que discutirá o poder público e suas políticas para o setor.

O VI Festival Lixo e Cidadania está acontecendo na Casa do Conde até a próxima sexta-feira. O lançamento foi ontem à noite, com a participação de representantes do governo federal, do governo do Estado e de vários outros parceiros dos catadores em Minas Gerais e no Brasil, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e outras entidades, algumas públicas, outras privadas.

Hoje, a programação se estende até à noite, e amanhã será fechado o conjunto das plenárias, com a formulação de um documento para subsidiar e apresentar a visão dos catadores de materiais recicláveis, tanto para a consolidação do novo marco regulatório de gerenciamento de resíduos sólidos em Minas Gerais como também para a legislação que está em curso no Congresso Nacional. Temos certeza de que, mais uma

vez, o saldo do Festival Lixo e Cidadania será, além da ampliação e do reforço de confraternização e solidariedade, a efetiva formulação e o aprimoramento das políticas públicas para o setor.

Gostaríamos de conceder a palavra à nossa querida Deputada Elisa Costa, que também esteve presente na audiência pública e na abertura do VI Festival Lixo e Cidadania e que trabalha, entre as ações de seu mandato, com as questões de resíduos sólidos, saneamento e apoio aos catadores.

A Deputada Elisa Costa (em aparte) - Quero parabenizar o Deputado Almir Paraca por todo o trabalho de seu mandato, mas especialmente por suas ações nessa área ambiental, pelo compromisso assumido com a luta pela inclusão social e pelas causas ambientais de Minas Gerais. Também quero parabenizá-lo pela brilhante audiência pública conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Recursos Naturais e de Participação Popular, realizada aqui com a presença de muitos catadores e catadoras de Minas Gerais e do Brasil. Aproximadamente 500 pessoas estiveram presentes aqui ontem, na Assembléia, e depois houve a belíssima abertura, em que V. Exa. e o Deputado André Quintão, de fato, representaram com muita dignidade esta Casa.

Quero falar desse compromisso histórico com a organização dos catadores, que se fazem muito presentes neste momento em que discutimos, na Conferência das Cidades, o novo modelo de cidade, que incorpora especialmente a presença deles, com suas cooperativas e seu compromisso com a causa ambiental.

Quero relatar aqui que o governo do Presidente Lula tem investido muito nas entidades, nas ONGs e nas cooperativas. A Petrobras e a Fundação Banco do Brasil querem estimular a organização e a capacitação das associações de catadores, das centrais de comercialização e das cooperativas. Esse é um belíssimo trabalho do Presidente Lula, que você já realizou à frente da Fundação Banco do Brasil. Portanto, quero parabenizá-lo por seu trabalho e a todos os catadores pelo festival que Minas realiza todos os anos e especialmente este ano, que teve um brilhantismo próprio em razão do grande número de entidades e catadores presentes. Parabéns, e muito obrigada.

O Deputado Almir Paraca - Sr. Presidente, gostaríamos de agradecer a intervenção da Deputada Elisa Costa e também a participação e colaboração do Deputado André Quintão e de todo o seu gabinete no "Fórum Estadual Lixo e Cidadania" e na organização e formulação do "Festival Estadual Lixo e Cidadania". Queríamos também reforçar as informações da Deputada Elisa Costa, pois é preciso reconhecer que o governo Lula realmente abraçou a luta dos catadores em todo o País.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que também está presente em Belo Horizonte e na organização do Festival Lixo e Cidadania, é um movimento legítimo, organizado em todo o território nacional. Trata-se de um movimento absolutamente conseqüente, que formula, que debate, que apresenta propostas de políticas públicas e que vai a campo tirar vida, tirar dignidade a partir do lixo.

Ontem, aqui, pudemos observar, em audiência pública e também na abertura do VI Festival Lixo e Cidadania, a verdade que é manifesta por meio das exposições, das abordagens feitas pelos catadores e pela população de rua, de maneira legítima, na maior legitimidade possível, porque vivenciam e tiram, efetivamente, o seu sustento, a sua fonte de vida dos materiais recicláveis.

Hoje, a atividade começa a manifestar interesse econômico, e precisamos aprofundar essa reflexão, esse debate e, efetivamente, apoiar a organização dos catadores, porque eles têm uma trajetória histórica, rica de experiência, e podem continuar. Tendo oportunidade, eles farão isso muito bem, colaborando com uma gestão cidadã, uma gestão específica na coleta e na reciclagem de resíduos sólidos. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, nosso Presidente em exercício, Sras. Deputadas e Srs. Deputados presentes, quero cumprimentar Minas Gerais, dando continuidade à brilhante fala do Deputado Almir Paraca. Gostaria de registrar, em dois momentos, a importância da organização dos movimentos sociais em Minas Gerais.

Tivemos oportunidade de participar do Grito dos Excluídos, quando um tema extremamente importante para Minas e para o Brasil foi debatido. Para alguns, é um tema até polêmico, mas considero que é um tema que traz de volta a preocupação com o Estado brasileiro, com o papel dos Estados brasileiros, compreendendo Minas Gerais, de garantir o funcionamento das suas estatais.

Quando se propõe um plebiscito para ver qual o posicionamento do povo brasileiro sobre a Companhia Vale do Rio Doce, trazemos um debate sobre como as estatais brasileiras, quando bem geridas - a exemplo da Petrobras, do Banco do Brasil, da Fundação Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, dos Correios -, podem demonstrar que o Estado tem a capacidade, sim, de promover o desenvolvimento, tem a capacidade de ser indutor de um processo que coloque o Brasil em crescimento e tem, principalmente nas suas estatais, a capacidade de ajudar o Brasil no seu desenvolvimento, de ajudá-lo a fazer uma gestão que promova o desenvolvimento social e econômico, com uma gestão eficiente, lucrativa. Mas é essencial que cuide do desenvolvimento e tenha uma visão social.

Essa nossa participação nacional no plebiscito leva a essa reflexão, a do leilão da Vale do Rio Doce, a da improbidade administrativa, dos prejuízos causados à Nação, pelo fato de uma empresa mineradora tão importante ter sido vendida por um preço tão pequeno diante do seu valor. Na verdade, foi a entrega de um grande patrimônio público brasileiro para as multinacionais.

Essa reflexão é importante, o Grito dos Excluídos permeou esse debate nacionalmente. Aqui, em Minas Gerais, há um debate importante sobre o papel das mineradoras. Haverá um seminário para discutir a mineração em Minas Gerais, o seu compromisso com o desenvolvimento, o seu compromisso social, para que, efetivamente, reduzamos as desigualdades deste país, especialmente em Minas Gerais.

Queria relatar aqui, Deputado Almir Paraca, que o Grito dos Excluídos, em muitas cidades, foi um movimento das pastorais sociais, dos movimentos sociais, um grande movimento nacional feito com muito empenho.

Quero registrar e fazer uma denúncia. Na nossa cidade de Governador Valadares, todos os anos o Grito dos Excluídos desfila juntamente com as várias entidades, as escolas, os movimentos sociais. Neste ano estávamos incluídos nesse desfile.

No momento do desfile, houve uma proibição da Polícia Militar tentando evitar que as entidades, as pastorais e os movimentos sociais pudessem entrar na avenida e fazer seu desfile, seus protestos, suas avaliações, apresentar um projeto de país, avaliar o plebiscito e a realidade brasileira, conforme o tema do plebiscito em nível nacional. Queremos lamentar a falta de espírito democrático, o autoritarismo e a incompreensão de alguns. Quando discutimos o 7 de setembro, estamos falando de independência, de um povo cidadão, da dignidade brasileira, de direitos sociais e de cidadania. Assistimos à tentativa de impedir que o grito se manifestasse e que todas as entidades e escolas pudessem fazer sua manifestação. Mesmo assim, diante dessa repressão, o Grito dos Excluídos, mesmo discordando dessa tentativa de impedimento feita por setores da Polícia Militar, manifestou-se, entrou na Avenida Minas Gerais e teve o apoio da população.

Respeitamos a grande maioria dos setores da Polícia Militar, mas alguns que lá estavam demonstraram estar muito mais a serviço do poder que propriamente da população e da sua segurança. Queria registrar aqui a importância da democracia, da manifestação popular e principalmente dos movimentos apostarem na sua organização, divulguem e defendem suas bandeiras na luta pela terra, pelos direitos humanos, pelos

direitos da criança e do adolescente.

Temos de acreditar na Central de Movimentos Populares, nas pastorais sociais de defesa dos direitos da criança e do adolescente, na denúncia de abusos com a má utilização dos recursos públicos, dos altos preços das tarifas de água, de esgoto, dos aumentos abusivos. A população tem o direito de se manifestar quando de fato não há, por parte do poder público, o respeito à população. Quero deixar aqui esse registro porque, para nós, a manifestação popular ocorrida em Governador Valadares foi um momento importante.

O segundo registro que quero fazer soma-se às palavras do nosso companheiro Almir Paraca. De fato, fiquei muito impressionada com o crescimento estadual e nacional da organização do movimento social dos catadores. Isso significa que eles estão muito presentes nas cidades, para contribuir para o desenvolvimento das nossas cidades, para defender o meio ambiente, para trabalhar a coleta seletiva. Estão sendo reconhecidos como seres humanos, como cidadãos de direitos para garantir sua dignidade. Ontem fizeram essa manifestação maravilhosa. Caminharam durante o dia por todas as ruas de Belo Horizonte, demonstrando sua presença viva e, principalmente, sua vontade de contribuir para a cidade e de serem realmente reconhecidos como pessoas que contribuem não somente para o sistema de limpeza urbana, mas em defesa do meio ambiente, e particularmente da política de resíduos sólidos. Isso orgulha esta Assembléia Legislativa, que os recebeu aqui, por intermédio de suas Comissões de Participação Popular, sob a Presidência do Deputado André Quintão, e de Meio Ambiente e Recursos Naturais, com o Deputado Almir Paraca e outros, numa belíssima audiência pública.

Para nossa alegria, também fiquei muito emocionada com a abertura do festival, um dos mais bonitos de que tive oportunidade de participar nos últimos anos. A criatividade, a apresentação da cultura popular, a presença de lideranças de todo o Brasil e, principalmente, a organização do movimento nacional, do movimento dos fóruns de cidadania de muitos Municípios do Estado de Minas Gerais, as lideranças nacionais presentes, a representação do Ministério das Cidades e do governo de Minas, enfim, um evento que dignifica o povo trabalhador. E as falas de quem adquiriu, ao longo desses anos, a consciência da cidadania e da participação popular.

Parabenizo o Deputado Almir Paraca, que também tem contribuído e participado diretamente dessa luta e dessa causa, na qual também me integro há muitos anos. Queria, mais uma vez, reforçar que estamos participando, junto ao governo do Presidente Lula, de um projeto também belíssimo: a organização de 11 associações de catadores, que estão transformando-se numa cooperativa regional, chamada Central-Leste de Catadores. Essa cooperativa reúne 11 associações do Leste mineiro, do Mucuri e do Jequitinhonha. As associações, com recursos vindos da Petrobras, na área social, da Fundação Banco do Brasil e de outros ministérios, estão capacitando as diversas entidades, possibilitando a formação de uma cooperativa, e certamente contribuirão para a comercialização dos produtos recicláveis. E venderão em grande escala, para que seu produto seja reconhecido na comunidade e tenha resultado, pois é um projeto de inclusão social. As famílias estão tendo direito ao trabalho, garantindo agregar valor ao que produzem e coletam, e principalmente estão melhorando e aumentando a sua renda e garantindo sua dignidade.

Quero deixar aqui essa nossa experiência e também parabenizar todas as associações da Central-Leste, essa cooperativa que está sendo construída, um projeto de geração de novos empregos para os catadores de Minas e do Leste mineiro. A Associação de Catadores de Papel de Valadares - Ascanav - é a proponente e, junto a 10 associações, está construindo essa belíssima cooperativa, que inclui três vales - Vale do Rio Doce, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri -, para a construção de uma vida mais digna e de inclusão social.

Também quero reforçar que a última pesquisa do IBGE, por amostra de domicílio, mostrou claramente que o povo brasileiro está aumentando a sua renda, o número de empregos está crescendo, havendo uma melhoria significativa na vida da população e uma redução, cada vez maior, da desigualdade social no País. Esse é o sonho de todos nós do PT e de todos que querem construir uma sociedade diferente, mais igualitária, a partir das iniciativas do Presidente Lula, que, com sua sensibilidade social e compromisso com os mais pobres, tem demonstrado ser possível aliar desenvolvimento social a desenvolvimento econômico.

Este é um momento importante para o Brasil, quando as pessoas estão alimentando-se melhor, com salários mais dignos, com redução do índice de desemprego, que já chega ao percentual de 8,5% em relação aos últimos anos. O Bolsa-Família, com valores acrescidos, chega nas casas de mais de 40 milhões de brasileiros e, em Minas Gerais, atende mais de 4 milhões de pessoas. Isso significa que estamos construindo um Brasil com mais dignidade e possibilidades. Ainda não fizemos tudo, há muito o que fazer neste país e muito o que avançar para reduzir desigualdades. Mas essas são oportunidades reais que o povo brasileiro está tendo, com um Presidente com sensibilidade social, com sua história de vida, que está dedicando ao povo brasileiro e ao povo mais pobre as políticas sociais mais importantes, na educação, na agricultura familiar, na geração de emprego e renda, nos programas sociais tão bem conduzidos, em Minas Gerais, pelo Ministro Patrus Ananias.

Deixo aqui o registro desses dois momentos: da luta do movimento social em Minas e no Brasil, do avanço da cidadania, da participação popular e da democracia, pilares para um país mais justo, mais igualitário e mais solidário. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nosso colega Deputado Doutor Viana, nobres colegas Deputadas e Deputados, pessoas que nos acompanham pela TV Assembléia, nossa saudação muito especial.

Sr. Presidente, gostaríamos de tratar de vários assuntos nesta tarde. O primeiro diz respeito a uma notícia veiculada no "Estado de Minas", sobre o custo de vida. A manchete diz: "A luz pesa mais que comida". A pesquisa mostra que a energia elétrica preocupa mais as famílias de Belo Horizonte, de todo o Estado de Minas Gerais, que despesas com alimentação, higiene e limpeza. O motivo é a alta de tarifa e de consumo. O Sr. Marcos Vieira, em entrevista ao "Estado de Minas", diz: "Das contas da casa, a que pesa mesmo é a da Cemig. A alimentação, apesar de alta, mantém mais ou menos o mesmo ritmo todo mês". A estudante de enfermagem Ana Maria Araújo diz que a conta de energia elétrica chega a ser mais alta que a taxa de condomínio. Então a conta de luz já está pesando mais no orçamento doméstico do consumidor de Belo Horizonte que as compras de supermercado, incluindo a alimentação, a higiene e a limpeza.

Segundo sondagem da Federação do Comércio de Minas Gerais divulgada nesta semana, para quase 22% dos entrevistados, os gastos crescentes com a energia elétrica são a maior preocupação, não apenas devido ao alto custo da tarifa, mas também ao aumento do volume consumido, já que as pessoas têm comprado mais eletrodomésticos nos últimos anos. Entre os agravantes apontados, os consumidores comentam que não há como deixar de pagar a fatura, sob pena de ter a luz cortada, assim com não há como jogar a dívida no cartão, em suaves prestações. Então há vários depoimentos demonstrando que a conta está muito cara.

Num "ranking" de despesas no orçamento doméstico, segundo a Fecomércio, temos as seguintes porcentagens: energia elétrica, 21,9%; alimentação, higiene e limpeza, 19,8%; aluguel, 17%; educação, 14,4%; condomínio, 6,6%; água, 5,5%; telefone fixo, 5,5%; plano de saúde, 4,8%; telefone celular, 2,5%; lazer, 1,2%; remédios, 0,2%. Trago esses dados a esta Casa, uma vez que temos um projeto de lei, de iniciativa popular, parado na Comissão de Constituição e Justiça, o qual, se votado e sancionado, representará garantia para as famílias de baixa renda do nosso Estado em razão da gratuidade mensal de 100kW de energia.

Nada resolverá o Bolsa-Família do governo federal, na linha de transferência de renda, se todo o dinheiro recebido pelas famílias tiver de ser destinado ao pagamento de serviços essenciais, como o fornecimento de energia elétrica e de água, e de telefone, mesmo sabendo que energia e água são fundamentais. Assim, solicito a celeridade na apreciação e tramitação desse projeto de lei de iniciativa popular, que nos foi apresentado com muito respaldo. O número de assinaturas colhidas em prol desse projeto foi muito além do exigido por lei. Além disso, esse tipo de projeto já existe em outros Estados. No Paraná, o programa funciona. Há a garantia da gratuidade de energia para as famílias de baixa

renda. Essa é uma das formas de o governo do Estado avançar nas políticas sociais. Determinados programas causam impacto muito positivo na vida das famílias. A energia elétrica de Minas é a mais cara do País, e sabemos que, infelizmente, a energia do Brasil é a mais cara do mundo. Assim, Minas Gerais acaba por ter a energia mais cara do mundo, e nisso há uma contradição muito grande. Em nosso Estado, há inúmeras hidrelétricas. Talvez este seja o Estado que mais produz energia e que possua o maior número de projetos para construção de novas hidrelétricas. Várias barragens já foram construídas, outras estão por fazer. Tudo isso causa grande impacto social e ambiental, e não conseguimos enxergar os dados sobre a qualidade de vida das pessoas, os quais estão mostrando que toda essa riqueza está indo para o bolso de uma minoria, dos grandes empreendedores, dos grandes investidores, de grandes multinacionais, enquanto o pobre é explorado. As políticas sociais do governo federal possibilitaram que mais de 6 milhões saíssem da linha da pobreza, ou seja, ultrapassassem essa linha. Os pobres estão com qualidade de vida melhor, mas graças aos programas sociais do governo federal. Enquanto o governo vem contribuindo, ajudando o mais pobre, há ações em sentido contrário de uma empresa ligada ao governo do Estado, a qual tinha primeiramente de zelar pela qualidade dos serviços, oferecendo condições dignas a seus trabalhadores. Percebemos que caiu o espaço e a qualidade dos serviços. Por quê?

Na verdade, a Cemig terceirizou alguns setores, que foram assumidos por outras empresas. Com isso, ocorreram inúmeras mortes e muitas pessoas contraíram deficiências para sempre em razão da precariedade dos serviços e das condições de trabalho. A Cemig colocou o lucro em primeiro lugar, em vez de qualidades dignas para os seus trabalhadores e de serviço social. Tem um serviço mais caro, que custa vidas de trabalhadores e também que expulsa muitos homens, mulheres e jovens do campo. Referimo-nos à situação das Usinas Hidrelétricas de Irapé e de Aimorés, com inúmeras pendências. Há milhares de famílias que passaram pelo processo de desapropriação. E algumas coisas aconteceram e vêm acontecendo, parece piada ou brincadeira. Muitas pessoas que foram atingidas pela Usina Hidrelétrica de Irapé foram reassentadas no Jequitinhonha e enfrentam problemas na reativação econômica, mesmo na qualidade da água. No entanto, construirão agora outra hidrelétrica no Jequitinhonha, mas nesse reassentamento em que o pessoal nem começou a instalar os projetos de reativação econômica, mas terão de ser reinstalados. Então, serão atingidos por duas vezes. Isso tudo porque construirão uma outra usina hidrelétrica. Há falta de planejamento e de respeito. Estão brincando com as pessoas. Reassentaram em uma área, mas agora essa mesma área, onde serão reassentados, será atingida por outra hidrelétrica. Vemos aqui uma matéria muito bem feita no jornal "Estado de Minas" mostrando como a energia elétrica vem castigando as nossas famílias carentes e sendo o maior custo para as famílias. Está mais cara do que a alimentação ou quaisquer outras despesas. Há dificuldades na renegociação das dívidas e no próprio atendimento. Vimos denunciar e, ao mesmo tempo, fazer um apelo a esta Casa quanto a termos celeridade na tramitação do projeto de iniciativa popular para garantir 100kW de energia para a família de baixa renda. As empresas públicas que deveriam ter um maior comprometimento social não o estão tendo. Mas sabemos que são muitos os desdobramentos. Estamos aguardando.

Sr. Presidente, é importante destacar que o governo Lula, do PT, que sempre foi criticado por esta Casa, vem demonstrando compromisso com a sociedade, principalmente com os mais pobres do País. Os números estão aí, e a qualidade de vida das pessoas também está aí. Não há como ir contra esses fatos, que são incontestáveis. Houve saída de muitas famílias da linha da pobreza e da miséria. São mais de 6 milhões. Percebemos que, embora o governo Aécio Neves, do Estado de Minas Gerais, através da mídia, venha sendo apresentado como um dos melhores governos, ainda não conseguimos enxergar o avanço social. Sempre fomos contestados, mas estamos aguardando também o desdobramento da reportagem que tivemos na revista "Isto É", em que o jornalista, em uma matéria muito bem feita, mostrou que o ninho, a origem, a gênese mesmo do "mensalão" estava era no PSDB, e não no PT. Infelizmente, alguns colegas do PT copiaram o esquema do PSDB - foi uma cópia malfeita. Que bom que o bloqueio existiu, ou seja, não saía nada desse governo. Parabênico ao jornalista pela matéria. Todos sabiam disso há mais de um ano, mas sempre surgiam denúncias de listas falsas. Temos certeza de que ainda há muito por vir. Portanto, deixamos claro que a origem, a gênese, o DNA do "mensalão", como disse o Deputado Carlin Moura, estava no PSDB. Lamentavelmente, também trazemos essa denúncia, seja de que partido for. Esperamos continuar nossa fala posteriormente, uma vez que o tempo foi escasso, para tratar de outros assuntos, como o do álcool combustível, que é motivo de luta da nossa parte desde a legislatura passada. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, senhores profissionais da imprensa, servidores da Casa, público que nos acompanha pelas galerias, caros telespectadores da TV Assembléia. Sr. Presidente, dois assuntos me trazem aqui e são muito importantes para mim. Serei rápido na explanação.

O primeiro deles é o anúncio para a região de Ipatinga, no Vale do Aço, de que na próxima sexta-feira a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais realizará audiência pública para discutir o potencial turístico da região. Desde já, fica aqui o meu convite a todos os interessados. Essa reunião acontecerá no 5º andar do prédio da CDL, a partir de 14 horas.

O outro assunto que me traz a esta tribuna diz respeito a uma notícia que nos causou muita alegria por ver nosso esforço recompensado, ou pelo menos, começando a ser recompensado. A Comissão de Turismo, juntamente à bancada federal, tem empreendido trabalho a favor da transferência de vôos para o Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. A notícia é que 12 vôos serão transferidos para lá a partir do próximo mês.

Lembramos que, de acordo com estudos e com a visita que fizemos ao aeroporto para conhecer a realidade mais de perto, fomos informados pelo superintendente, Sr. Wilson Massa, que hoje, sem sequer um centavo de investimentos, o aeroporto pode receber 20 vôos. Portanto, 12 já foram transferidos e mais 8 poderão vir, sem nenhum problema ou embaraço.

Quero crer que esse é o início do nosso trabalho, junto à bancada federal, para que o Aeroporto Internacional de Confins possa ser a sede da maior parte desses vôos que hoje o Aeroporto de Congonhas tem de transferir. O Aeroporto de Congonhas terá de transferir 151 vôos, dos quais 12 já foram canalizados para o nosso aeroporto.

A boa notícia é que a empresa americana Delta Airlines já enviou estudos registrando o seu interesse em operar uma linha internacional daqui para a cidade de Atlanta, nos Estados Unidos. Essa empresa também manifestou interesse em operar vôos não só para a cidade de Atlanta mas também para a região das Américas do Sul e Central.

Imagino que a vinda desses vôos será o início de um grande projeto de transformar o Aeroporto Internacional Tancredo Neves num aeroporto-referência, por ser, hoje, o melhor aeroporto do Brasil, visto que está em plena condição de receber esses vôos e ainda muitos outros, com uma pequena adaptação e um pequeno investimento.

Fica aqui o meu apelo para que a cidade de Confins - que acabou se tornando a prima pobre desse progresso, pelo fato de ser uma cidade muito recentemente emancipada, sem recursos, com algumas pequenas indústrias sendo instaladas - também seja contemplada com esse crescimento de vôos e com esse progresso que chega até o nosso Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Faço o mesmo apelo aos empreendedores, porque o que antes era apenas um esforço das Comissões de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e Transporte agora já é uma realidade. As referidas Comissões realizaram um debate nesta Casa, a fim de marcar uma visita para conhecer toda aquela realidade. Por esse motivo os investidores, os empreendedores precisam começar a ter um novo olhar sobre a região do Aeroporto Internacional de Confins e também sobre o caminho que nos leva até Confins, ou seja, sobre as cidades de Santa Luzia, Vespasiano, Lagoa Santa e Pedro Leopoldo, que são cidades que estão à margem da Linha Verde e que, com certeza, têm espaço suficiente para oferecer, para que esse progresso, de fato, possa consolidar-se.

Já é hora de termos os empreendedores da rede hoteleira, para a construção de alguns bons hotéis. Enfim, todos aqueles que tiverem interesse na região e disposição para investimento poderão começar a trabalhar pela implantação de seus empreendimentos.

Aliado a tudo isso, uma realidade já foi iniciada. Estou-me referindo às obras do Rodoanel. O Rodoanel vai ter uma importância muito grande. As obras do Rodoanel vão trazer uma contribuição muito importante, num primeiro momento, gerando muitos empregos na construção, e, num segundo momento, sendo uma via de transporte da nossa riqueza e do nosso progresso, fazendo com que o nosso anel rodoviário seja transformado na Avenida do Contorno. A cidade cresce, o progresso vai chegando, e é exatamente isso que queremos; queremos emprego para Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Há oito anos, havia 500 mil desempregados nessa região, e hoje esse número já baixou para 300 mil, mas queremos e sonhamos com o dia em que ouviremos a notícia de que não existem mais desempregados na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Eram essas as minhas palavras. O meu muito obrigado aos senhores e às senhoras.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, também fiz uso da palavra anteriormente às votações e destacava o alto custo da energia elétrica para o consumidor. Trata-se de uma tarifa que vem sacrificando as famílias carentes, levando-as a abrir mão de algo essencial, como a alimentação, retirando dela alguns itens, ou a se endividarem, a fim de quitar a conta da Cemig. Anteriormente, eu falava sobre o rumo tomado pelas empresas do Estado - Copasa, Cemig, Comig, Emater. Por serem empresas públicas, sua prioridade deveria ser a qualidade do serviço prestado, as condições de trabalho de seus profissionais e um serviço mais em conta. Infelizmente, de determinado tempo para cá, a prioridade tem sido o lucro, em detrimento das condições de trabalho de seus profissionais, da qualidade do serviço prestado, do preço cobrado, do compromisso social. Falava sobre a reportagem veiculada na "Isto É". Essa é uma forma de tirar dinheiro do bolso do pobre. É dinheiro público, que, há tantos anos, vem financiando campanhas políticas. Esse dinheiro está sendo resgatado nos serviços caríssimos prestados por essas empresas. Desde 1998, temos a prática do caixa dois e do "mensalão", já provada pela Polícia Federal, esperando a denúncia. A reportagem nos fornece dados de repasses para a campanha do então Governador Eduardo Azeredo, candidato à reeleição no segundo turno. Temos repasses feitos pela SMP&B, do Marcos Valério. O Enduro da Independência custou R\$10.673.981,00, e ficou provado que o tal Enduro, como sempre, era uma forma de pegar dinheiro das empresas públicas. A Cemig entrou com R\$1.673.981,00; a Copasa, com R\$1.500.000,00; a Comig, com R\$1.500.000,00 - e agora recebeu outra pelagem, em razão de tantas corrupções -; o Bemge, com R\$1.000.000,00; o Crédito Real, com R\$1.000.000,00; a Loteria Mineira, com R\$1.500.000,00; a Comig, com mais R\$1.500.000,00, somando R\$10.673.981,90. Vamos compreendendo por que essas empresas avançam no bolso do povo, sobretudo no dos mais pobres. É uma forma de recuperar o dinheiro que vem financiando as campanhas. Isso é um absurdo, porque esse dinheiro é público. Percorreu um caminho como se estivesse patrocinando o Enduro, mas foi, de fato, para garantir a campanha de lideranças, como a do candidato a Governador Eduardo Azeredo, que fez a distribuição para os cabos eleitorais especiais, lideranças que disputavam também o mandato. O caixa dois ficou claro, porque não prestaram conta desse dinheiro. De forma explícita hoje, o caixa dois foi utilizado desde 1998; ou seja, usaram e abusaram. Até há pouco tempo - que bom que a "Isto É" venceu esse bloqueio -, boa parte da imprensa atribuía o "mensalão" e o caixa dois ao PT. E todos sendo vítimas disso. Na nossa reeleição, em 2006, isso era exposto em relação ao "mensalão", como se todos os políticos, todos os candidatos fossem iguais e se utilizassem de artifícios ilegais e injustos. Utilizar o dinheiro público, por exemplo, é uma grande injustiça, além da ilegalidade, que vem a ser um crime. De certa forma, só pelo fato de sermos do PT, fomos penalizados, como se ele fosse o único partido responsável por tudo isso, embora soubéssemos que tudo tinha começado no PSDB, que coordenou tudo isso. Mas isso não chegou à sociedade e só agora está chegando, graças também à atuação da Polícia Federal. E esperamos também a atuação da Justiça. Quem deve tem de pagar. O próprio Presidente Lula dizia, desde o início, que, se tivesse de cortar na própria carne, que isso fosse feito. Quem deve tem de pagar, tem de dar satisfação à sociedade e aos seus eleitores. O que esperamos é a restituição, pois, tratando-se de dinheiro público, ele tinha de ser restituído. Não basta somente cassar os direitos políticos. Por isso é que a verdadeira e profunda reforma política é urgente. A sociedade, o povo tem que ir para as ruas exigir a verdadeira reforma política, para avançarmos um pouco mais na moralização da política, para garantirmos que todas as ações políticas, do processo eleitoral ao exercício do mandato, sejam pautadas pela ética e pelo respeito aos cidadãos e ao dinheiro público. E que se priorize, nas ações, a eficiência das políticas públicas. Desde o ano passado, quando estávamos aqui para aprovar as contas do Tribunal de Contas, já denunciávamos a relação promíscua que tinha o governo com a SMP&B, com o Sr. Marcos Valério. E temos provas de que essa relação continuou no governo Aécio. A SMP&B fez a campanha do déficit zero - temos as notas, e foi um valor nas alturas. Denunciamos isso aqui no ano passado quando discutimos a aprovação das contas do Tribunal de Contas, o relatório da aprovação das contas do Governador Aécio Neves e até a aprovação das contas do último ano do governo Itamar Franco. Chegamos a fazer essa discussão, embora sem nenhuma repercussão. Da mesma forma não conseguimos avançar na justiça. Ainda há tempo. As coisas podem ficar encobertas por um pouco de tempo, mas nada fica encoberto por todo o tempo. Não fica. Uma hora as coisas vêm à tona. Esperamos que estejam vindo. Sabemos que a revista "Isto É" publicou só o começo. Muitas outras coisas estão por vir. Estamos aguardando, não por uma questão de especulação ou por sermos do PT, de forma alguma. Aguardamos por esperarmos ser essa uma das formas de se moralizar a política.

Alguns dizem que, em termos de governo federal, nunca se viu tanta corrupção. Na verdade, ela sempre existiu. O que nunca vimos neste país foi a liberdade de atuação da Polícia Federal. As Polícias Militar e Civil não têm essa mesma liberdade para atuar em determinados casos aqui no Estado de Minas, bem como o Ministério Público não goza dessa mesma prerrogativa. Da mesma forma, grande parte da mídia não tem a liberdade de atuação aqui no Estado de Minas Gerais, pois, há, infelizmente, uma grande mordada. O que vimos, em âmbito nacional, foi a liberdade de atuação tanto da Justiça quanto da Polícia Federal, por isso vieram à tona todas as sujeiras, não importando o grupo político. Assim, esperamos que, daqui para frente, uma vez que já se furou esse bloqueio, essa barreira, muitas irregularidades venham à tona e possamos apurá-las. Esperamos, por exemplo, resgatar muitas coisas da Comig. Aliás, saúdo o companheiro Laudelino Augusto, que, inúmeras vezes, tentou mostrar que havia sujeiras naquela instituição na legislatura passada. Infelizmente, não conseguimos avançar. O instrumento eficiente, Sr. Presidente, para se apurarem todas essas irregularidades, é a CPI, pois envolvem empresas públicas, como Copasa, Comig e Cemig. O certo é realizarmos uma CPI e irmos a fundo para penalizar os culpados, caso contrário estaremos num país em que, em determinadas áreas, as coisas podem ser apuradas - CPIs, umas entrando nas áreas das outras -, mas, em outras, como aqui em Minas, não. Às vezes, nem sequer conseguimos realizar algumas audiências públicas. Em algumas delas, as pessoas são proibidas de falar. Tivemos hoje um caso desse na Comissão de Saúde. Determinado cidadão iria lá denunciar a utilização de dinheiro público no Estado de Minas Gerais, mas foi proibido, não teve a fala franqueada. Então, Sr. Presidente, estamos na expectativa das apurações. Quem sabe, na próxima semana, poderemos avançar, inclusive, na instalação de uma CPI para apurar tantas irregularidades que finalmente estão vindo à tona. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/9/07, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Zezé Perrella

exonerando Ana Paula Victor Carvalho Malachias do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Francisco Antônio Marques Malachias para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2007

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2007

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 16/10/2007, às 14h30min, pregão presencial, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para o fornecimento de flores e ornamentação.

O edital encontra-se à disposição dos interessados no "site" www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente, em meio eletrônico. Neste último caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2007.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Adelpia Comunicações S.A. Objeto: cessão gratuita de canal de televisão para transmissão do sinal da TVA. Vigência: a partir da sua assinatura por 60 meses. Licitação: inexigibilidade, art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Televisão Cidade S.A. Objeto: disponibilização gratuita de canal de televisão para transmissão, via cabo, da programação da TV Assembléia, no Município de Juiz de Fora. Vigência: 60 meses a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Inox Line Placas Troféus Medalhas e Brindes Ltda.-ME. Objeto: confecção e fornecimento de placas em aço inoxidável e aço escovado. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Licitação: Pregão Presencial nº 36/2007. Dotação orçamentária: 3.3.90.31.

TERMO DE CONTRATO DE DOAÇÃO

Contratante (doadora): Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada (donatária): Município de Santa Cruz do Escalvado. Objeto: doação de 1 microcomputador zenith. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 27/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 20/9/2007, na pág. 63, col. 3, na Conclusão do parecer, onde se lê:

"Com fundamento nas razões apresentadas, concluímos pela aprovação", leia-se:

"Com fundamento nas razões apresentadas, opinamos pela aprovação".

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 1.026/2007

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/9/2007, na pág. 85, col. 1, onde se lê:

"XVI - Incidência: Item 4.8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Alteração: O objetivo estratégico "Ampliar a provisão indireta dos serviços de assistência social" passa a vigorar com a seguinte redação: "Incentivar a implantação", leia-se:

"XVI - Incidência: Item 4.8 - Redução da Pobreza e Inclusão Produtiva

Alteração: O objetivo estratégico "Ampliar a provisão indireta dos serviços de assistência social" passa a vigorar com a seguinte redação: "Incentivar a implantação do Sistema Único de Assistência Social - Suas.",".